MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA – *CAMPUS* BOA VISTA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MARIANA DA SILVA SOUZA

EDUCAÇÃO FISCAL COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL E CIDADÃ DOS ESTUDANTES DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO MÉDIO DO IFRR/CBVZO

Boa Vista – RR
2025

MARIANA DA SILVA SOUZA

EDUCAÇÃO FISCAL COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL E CIDADÃ DOS ESTUDANTES DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO MÉDIO DO IFRR/CBVZO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Roraima, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Rodrigo Luiz Neves Barros
Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Boa Vista – RR
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do Instituto Federal de Roraima - IFRR)

S729e Souza, Mariana da Silva.
Educação fiscal como contribuição para a formação integral e cidadã dos estudantes do ensino técnico integrado ao médio do IFRR/CBVZO / Mariana da Silva Souza. – Boa Vista, 2025.
144 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Luiz Neves Barros.
Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, *Campus* Boa Vista, 2025.
Bibliografia: f. 87-92.

1. Cidadania. 2. Educação fiscal. 3. Formação integral. 4. Educação profissional e tecnológica. I. Barros, Rodrigo Luiz Neves. II. Título.

CDD – 373.246

Elaborada por Paula Lima Garcia - CRB 11/887

MARIANA DA SILVA SOUZA

EDUCAÇÃO FISCAL COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL E CIDADÃ DOS ESTUDANTES DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO MÉDIO DO IFRR/CBVZO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Roraima, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 13 de outubro de 2025.

Banca Examinadora:

ICP Brasil
Documento assinado digitalmente
RODRIGO LUIZ NEVES BARROS
Data: 13/11/2025 11:46:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Neves Barros – IFRR – Orientador

gov.br
Documento assinado digitalmente
FABIANA LETICIA SBARAINI
Data: 13/11/2025 16:32:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Fabiana Letícia Sbaraini – IFRR

gov.br
Documento assinado digitalmente
JANAINA BORGES DE ALMEIDA
Data: 24/11/2025 14:35:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Janaína Borges de Almeida – UFT

MARIANA DA SILVA SOUZA

PROJETO DE ENSINO DE EDUCAÇÃO FISCAL

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Roraima, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 13 de outubro de 2025.

Banca Examinadora:

ICP Brasil
Documento assinado digitalmente
RODRIGO LUIZ NEVES BARROS
Data: 13/11/2025 11:49:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Neves Barros – IFRR – Orientador

gov.br
Documento assinado digitalmente
FABIANA LETICIA SBARAINI
Data: 13/11/2025 16:32:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Fabiana Letícia Sbaraini – IFRR

gov.br
Documento assinado digitalmente
JANAINA BORGES DE ALMEIDA
Data: 24/11/2025 14:35:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Janaína Borges de Almeida – UFT

RESUMO

A temática fiscal se constitui em um dos conhecimentos básicos para entendimento de contextos políticos, econômicos e sociais, fazendo parte de um grupo de noções essenciais para o pleno exercício da cidadania, que compõem a proposta de formação integral. A adequação desse tema para uma linguagem mais próxima dos jovens e adolescentes do ensino médio é um desafio. Assim, o presente trabalho contempla uma pesquisa e aplicação de um Produto Educacional sobre Educação Fiscal em turmas do 3º ano do ensino médio do *Campus* Boa Vista Zona Oeste do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). O trabalho está vinculado à Linha 1 - Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, dentro do Macroprojeto 1 - Propostas Metodológicas e Recursos Didáticos em Espaços Formais e Não Formais de Ensino na EPT. O objetivo da pesquisa foi desenvolver adaptações metodológicas no ensino da Educação Fiscal como forma de contribuir com a formação integral e cidadã dos estudantes do 3º ano do ensino médio do IFRR/CBVZO. Para isso, foi construído um projeto de ensino com apresentação de conteúdo, exibição de filmes e documentários, aplicação de jogos, oferta de oficina em parceria com outros professores, dentre outras estratégias para adaptar metodologias, buscando melhor aprendizado dos estudantes em relação à área estudada. A pesquisa teve abordagem quali-quantitativa e foi de natureza aplicada; quanto aos objetivos, foi explicativa e descritiva, já quanto aos procedimentos, foi documental e pesquisa-intervenção. Foram feitas análises de ementas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, destacando-se as possibilidades de articulação de conteúdos dos componentes curriculares com a Educação Fiscal. Foram aplicados questionários para levantamento do entendimento dos estudantes acerca da Educação Fiscal. Foi elaborado um produto com linguagem acessível, contribuindo para a formação integral dos estudantes, que pode ser replicado tanto em turmas que tenham o conteúdo em seus componentes curriculares quanto em turmas sem esse conteúdo. A pesquisa obteve resultados que podem auxiliar o *campus* e outras instituições de educação na criação de outros projetos de ensino, pesquisa, extensão e de integração de componentes curriculares. Após aplicação do produto, os estudantes reconheceram a importância da temática no mundo do trabalho, a importância da cobrança de tributos, de modo que quantidades significativas responderam de forma correta às questões sobre como os tributos são cobrados, aplicados e como afetam pessoas e empresas. Na avaliação do Produto Educacional, todos os tópicos foram bem avaliados, como desempenho da professora, qualidade do material, linguagem utilizada, inclusão de filmes e documentários, aplicação de jogos, inclusão de aula integrada e aprendizado a partir do trabalho final e do projeto de ensino como um todo. Portanto, a adaptação do conteúdo contribuiu para a Formação Integral dos estudantes, uma vez que o Produto Educacional foi bem avaliado, os estudantes reconheceram a importância do tema e demonstraram compreensão substancial do conteúdo.

Palavras-chave: Cidadania. Educação Fiscal. Educação Profissional e Tecnológica. Formação Integral. Produto Educacional.

ABSTRACT

The theme of fiscal literacy constitutes a set of basic knowledge essential for understanding political, economic, and social contexts, thus being part of the foundational notions required for the full exercise of citizenship, which aligns with the proposal of holistic education. The adaptation of this theme into a more accessible language for high school youth and adolescents remains a challenge. Therefore, the present work comprises the research and application of an Educational Product focused on Fiscal Literacy in 3rd-year high school classes at the Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Roraima (IFRR). This research is linked to Line 1 – Educational Practices in Professional and Technological Education (PTE), within Macroproject 1 – Methodological Proposals and Didactic Resources in Formal and Non-Formal Teaching Spaces in PTE. The objective of this study was to develop methodological adaptations in the teaching of Fiscal Education as a means of contributing to the holistic and civic education of 3rd-year high school students at IFRR/CBVZO. To this end, a teaching project was constructed, incorporating content presentation, film and documentary screenings, application of educational games, offering a collaborative workshop with other teachers, among other strategies to adapt methodologies, seeking improved student learning concerning the studied area. The research employed a qualitative and quantitative approach and was applied in nature; regarding the objectives, it was explanatory and descriptive, and concerning the procedures, it was documentary and intervention-research. Analyses of the syllabi of the Pedagogical Course Projects were conducted, highlighting the possibilities for content articulation between curricular components and Fiscal Education. Questionnaires were administered to assess students' prior understanding of Fiscal Education. An accessible Educational Product was developed, contributing to the students' holistic formation, which can be replicated in classes both with and without this content integrated into their curricular components. The research yielded results that can assist the campus and other educational institutions in creating further teaching, research, outreach, and curricular integration projects. Following the product's application, students acknowledged the importance of the theme in the workplace and the necessity of tax collection, with significant numbers correctly answering questions about how taxes are levied, applied, and how they affect individuals and businesses. The evaluation of the Educational Product was positive across all topics, including the teacher's performance, material quality, language used, inclusion of films and documentaries, application of games, inclusion of an integrated lesson, and learning derived from the final project and the teaching project. Thus, the adaptation of the content contributed to the Holistic Education of the students, as the Educational Product was well-evaluated, students recognized the importance of the topic and demonstrated a substantial comprehension of the content.

Keywords: Citizenship. Fiscal Literacy. Professional and Technological Education (PTE). Holistic Education. Educational Product.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Visão aérea do *Campus* Boa Vista Zona Oeste 31
Figura 2 - Bairros e Zonas da Área Urbana de Boa Vista-RR 32
Figura 3 - Visão aérea do *Campus* Boa Vista Zona Oeste com o bairro à frente 33
Figura 4 - Visão aérea do *Campus* Boa Vista Zona Oeste com o lavrado atrás 33
Figura 5 - Gráfico com dados dos estudantes por curso 49
Figura 6 - Gráfico com dados dos estudantes por idade 50
Figura 7 - Gráfico com dados dos estudantes por gênero 50
Figura 8 - Gráfico com dados das plataformas de acesso a informações sobre política e economia 51
Figura 9 - Gráfico com dados da questão 5 do questionário 1 52
Figura 10 - Gráfico com dados da questão 6 do questionário 1 54
Figura 11 - Gráfico com dados da questão 7 do questionário 1 55
Figura 12 - Gráfico com dados da questão 8 do questionário 1 56
Figura 13 - Gráfico com dados da questão 9 do questionário 1 57
Figura 14 - Gráfico com dados da questão 10 do questionário 1 58
Figura 15 - Gráfico com dados das questões 5 a 10 do questionário 1 59
Figura 16 - Gráfico com dados da questão 1 do questionário 2 60
Figura 17 - Gráfico com dados da questão 2 do questionário 2 61
Figura 18 - Gráfico com dados da questão 3 do questionário 2 62
Figura 19 - Gráfico com dados da questão 4 do questionário 2 63
Figura 20 - Gráfico com dados da questão 5 do questionário 2 64
Figura 21 - Gráfico com dados da questão 6 do questionário 2 66
Figura 22 - Gráfico com dados da questão 7 do questionário 2 67
Figura 23 - Gráfico com dados da questão 8 do questionário 2 69
Figura 24 - Gráfico com dados da questão 9 do questionário 2 71
Figura 25 - Gráfico com dados da questão 1 do questionário 3 73
Figura 26 - Gráfico com dados da questão 2 do questionário 3 74
Figura 27 - Gráfico com dados da questão 3 do questionário 3 75
Figura 28 - Gráfico com dados da questão 4 do questionário 3 76
Figura 29 - Gráfico com dados da questão 5 do questionário 3 77
Figura 30 - Gráfico com dados da questão 6 do questionário 3 78
Figura 31 - Gráfico com dados da questão 7 do questionário 3 79

Figura 32 - Gráfico com dados da questão 8 do questionário 3 80
Figura 33 - Gráfico com dados da questão 9 do questionário 3 81
Figura 34 - Gráfico com dados da questão 10 do questionário 3 82
Figura 35 - Gráfico com dados da questão 11 do questionário 3 83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Páginas eletrônicas com conteúdo de Educação Fiscal 25
Quadro 2 - Páginas eletrônicas de programas de premiação por meio de documentos fiscais 26
Quadro 3 - Tópicos dos componentes da Base Nacional Comum 42
Quadro 4 - Tópicos dos componentes da Parte Diversificada 45
Quadro 5 - Tópicos dos componentes da Formação Profissional 45
Quadro 6 - Categorias de análise da questão 5 do quest. 1 com exemplos de respostas 53
Quadro 7 - Categorias de análise da questão 6 do quest. 1 com exemplos de respostas 54
Quadro 8 - Categorias de análise da questão 7 do quest. 1 com exemplos de respostas 55
Quadro 9 - Categorias de análise da questão 8 do quest. 1 com exemplos de respostas 56
Quadro 10 - Categorias de análise da questão 9 do quest. 1 com exemplos de respostas 57
Quadro 11 - Categorias de análise da questão 10 do quest. 1 com exemplos de respostas 58
Quadro 12 - Categorias de análise da questão 3 do quest. 2 com exemplos de respostas 62
Quadro 13 - Categorias de análise da questão 4 do quest. 2 com exemplos de respostas 63
Quadro 14 - Categorias de análise da questão 5 do quest. 2 com exemplos de respostas 65
Quadro 15 - Categorias de análise da questão 6 do quest. 2 com exemplos de respostas 66
Quadro 16 - Categorias de análise da questão 7 do quest. 2 com exemplos de respostas 68
Quadro 17 - Categorias de análise da questão 8 do quest. 2 com exemplos de respostas 70
Quadro 18 - Categorias de análise da questão 9 do quest. 2 com exemplos de respostas 71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALAM	Associação Lageana de Assistência ao Menor
CAM	*Campus* Amajari
CB	*Campus* Bonfim
CBV	*Campus* Boa Vista
CBVZO	*Campus* Boa Vista Zona Oeste
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNP	*Campus* Novo Paraíso
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
COTEPE	Comissão Técnica Permanente do ICMS
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EaD	Educação à Distância
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ESAF	Escola de Administração Fazendária
EVA	Etileno Acetato de Vinila
FEBRAFITE	Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GEFE	Grupo de Educação Fiscal Estadual
GEFM	Grupo de Educação Fiscal Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
IE	Imposto de Exportação
IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
PDF	Portable Document Format (Formato de Documento Portátil).
PNEF	Programa Nacional de Educação Fiscal
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProfEPT	Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional
RALE	Registro de Assentimento Livre e Esclarecido
RCLE	Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
SEFIN	Secretaria de Finanças
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINDIFISCO	Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

1.1 Justificativa e problema de pesquisa 14

1.2 Objetivo geral 15

1.3 Objetivos específicos 15

1.4 Hipóteses 15

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 16

2.1 Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima 16

2.2 Educação Profissional e Tecnológica 17

2.3 Formação Integral e Cidadã 19

2.4 Educação Fiscal 21

3 PERCURSO METODOLÓGICO 29

3.1 Caracterização da pesquisa 29

3.2 Cenário da pesquisa 30

3.3 População e amostra 34

3.4 Critério de seleção da amostra 34

3.4.1 Critérios de inclusão 34

3.4.2 Critérios de exclusão 35

3.5 Riscos 35

3.6 Benefícios 35

3.7 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados 36

3.8 Tratamento dos dados 37

4 PROPOSTA DE PRODUTO 39

4.1 Descrição do Produto Educacional 39

4.2 Formato 39

4.3 Objetivo 39

4.4 Conteúdos 39

4.5 Aplicação 40

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES 41

5.1 Possibilidades de articulação da Educação Fiscal com componentes curriculares nos cursos do ensino médio integrado do CBVZO 41

5.2 Caracterização 48

5.3 Conhecimentos prévios 51

5.4 Percepção dos estudantes quanto à importância da Educação Fiscal no mundo do trabalho e as dificuldades para o aprendizado do tema 59

5.5 Avaliação do Produto Educacional 73

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 85

REFERÊNCIAS 87

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO E AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS PRÉVIOS 93

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA VERIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES QUANTO À IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FISCAL NO MUNDO DO TRABALHO E AS DIFICULDADES PARA APRENDIZADO DO TEMA 95

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO - PROJETO DE ENSINO 97

APÊNDICE D - PRODUTO EDUCACIONAL - PROJETO DE ENSINO 99

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa e problema de pesquisa

Durante os anos de atuação no ensino médio com componentes curriculares de Contabilidade e de Fundamentos de Direito, foi percebido o interesse das turmas e a necessidade de estudos mais aprofundados acerca da Educação Fiscal com esse público. Em algumas turmas, foram desenvolvidos projetos integradores que mesclavam a temática do Direito Tributário com componentes como Filosofia e Sociologia, o que contribuiu para uma visão mais ampla do assunto. Assim, o tema foi escolhido tendo em vista a relevância e a relação com minha área de formação em Contabilidade e o curso de Direito que está em andamento.

A pertinência do tema se deve ao fato de a formação integral dos estudantes abarcar múltiplas dimensões do ser humano, o que inclui a capacidade de compreender a realidade política, econômica e social em que se encontra. Essa noção é importante para a consciência de classe, participação ativa na sociedade enquanto cidadão, visão crítica do mundo, entre tantos outros aspectos. A Educação Fiscal é um tema de extrema importância para o desenvolvimento de uma sociedade consciente e responsável. Para Grzybovski e Hahn (2006, p. 846), "o tributo cobrado no Brasil tem finalidade social, sendo dever do cidadão pagá-lo e, em contrapartida, dever do Estado aplicá-lo em benefício do bem-estar comum".

A Educação Fiscal é de grande importância para entendimento de diversos contextos políticos, econômicos e sociais, motivo pelo qual o conhecimento mais aprofundado desta temática pode dar subsídio para que os estudantes percebam a realidade e consigam buscar informações verdadeiras, evitando a disseminação de notícias falsas e emitindo opiniões com mais propriedade. Nesse sentido, vale ressaltar que atualmente a sociedade é impactada com informações diversas, algumas das quais chegam com distorções ou mesmo totalmente erradas; e é com base nessas informações que, em muitos casos, as opiniões e visões de mundo são formadas. Sobre isso, Abranches (2017, p. 20) nos lembra que "as marcas desses tempos são a velocidade espantosa da mudança e a imprevisibilidade do futuro".

Para Borges, Pereira e Borges (2015, p. 4), "a conscientização e a consequente atuação cidadã em termos tributários começa a partir da educação global do indivíduo, e devem estar presentes na sua vida desde a formação básica". Portanto, seria interessante introduzir esse conteúdo, mesmo que de forma pouco aprofundada, já nos anos iniciais de estudo.

O tema deste projeto está vinculado à Linha 1 - Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e

Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), dentro do Macroprojeto 1 - Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT.

Após as experiências realizadas com algumas turmas, aprofundamento de leituras sobre a Educação Fiscal e sobre a educação profissional e tecnológica, chegou-se ao seguinte problema: Como desenvolver a temática da Educação Fiscal e adaptá-la ao ensino médio integrado de forma a contribuir com a formação integral e cidadã dos estudantes? A investigação para que se chegue a respostas para esse problema leva a confrontar conceitos importantes sobre a educação profissional e tecnológica nos tempos contemporâneos.

1.2 Objetivo geral

Desenvolver adaptações metodológicas no ensino da Educação Fiscal como forma de contribuir com a formação integral e cidadã dos estudantes do 3º ano do ensino médio do IFRR/CBVZO.

1.3 Objetivos específicos

- Examinar o modo como a Educação Fiscal pode ser abordada nas ementas dos componentes curriculares dos cursos do ensino médio integrado do CBZVO;
- Verificar a percepção dos estudantes quanto à importância da Educação Fiscal no mundo do trabalho e as dificuldades para o aprendizado do tema;
- Correlacionar os conhecimentos de Educação Fiscal com as necessidades da vida dos estudantes; e
- Elaborar um projeto de ensino sobre Educação Fiscal.

1.4 Hipóteses

- A Educação Fiscal contribui para a formação integral do cidadão;
- A realização de adaptações metodológicas voltadas ao ensino médio na temática da Educação Fiscal contribui para despertar e manter o interesse dos estudantes sobre o conteúdo;
- A realização de adaptações metodológicas voltadas ao ensino médio na temática da Educação Fiscal contribui para a formação integral e cidadã dos estudantes do 3º ano do ensino médio do IFRR/CBVZO.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção é organizada em subseções para melhor entendimento e será iniciada com um tópico que apresentará a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Em seguida, o foco será na Educação Profissional e Tecnológica; posteriormente, será abordada a Formação Integral e Cidadã, seguindo, finalmente, para a Educação Fiscal.

2.1 Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Instituída pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e de Minas Gerais, pelas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e pelo Colégio Pedro II (Brasil, 2008).

As referidas instituições, com exceção daquelas que são vinculadas às Universidades, possuem natureza jurídica de autarquia, o que implica dizer que detêm autonomia de ordem administrativa, didático-pedagógica, disciplinar, financeira e patrimonial (Brasil, 2008).

A lei que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica também deu origem à figura dos Institutos Federais após a transformação de Centros Federais de Educação, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas. Dessa forma, os Institutos Federais passaram a existir com a missão de contemplar diversos níveis de ensino, como o básico, o profissional e o superior (Brasil, 2008).

Em Roraima, a instituição teve origem na Escola Técnica que havia sido implantada em 1986, com os Cursos Técnicos em Eletrotécnica e em Edificações iniciados em 1987. Um parecer do Conselho Territorial de Educação reconheceu e autorizou a Escola Técnica de Roraima em 1989, que foi transformada em Escola Técnica Federal de Roraima por meio da Lei n.º 8.670 de 30 de junho de 1993. Em 2002, por meio de decreto presidencial, a instituição passou por nova transformação, dessa vez passando a ser o Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR). A última mudança se deu em 2008, quando houve a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entre eles o de Roraima (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima [IFRR], 2022a).

As finalidades dos Institutos Federais são descritas, de igual modo, no texto de criação da lei, com a missão de "constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de *espírito crítico*, voltado à investigação empírica" (Brasil, 2008, grifo nosso). A lei ainda reputa aos Institutos Federais alguns objetivos, dos quais destacam-se o de "estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à *emancipação do cidadão* na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional" (Brasil, 2008, grifo nosso).

Observa-se que elementos da formação integral estão presentes na norma de criação dos institutos, portanto, o ensino ofertado por estas instituições deve compreender as múltiplas dimensões do ser humano.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é formado pelo *Campus* Boa Vista (CBV) e *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), ambos na capital do estado de Roraima; *Campus* Novo Paraíso (CNP), no município de Caracaraí; *Campus* Amajari (CAM), no município de mesmo nome; *Campus* Bonfim (CB), no município de Bonfim; e pela Reitoria, unidade administrativa que tem lugar também na capital, Boa Vista. Essa estrutura *multicampi* do IFRR deve ganhar mais uma unidade, com o anúncio feito em março de 2024 pelo Governo do Brasil sobre investimentos para a expansão da rede em todo o país. Essa unidade, a ser construída no município de Rorainópolis, constituirá o *campus* que, provavelmente, levará o nome da cidade (Veras, 2024).

Após a apresentação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, o estudo tratará da Educação Profissional e Tecnológica, foco destas instituições.

2.2 Educação Profissional e Tecnológica

A educação constitui um papel preponderante na formação do ser humano, pois, por meio dela, as conquistas e os aprendizados de uma geração são passados para outra, também se construindo por meio dela a visão de mundo de indivíduos e sociedades.

Parte da educação se dá em seio familiar, no qual são aprendidos valores que contribuem para a formação cidadã de uma pessoa. Já a educação formal, escolar, compreende muitos anos do desenvolvimento pessoal, iniciando na pré-escola e indo até o ensino médio, graduação ou pós-graduação, conforme oportunidades, desejos e/ou necessidades de cada um. Neste trabalho, a centralidade do estudo recai sobre o ensino médio, período de formação que ocorre na idade

aproximada de 15 a 18 anos, quando grande parte dos jovens está se preparando para a vida adulta.

Kuenzer (1989) apresenta uma dualidade na oferta do ensino, não pelos diferentes tipos de escola, mas determinada pelas diferenças sociais. A autora afirma que a oferta é definida pela necessidade de instrumentalizar alunos para o trabalho com escolas profissionais, ao passo que, de outro lado, são formadas gerações de dirigentes nas escolas de educação geral para exercerem funções intelectuais; estes estudantes teriam acesso às artes, literatura e cultura universal. A autora destaca ainda que apenas o saber prático, parcial e fragmentado é assegurado aos trabalhadores.

Na mesma linha de pensamento, Frigotto e Ciavatta (2012, p. 752) afirmam que "sob as necessidades do capital, da formação da mão de obra para as empresas, o trabalho educa para a disciplina, para a adaptação às suas formas de exploração ou, simplesmente, para o adestramento das funções úteis à produção".

A forma de exploração caracterizada pelo neoliberalismo pode ser perpetuada enquanto ocorre a manutenção desse cenário em que o trabalhador tem acesso apenas ao saber fragmentado, é alienado e dedica todo ou quase todo o seu tempo para o trabalho. Neste modelo, o trabalhador não possui os meios de produção e vende sua força de trabalho por baixos salários enquanto gera ainda mais riqueza aos donos do capital. Justamente por isso, existe um interesse de capitalistas em manter essa estrutura.

Della Fonte (2018) mostra que a noção de trabalho passou de algo negativo, ligado, no passado, à tortura, esforço, sofrimento, dor e fadiga, para algo positivo, na reforma protestante, na sociedade burguesa e na visualização do trabalho como gerador de riquezas pelos economistas ingleses do século XVIII. Num exemplo mais atual, a autora fala sobre o discurso de Michel Temer após o golpe de 2016, que proferiu a frase: "Não pense em crise, trabalhe" (Temer *apud* Della Fonte, 2018, p. 9). Pode-se ver nesta fala uma clara menção à alienação da população que é instruída a não olhar criticamente para seu entorno, concentrando suas forças apenas no exercício do trabalho, na sua sobrevivência.

Uma forma de romper com essa fragmentação de conhecimentos que mantém a divisão de classes é, justamente, a oferta de uma educação que seja mais libertadora para a classe trabalhadora e seus filhos, capaz de garantir a superação dessa dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Saviani (1989) traz a noção de politecnia com esse objetivo, afirmando que não existe o trabalho manual puro nem o trabalho intelectual puro. Assim, essa forma de educação trata de fornecer ao estudante conhecimentos de fundamentos científicos das diferentes técnicas, articulando trabalho manual e intelectual para permitir que a pessoa

tenha uma compreensão mais geral do funcionamento da sociedade. Na mesma linha, Kuenzer (1989) fala da necessidade de assegurar o acesso a conhecimentos apropriados por uma minoria que "não por coincidência, não é [e talvez ainda não seja na atualidade] a classe trabalhadora" (Kuenzer, 1989, p. 23).

Para que se tenha essa educação mais libertadora, é necessário que sejam abordados, na escola, temas que contribuam para uma formação integral do ser humano, uma educação que forneça instrumentos para que uma pessoa compreenda a realidade e seja atuante na sociedade. Assim, o tópico abordado a seguir será a Formação Integral e Cidadã.

2.3 Formação Integral e Cidadã

Como grande parte da vida do ser humano ocorre no período escolar, é esperado que a educação seja capaz de garantir conhecimentos básicos científicos, profissionais e uma formação mais ampla, para que o estudante se entenda como um ser social. Kuenzer (1989) trata da politecnia como conteúdo, trazendo uma série de temas que deveriam ser abordados na proposta curricular dos cursos:

> [...] destacam-se, como conteúdos fundamentais à inserção do jovem na sociedade contemporânea, o domínio da linguagem em todas as formas nos seus aspectos de compreensão de texto, análise crítica da mensagem, domínio da redação oficial e uso correto da linguagem oral; de rudimentos da matemática financeira, de medidas, de análise de custos; da compreensão do significado, do funcionamento e da tecnologia dos sistemas de comunicação e informação contemporâneos; da compreensão dos processos sociais, com suas determinações econômicas, históricas, sociológicas, filosóficas e espaciais; dos mecanismos de interação entre o indivíduo e o coletivo, pela imbricação de processos psicológicos, sociológicos e políticos; de legislação e normas, direitos trabalhistas e sindicalização; dos processos políticos dominantes nas sociedades modernas; dos imperativos de conservação do homem, na natureza, e assim por diante (Kuenzer, 1989, p. 26).

Compreende-se que essa proposta seria um ideal difícil de ser alcançado, mas se apresenta com uma multiplicidade de conhecimentos que poderiam ser o alicerce para que os cidadãos se apropriassem da realidade de sua comunidade, seus direitos e deveres, de modo que pudessem compreender aspectos sociais, econômicos, jurídicos, criar consciência de classe e, assim, participar de forma mais ativa na sociedade.

Para Della Fonte (2018, p. 7), "a proposta marxista é talvez a alternativa mais avançada e sistematizada [...] contra um projeto que se limita a preparar e qualificar o trabalhador a partir dos interesses patronais". A autora cita a noção marxiana de omnilateralidade como o ser humano se formando de modo pleno, por inteiro e apropriando-se da sua produção, levando à emancipação do sujeito.

Uma preparação escolar como essa é o que constitui o conceito de formação integral, que leva à ideia de completude, que seja capaz de considerar e desenvolver todas as dimensões do ser humano. O termo omnilateralidade é utilizado também por Frigotto (2012, p. 267), ao defender que "essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico".

Na visão de Saviani (2007), para o nível de desenvolvimento da sociedade atual, existem conhecimentos mínimos sem os quais não se pode ser cidadão; assim, além de ler, escrever e contar, o ser humano deve aprender sobre ciências naturais e sociais para poder compreender o mundo em que vive. Dessa forma, o indivíduo não apenas estará inserido no processo produtivo como entenderá o seu funcionamento, melhorando sua capacidade de intervenção na realidade social que o cerca. Para Antunes e Padilha (2010, p. 24),

> A Educação Integral e Cidadã não visa somente à transmissão de conteúdos, ao acúmulo informacional. Ela visa à formação e ao desenvolvimento global. Objetiva a preparação de homens e mulheres tecnicamente competentes, capazes de desempenhar plenamente sua profissão, de viver com autonomia, em busca permanente de sua realização pessoal e profissional, mas, sobretudo, almeja a formação de seres humanos que promovem o bem-viver, a justiça social e a vida sustentável para todos. Seres humanos comprometidos com a felicidade pessoal e coletiva, com respeito aos direitos humanos e a todas as formas de vida. Pessoas que, no seu processo de humanização, tenham acesso a um repertório sociocultural que as prepare mais plenamente para o diálogo com o outro, para ensinar e aprender com o outro, para conviver com a diferença de forma democrática, enriquecedora, solidária e emancipadora.

Essa noção de formação integral daria condições de o ser humano ter uma compreensão de aspectos técnicos, científicos, históricos, sociais, bem como formar cidadãos em suas dimensões físicas, mentais, intelectuais, culturais e políticas, como abordado por Frigotto e Ciavatta (2012) e Ciavatta (2008, 2014). Observa-se, nestes estudos, a relação dos termos politecnia, omnilateralidade e formação integral, que se apresentam como uma noção potente para uma educação que se pretenda transformadora, integradora e, sobretudo, cidadã. Antunes e Padilha (2010, p. 17) defendem que "educar integralmente o cidadão e a cidadã significa, pois, prepará-los para uma vida saudável e para a convivência humanizada, solidária e pacífica" e que "a educação Cidadã e Integral valoriza o diálogo, a amorosidade, a afetividade" (2010, p. 18). Vê-se então que o impacto de uma formação plena ocorre não só no indivíduo, mas também na sociedade.

É nessa perspectiva integradora que a Educação Fiscal, foco deste trabalho, se apresenta, pois se configura como um agrupamento de conteúdo que se mostra essencial para o exercício da cidadania, visto que o assunto pode definir o acesso populacional a serviços públicos que

promovem condições mínimas para que todos tenham mantida sua dignidade e respeitados os direitos humanos universais.

2.4 Educação Fiscal

Desde que o ser humano começou a se organizar em grupos, coordenados por alguma liderança, houve o oferecimento de tributos destinados a esses líderes em razão de seus serviços. Inicialmente de forma voluntária, com o passar do tempo essas contribuições passaram a ser exigidas, de forma obrigatória, dos povos subjugados após guerras (Brasil, 2014a).

Com o desenvolvimento das formas de sociedade, essa cobrança passou a fazer parte do seu funcionamento regular, com coleta de recursos do povo pelos senhores feudais, reis, imperadores e outros tipos de chefes, conforme cada época. Na Idade Antiga (3500 a.C a 476 d.C) e na Idade Média (ano 476 a 1453), por exemplo, uma das formas de arrecadação era por meio de exigência de partes de colheitas (Brasil, 2014a).

A relação de senhores feudais e reis europeus com a Igreja Católica causou o envolvimento em guerras santas, conhecidas como Cruzadas, com intenção de conquistar lugares considerados sagrados pelos cristãos. Essas guerras causavam muitos gastos e o financiamento era feito por tributos cobrados da população (Brasil, 2014a).

Com o fim da Idade Média e início da Idade Moderna (1453 a 1789), houve progressivo aumento de pessoas nas cidades (vindas do campo) e, como consequência do contato dos europeus com a cultura oriental, novos hábitos de consumo foram desenvolvidos. O comércio, nesse momento, era dominado por árabes e italianos, e isso acontecia em virtude de suas privilegiadas localizações geográficas. Objetivando melhores custos, os Estados nacionais buscaram rotas marítimas por meio de navegações com esquadras de caravelas. Mais uma vez, foram necessários recursos para custear essas missões e, novamente, a maneira mais popular de impulsionar essas empreitadas era com a cobrança de tributos do povo. Nessa época, a cobrança era feita por meio de moedas, não mais em produtos (Brasil, 2014a).

Em razão das navegações, o comércio se desenvolveu e novos territórios foram descobertos e explorados. Os metais preciosos das Américas transformaram a Europa e financiaram a Revolução Industrial naquele continente, tendo as colônias, como era o caso do Brasil, desempenhado papel crucial ao ter seus recursos extraídos e enviados para os colonizadores. Esse período, conhecido como Absolutismo, teve a sociedade dividida em castas ou classes, sendo elas dominantes (nobreza e clero), comerciantes (burgueses) e trabalhadores (camponeses e artesãos). Os tributos eram pagos pelos comerciantes e trabalhadores para

custear o Estado, a nobreza e o clero, que, por sua vez, não contribuíam com seus recursos, ficando apenas com os benefícios proporcionados pelos tributos (Brasil, 2014a).

A Idade Contemporânea (1789-atualmente) foi marcada por revoluções em razão de lutas do povo por direitos e por revolta pela cobrança de altos tributos. Entre as principais, no Brasil, houve a Conjuração Mineira, em 1789, causada por insatisfação pela cobrança da quinta parte de todo o ouro extraído para envio à Coroa Portuguesa como tributo (Brasil, 2014a).

Os conflitos causados pelas revoltas populares culminaram na independência de muitas das colônias; no caso do Brasil, a independência ocorreu em 1822, mas apenas em 1889 o país se tornou uma república. Dallari (1998) apresenta a República como oposta à Monarquia, como uma forma de governo com participação popular, com representantes escolhidos por eleição, mandatos temporários e responsabilização dos governantes; na monarquia absolutista, o poder era absoluto, hereditário, vitalício e sem limites.

Houve, na história, muitas configurações de organização de sociedades, de modo que "o Estado teria surgido da necessidade de se estabelecer um acordo entre indivíduos que viviam em comunidade" (Brasil, 2014b, p. 8). Os regimes políticos assumidos pelos Estados também foram diversos, assim, "democracia, cidadania, direitos humanos e sociais não são inatos ou naturais à condição humana, mas sim conquistas históricas [...]" (Brasil, 2014b, p. 11).

Em tempos atuais, o Estado é caracterizado por três elementos: Povo, Território e Governo Soberano (Meirelles, 2013). Ele possui monopólio do poder e dispõe de uma estrutura de serviços necessários para atender à população (Matias, 2014). Essa estrutura é formada por pessoas e bens, que são os servidores públicos e a estrutura física da administração pública, como hospitais, escolas e praças.

Para que essa estrutura seja mantida, servidores sejam contratados e pagos, prédios sejam construídos, supridos com móveis, equipamentos e materiais de consumo, são necessários recursos financeiros, que, por sua vez, são provenientes da própria população, que contribui por meio de tributos.

Para Piscitelli (2018, p. 29), a atividade financeira do Estado consiste no "conjunto de ações que o Estado desempenha visando à obtenção de recursos para seu sustento e a respectiva realização de gastos para a execução de necessidades públicas", ou seja, é a atividade de arrecadar e gerenciar valores para a aplicação em benefício da população. O funcionamento da administração pública depende destes recursos arrecadados da própria população.

Além de proporcionar conhecimentos de cidadania, a compreensão do funcionamento da arrecadação tributária e da aplicação dos tributos é interessante para permitir que as pessoas participem ativamente na sociedade.

A recente aprovação pela Câmara dos Deputados de uma reforma tributária, que tem como um dos focos deixar mais justa a cobrança de tributos sobre consumo (um dos aspectos mais debatidos por tributaristas em razão de causar grande impacto sobre pessoas de baixa renda), reacendeu o debate sobre alguns pontos que costumam ser discutidos de forma rasa e sem o devido conhecimento. Nesses casos, acaba por ser "comum" a difusão de informações incompletas, distorcidas ou completamente equivocadas.

A Educação Fiscal é uma forma de esclarecer a população sobre temas relacionados aos tributos e gastos públicos. Quanto mais ciente a população estiver, de melhor forma poderá fiscalizar a atuação do poder público e exercer a sua cidadania, protegendo-se também de informações falsas sobre o tema. De acordo com Grzybovski e Hahn (2006, p. 843), "o objetivo [da Educação Fiscal] é sensibilizar as pessoas sobre o valor socioeconômico do tributo, a importância do cumprimento dos deveres tributários e o direito de acompanhamento das ações públicas na aplicação dos recursos".

Preocupados em popularizar conhecimentos sobre a questão fiscal para favorecer o cumprimento das obrigações tributárias, em 1995, em um seminário sobre Federalismo Fiscal, expositores internacionais destacaram a necessidade de ações educativas sobre o tema. Nos anos seguintes, aconteceram outros movimentos que acabaram culminando na criação do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), lançado em 2002, para se desenvolver em âmbito federal, estadual e municipal. A coordenação nacional ficou a cargo da Escola de Administração Fazendária (ESAF), no Ministério da Fazenda. O programa foi estruturado em cinco módulos: o primeiro focava em estudantes do ensino fundamental; o segundo, naqueles do ensino médio; o terceiro era voltado para servidores públicos; o quarto era destinado aos cursistas do ensino superior; por fim, o quinto módulo, era para a sociedade civil organizada (São Paulo, 2025a).

A ESAF ofereceu o curso de Disseminadores de Educação Fiscal como o principal produto do PNEF. Inicialmente ofertado presencialmente, o curso passou a ser executado na modalidade a distância com sistema de tutoria, para aplicação na rede de educadores. O curso estava organizado em temas e se compunha de quatro cadernos: um sobre Educação Fiscal no Contexto Social; um sobre Relação Estado-Sociedade; um sobre Função Social dos Tributos; e o último sobre Gestão Democrática dos Recursos Públicos (São Paulo, 2025b).

Após a reestruturação administrativa ocorrida em 2019, o programa deixou de ser coordenado pela ESAF e foi formulado um protocolo do Conselho Nacional de Política

Fazendária (CONFAZ)[1]. O protocolo criou um grupo de trabalho de Educação Fiscal por meio de um ato COTEPE[2], que definiu os objetivos desse grupo, sendo alguns deles: definir a política do programa; e acompanhar e consolidar as ações dos Grupos de Educação Fiscal Estaduais (GEFEs) e dos Grupos de Educação Fiscal Municipais (GEFMs) (São Paulo, 2025a).

No Brasil, entre 2002 e 2017, foram capacitados 135.857 estudantes com o curso de disseminadores, porém, atualmente o curso não está sendo ofertado, tendo em vista que a ESAF não está mais na coordenação do PNEF, já que foi extinta e incorporada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em 2019 (São Paulo, 2025b). A ENAP possui, atualmente, alguns cursos de curta duração (30h, 35h e 40h) à disposição em sua vitrine, com temas relacionados à Educação Fiscal (Brasil, 2025a). Com as mudanças no PNEF, foi celebrado o Protocolo ICMS n.º 44/19, que estabelecia a manutenção do PNEF nos Estados signatários e a criação de um grupo de trabalho temático de Educação Fiscal (Brasil, 2019a). O Grupo de Trabalho n.º 66 foi criado pelo Ato COTEPE n.º 37/19 e divulgado pelo Ato COTEPE n.º 48/19 (Brasil, 2019b, 2019c), com os seguintes objetivos:

- Debater, promover estudos e definir a política do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF: missão, objetivos, valores, e condução estratégica;
- Planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações do PNEF;
- Manter sistemática de monitoramento e avaliação das ações do PNEF, realizadas conjuntas ou separadamente entre os partícipes;
- Prospectar recursos para alocação no PNEF;
- Acompanhar e consolidar as ações dos Grupos de Educação Fiscal Estaduais - GEFEs- e dos Grupos de Educação Fiscal Municipais - GEFMs;
- Realizar a divulgação do PNEF em âmbito nacional;
- Definir política própria de funcionamento do GT-Educação Fiscal;
- Atuar como integrador e articulador de experiências das esferas federal, estadual e municipal no âmbito governamental e não-governamental;
- Manter atualizado o arcabouço normativo do PNEF; e
- Sinalizar e recomendar substituições nas ações e no material institucional quando incompatíveis com os objetivos e diretrizes do PNEF.

Outras iniciativas que faziam parte do PNEF continuaram acontecendo. Um exemplo é a Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE), que realiza desde 2012 o Prêmio Nacional de Educação Fiscal, o qual anualmente premia projetos e iniciativas de impacto social sobre questões fiscais. Sua edição mais recente foi em 2025; o prêmio também faz parte do PNEF e continua acontecendo (Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, 2025).

Ainda por meio da Receita Federal do Brasil, em 2013, foi promovido um concurso nacional de curta-metragem “Luz, Câmera e Educação Fiscal”, em parceria com a Prefeitura de

[1] É um colegiado formado pelos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal.
[2] Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

Santa Maria-RS (Brasil, 2013); entre 2013 e 2023, houve cinco edições do concurso que premiou estudantes e professores (Santa Maria, 2021). A Prefeitura Municipal de Santa Maria mantém uma página eletrônica de Educação Fiscal com outras diversas ações e informações para os cidadãos (Santa Maria, 2025).

Além disso, a Receita Federal do Brasil tem em seu site uma seção de publicações que possui materiais didáticos para dinâmicas, bem como aulas, apostilas e revistas de cidadania fiscal (Brasil, 2025b, 2025c).

Cumprindo um dos objetivos do PNEF, muitos estados possuem programas ou ações de Educação Fiscal. Para buscar esses dados, foi realizada uma pesquisa nos sites dos governos do estado e suas secretarias de Fazenda, e as informações abaixo foram obtidas.

Os estados do Acre, Tocantins, Ceará, Piauí e Rio Grande do Sul possuem páginas eletrônicas bem organizadas, atualizadas e com uma boa variedade de materiais, como: apostilas, livros, cursos, artigos, vídeos, jogos, cartilhas e projetos com temáticas de Educação Fiscal. Os links das páginas estão no quadro abaixo:

Quadro 1 - Páginas eletrônicas com conteúdo de Educação Fiscal

Estado	**Página Eletrônica**
Acre	https://ead.sefaz.ac.gov.br/portal/?page_id=3813
Ceará	https://www.sefaz.ce.gov.br/educacao-fiscal/
Piauí	https://escolafazendaria.sefaz.pi.gov.br/educacao-fiscal
Rio Grande do Sul	http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/
Tocantins	http://ead.egefaz.to.gov.br/pluginfile.php/30723/mod_resource/content/67/inicio.html

Fonte: Elaboração própria. Os sites foram acessados em 3 mar. 2025.

Além disso, muitos dos Estados brasileiros possuem programas de premiação para incentivar as pessoas a exigirem o documento fiscal em suas compras. É uma forma de reduzir a sonegação, divulgar ações de Educação Fiscal e um modo de exercício da cidadania dos consumidores que passam a se envolver mais com questões fiscais. Abaixo consta um quadro com os estados que possuem esse tipo de programa.

Quadro 2 - Páginas eletrônicas de programas de premiação por meio de documentos fiscais

Estado	**Página Eletrônica**
Acre	https://notapremiadaacreana.ac.gov.br/home
Alagoas	https://nfcidada.sefaz.al.gov.br/
Amazonas	https://nfamazonense.sefaz.am.gov.br/
Bahia	https://www.npb.sefaz.ba.gov.br/sistemas/nbpp/
Ceará	https://suanotatemvalor.sefaz.ce.gov.br/#
Distrito Federal	https://www.notalegal.df.gov.br/
Espírito Santo	https://www.notapremiadacapixaba.es.gov.br/
Goiás	https://goias.gov.br/nfgoiana/
Maranhão	http://notalegal.sefaz.ma.gov.br/
Mato Grosso	https://www.sefaz.mt.gov.br/notamt/inicio
Mato Grosso do Sul	https://www.notamspremiada.ms.gov.br/
Minas Gerais	https://notafiscalmineira.fazenda.mg.gov.br/
Paraíba	https://notacidada.pb.gov.br/
Paraná	https://www.notaparana.pr.gov.br/
Piauí[3]	https://portal.sefaz.pi.gov.br/notapiauiense/
Rio Grande do Norte	https://np.sefaz.rn.gov.br/portal/#/home
Rio Grande do Sul	https://nfg.sefaz.rs.gov.br/site/index.aspx
Rondônia	https://notalegal.sefin.ro.gov.br/
São Paulo	https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/nfp
Sergipe	https://notadagente.sefaz.se.gov.br/

Fonte: Elaboração própria. Os sites foram acessados em 7 mar. 2025.

Outras iniciativas de projetos podem ser encontradas. Caminha *et. al.* (2017) analisaram o Projeto de Educação Fiscal para a Cidadania, que foi implantado no município de Lages-SC, tendo início em 2012, com quatro escolas; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a Associação Lageana de Assistência ao Menor (ALAM) também participaram do projeto. Em 2013, em parceria com a Receita Federal e a Secretaria de Educação, houve oferta de formação para os professores. Em 2014, o Projeto ocorreu em 32 escolas no município de Lages. Ano após ano, o projeto foi sendo ampliado, de modo que, em 2016, cinquenta e cinco instituições de educação participaram da iniciativa. Como parte do projeto, os estudantes visitaram o Observatório Social, a Secretaria de Educação, a Câmara dos Vereadores, a Receita Federal e a Prefeitura Municipal, enquanto internamente, durante as aulas, houve discussões e trabalhos interdisciplinares. Os autores, no entanto, fizeram algumas considerações a partir de entrevistas com professores que atuaram no projeto. As principais são contratos de trabalho temporários e não efetivos, prejudicando a continuidade de ações. Também trataram da questão da comunicação hierárquica que ocorreu na proposta do Grupo de Educação Fiscal, com os

[3] O site do programa só possui notícias e sorteios até 2020, porém, em contato telefônico com a Secretaria da Fazenda do Piauí, foi informado que o programa ainda existe, sem sorteios de prêmios, mas com disponibilização de créditos aos contribuintes.

diretores de escolas e depois com os professores que aplicam o projeto, quando a informação não chegava de forma exata ao final da linha, resultando em alguns professores apenas sendo informados que participariam em razão de suas turmas terem sido escolhidas.

Oliveira e Luchese (2023) analisaram o mesmo programa em Lages mais recentemente e fizeram o levantamento do número de crianças e estudantes que participaram. De 350, em 2013, a quantidade aumentou para 10.800, em 2021; os autores fizeram, inclusive, considerações de que o programa continuou ocorrendo mesmo em anos de pandemia.

No município de Cáceres-MT foi desenvolvido um projeto de educação fiscal com estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Ramos e Forte (2014), ao apresentarem os resultados, contam que as aulas ocorreram aos sábados à tarde e incluíram estudo de textos, músicas, debates, atividades práticas, que culminaram numa Feira de Educação Fiscal aberta à comunidade. Na feira, foram abordados temas como: arrecadação, tributação, destinação dos recursos, fiscalização, controle social e cidadania. A comunidade foi convidada a avaliar o evento, as respostas foram no sentido de reconhecer a relevância do tema e o despertar de conscientização e senso crítico no público. Um dos resultados que as autoras consideraram surpreendente foi o público responder acerca da falta de conhecimento sobre impostos, destacando que é uma palavra considerada conhecida, mas pouco discutida. As autoras fazem ainda uma defesa de continuidade de iniciativas como esta, justificando-a com base nos resultados positivos e no envolvimento dos estudantes, revelando ser um assunto de interesse deles.

Bezerra, Rodrigues e Machado (2022) fizeram um estudo sobre a Educação Fiscal na Região Metropolitana de Fortaleza-CE, no qual foram enviados questionários e feitas tentativas de contato com 19 municípios, com resposta de apenas 10 desses. Do grupo que respondeu, apenas quatro afirmaram desenvolver ações de Educação Fiscal (Eusébio, Fortaleza, Horizonte e Trairi). A resposta do município de Eusébio afirmou que, desde agosto de 2021, a Educação Fiscal é uma disciplina obrigatória para estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Horizonte listou atividades como visitas da Secretaria de Finanças (SEFIN) às escolas e das escolas à SEFIN, esquetes teatrais, programas de rádio, vídeos educativos e a participação em concurso nacional de Educação Fiscal, no qual o município foi premiado em 2019. Fortaleza também listou visitas das escolas à SEFIN e da SEFIN às escolas, bem como treinamentos, desenvolvimento de jogos e aplicativos, jornais, palestras, vídeos, disponibilização de livros, cursos de formação e um programa para incentivar as pessoas a pedirem documentos fiscais, podendo ganhar prêmios em dinheiro. O município de Trairi falou sobre programas de rádio acerca da temática. Os autores também fizeram registros sobre o fato de os municípios terem

ou não legislação própria sobre o tema, disponibilizarem recursos específicos e manterem estrutura para desenvolvimento de ações, afirmando que tais medidas demonstram a seriedade com que os municípios tratam a Educação Fiscal.

Após o apanhado teórico sobre a Rede Federal, o IFRR, a Educação Profissional e Tecnológica, a Formação Integral e Cidadão e a Educação Fiscal, segue o percurso metodológico que o trabalho seguiu para alcançar os resultados.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa contou com uma abordagem quali-quantitativa. Para examinar o modo como a Educação Fiscal pode ser abordada nas ementas dos componentes curriculares dos cursos do ensino médio integrado do CBVZO, foi utilizada a abordagem qualitativa. A respeito dela, Zanella (2009, p. 76) mostra esta abordagem como descritiva,

> pois, se preocupa com descrever os fenômenos por meio dos significados que o ambiente manifesta. Assim, os resultados são expressos na forma de transcrição de entrevistas, narrativas, declarações, fotografias, desenhos, documentos, diários pessoais, entre outras formas de coleta de dados e informações (Zanella, 2009, p. 76).

Para verificar a percepção dos estudantes quanto à importância da Educação Fiscal no mundo do trabalho e as dificuldades para aprendizado do tema, foi utilizada a abordagem quantitativa. Para Zanella (2009, p. 77), a pesquisa quantitativa "é apropriada para medir tanto opiniões, atitudes e preferências como comportamentos".

Para correlacionar os conhecimentos de Educação Fiscal com as necessidades da vida dos estudantes, é importante a compreensão a partir do ponto de vista dos participantes. A esse respeito, Zanella (2009) apresenta este como um outro aspecto da abordagem qualitativa, onde "o significado é a preocupação essencial" (Zanella, 2009, p. 76).

Quanto à natureza, a pesquisa foi aplicada, uma vez que esse tipo "objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos" (Silveira; Córdova, 2009, p. 35). No caso específico, o Produto Educacional gerado pretende ser uma alternativa e caminho para o ensino da temática da Educação Fiscal, tornando esses conhecimentos mais interessantes e próximos da realidade dos estudantes.

Sobre os objetivos, a pesquisa foi explicativa na verificação da percepção dos estudantes quanto à importância da Educação Fiscal e na correlação de conhecimentos de Educação Fiscal com as necessidades da vida dos estudantes. Também foi descritiva, considerando a análise de documentos como as ementas de componentes curriculares.

Quanto à caracterização dos procedimentos, a pesquisa foi documental e pesquisa-intervenção. De acordo com Rocha e Aguiar (2003, p. 64), "a pesquisa intervenção vem viabilizando a construção de espaços de problematização coletiva junto às práticas de formação e potencializando a produção de um novo pensar/fazer educação". Foram analisados planos de curso e ementas, e a pesquisa foi aplicada em turmas de terceiro ano do ensino médio do

IFRR/CBVZO, nas quais a pesquisadora foi a professora do componente curricular em que a pesquisa foi realizada.

3.2 Cenário da pesquisa

O local de aplicação da pesquisa foi o *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), unidade implementada no ano de 2012, com o objetivo de atender à população residente nesta área da capital de Roraima. O *campus* funcionou, inicialmente, em salas cedidas pelo *Campus* Boa Vista (CBV) e na Escola Estadual Elza Breves de Carvalho, em acordo firmado com o governo estadual para, somente em 2018, ocupar sua sede própria (IFRR, 2022a). Os primeiros cursos a funcionarem foram do eixo de Gestão e Negócios e, a partir de 2021, a oferta foi ampliada para o eixo de Produção Cultural e Design[4], ambos os eixos prioritários nos planos de desenvolvimento do *campus*.

Atualmente, a estrutura do *campus* está disposta em dois blocos distintos, que são divididos entre atividades de ensino e administrativas e que, por sua vez, abrigam salas de aulas, dois laboratórios de informática, um de Física e Matemática, outro de Biologia e Química, um espaço *Maker*, sala de descanso para professores, sala para apoio pedagógico, sala para coordenações de curso, sala para o departamento de ensino, auditório, biblioteca e salas para setores administrativos. Além disso, o *campus* conta com estacionamento, quadra poliesportiva e de areia, bem como um refeitório inaugurado em 2023. Abaixo tem-se a visão aérea do CBVZO, apresentada na Figura 1.

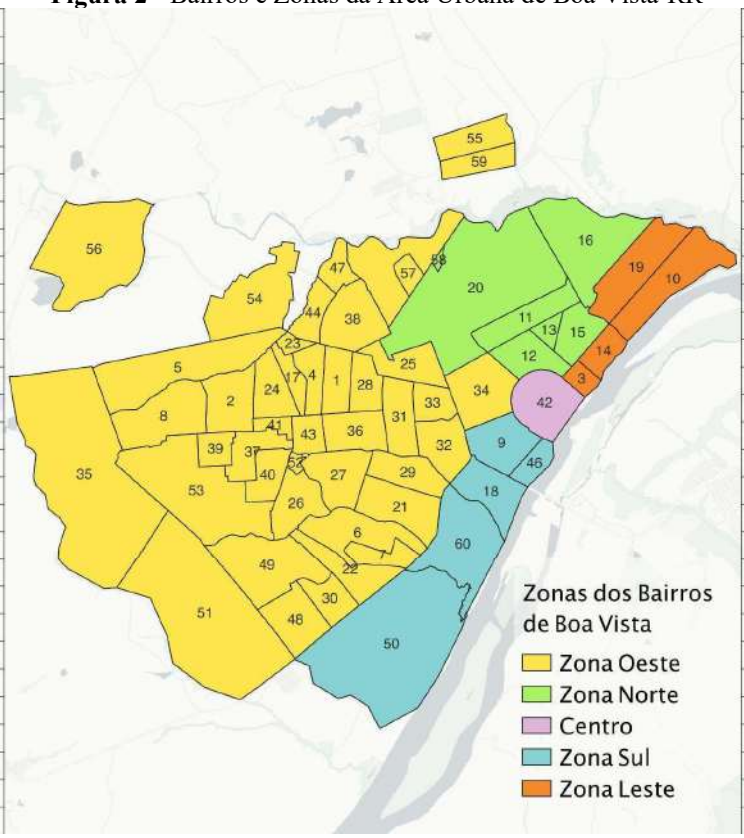
[4] A Resolução 562/2021 - CONSUP/IFRR, de 11 de março de 2021, aprovou o plano do Curso Técnico em Comunicação Visual Subsequente ao Ensino Médio, primeiro do Eixo de Produção Cultural e Design (IFRR, 2021).

Figura 1 - Visão aérea do *Campus* Boa Vista Zona Oeste

Fonte: Gildo Júnior - Assessoria de Comunicação e Marketing do IFRR/CBVZO. Abr. 2024.

Como exposto no mapa com os bairros de Boa Vista, listados na Figura 2, o *campus* está localizado na zona oeste da capital de Roraima, fazendo parte de um conjunto que é considerado como a periferia da cidade. Apesar de a Zona Oeste concentrar um maior número de bairros do que outras regiões da cidade, esta não é a maneira como a região é percebida pela população. De modo geral, os bairros da Zona Oeste são percebidos como aqueles que estão situados às bordas da cidade, o que para muitos moradores corresponde ao final de Boa Vista, vistos no mapa como os bairros 35 e 51 (Laura Moreira e Dr. Ayrton Rocha, respectivamente), por exemplo. Assim, a identidade do *campus* acaba se ligando mais a esses bairros periféricos que distam mais do centro da cidade do que, propriamente, à região oeste, como um todo.

Figura 2 - Bairros e Zonas da Área Urbana de Boa Vista-RR



1	TANCREDO NEVES
2	ALVORADA
3	SÃO PEDRO
4	SANTA TEREZA
5	MURILO TEIXEIRA
6	ARACELI SOUTO MAIOR
7	SÃO BENTO
8	JARDIM EQUATORIAL
9	SÃO VICENTE
10	05 DE OUTUBRO
11	DOS ESTADOS
12	SÃO FRANCISCO
13	31 DE MARÇO
14	CANARINHO
15	APARECIDA
16	PARAVIANA
17	JARDIM PRIMAVERA
18	13 DE SETEMBRO
19	CAÇARI
20	AEROPORTO
21	CENTENÁRIO
22	RAIAR DO SOL
23	PISCICULTURA
24	DR. SÍLVIO LEITE
25	JARDIM FLORESTA
26	JARDIM TROPICAL
27	JÓQUEI CLUBE
28	CAIMBÉ
29	CINTURÃO VERDE
30	BELA VISTA
31	BURITIS
32	PRICUMÃ
33	LIBERDADE
34	MECEJANA
35	LAURA MOREIRA
36	ASA BRANCA
37	PINTOLÂNDIA
38	CARANÃ
39	SANTA LUZIA
40	DR. SÍLVIO BOTELHO
41	NOVA CANAÃ
42	CENTRO
43	CAMBARÁ
44	UNIÃO
45	CAUAMÉ
46	CALUNGÁ
47	JARDIM CARANÃ
48	NOVA CIDADE
49	OPERÁRIO
50	DISTRITO INDUSTRIAL
51	DR. AYRTON ROCHA
52	OLÍMPICO
53	SEN. HÉLIO CAMPOS
54	CIDADE SATÉLITE
55	SAID SALOMÃO
56	JOÃO DE BARRO
57	PÁTIO CAUAMÉ
58	MONTE DAS OLIVEIRAS
59	PEDRA PINTADA
60	MARECHAL RONDON

Fonte: Arthur Citó (2023) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)/Núcleo de Apoio à Pesquisa de Roraima.

Percebe-se que a zona oeste contempla 43 dos 60 bairros de Boa Vista, sendo a região maior em extensão e em população, com uma cidade predominantemente plana, com pouquíssimos prédios com mais de três andares e extensão que se traduz em quantidade populacional. Além disso, é a área que mais cresce na cidade, já que os novos bairros são dessa região, onde se encontram locais com menos intervenções de rios, situação apresentada nas demais zonas. Conforme dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, a cidade de Boa Vista possui uma população de 413.486 pessoas (IBGE, 2025); a pesquisa fez um levantamento por bairro, e a zona oeste abriga 320.994, representando quase 80% do total de habitantes da capital (IBGE, 2022).

A Figura 3, abaixo, mostra o *campus* com uma visão do bairro logo à sua frente.

Figura 3 - Visão aérea do *Campus* Boa Vista Zona Oeste com o bairro à frente

Fonte: Gildo Júnior - Assessoria de Comunicação e Marketing do IFRR/CBVZO. Abr. 2024.

Em comparação, a Figura 4 mostra o *campus* como a última construção nesse bairro; depois dele, só se visualiza uma área sem habitações ou construções. Daí pode-se perceber a peculiaridade da localização dessa unidade do IFRR mesmo na capital.

Figura 4 - Visão aérea do *Campus* Boa Vista Zona Oeste com o lavrado atrás

Fonte: Gildo Júnior - Assessoria de Comunicação e Marketing do IFRR/CBVZO. Abr. 2024.

No contexto atual, o *campus* CBVZO oferta os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Administração, Publicidade e Design Gráfico, Cursos Subsequentes em Administração e Design Gráfico, Educação de Jovens e Adultos (Proeja) em Assistente em Administração e Superior de Tecnologia em Gestão Pública, este último nas modalidades presencial e à distância.

3.3 População e amostra

A população para esta pesquisa foi composta por 158 estudantes (todas as cinco turmas) do 3º ano do ensino médio integrado dos Cursos Técnicos em Administração e em Comércio do *Campus* Boa Vista Zona Oeste do IFRR, matriculados no componente curricular Legislação Empresarial e Tributária, e concluintes em 2024.

A intenção de amostra foi de 20% de respondentes da pesquisa dentro das cinco turmas da população, que equivale à média de estudantes encontrados, normalmente, em uma turma do 3º ano do ensino médio integrado.

3.4 Critério de seleção da amostra

A amostra que fez parte deste estudo foi selecionada de forma intencional, dando prioridades aos estudantes mais participativos (que mais interagiram durante as aulas), considerando o conhecimento da pesquisadora sobre a população e o propósito do estudo, de acordo com Gil (2002). Somente participaram do estudo os estudantes que se propuseram voluntariamente, com anuência prévia.

3.4.1 Critérios de inclusão

Foram incluídos neste estudo:

a) Todos os estudantes do 3º ano dos Cursos Técnicos em Administração e em Comércio Integrados ao Ensino Médio do CBVZO, menores de idade, cujos pais autorizaram sua participação na pesquisa por meio da assinatura do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) de autorização, e do Registro de Assentimento Livre e Esclarecido (RALE), este último assinado pelo estudante menor; e

b) todos os estudantes do 3º ano dos Cursos Técnicos em Administração e em Comércio Integrados ao Ensino Médio, maiores de idade, que concordaram com a participação por meio de assinatura do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE).

3.4.2 Critérios de exclusão

Foram excluídos desta pesquisa:

a) estudantes com menos de 75% de assiduidade nas aulas que estavam vinculadas à esta pesquisa no componente curricular Legislação Empresarial e Tributária.

3.5 Riscos

Os principais riscos foram relacionados ao participante se sentir constrangido por não saber ou não se sentir confortável em responder a alguma pergunta, porém, ele pôde desistir de responder às perguntas a qualquer momento, sem prejuízo algum. Outro possível risco seria a divulgação da identidade e das informações prestadas, no entanto, para minimizar esses riscos, os pesquisadores assumiram o compromisso de não divulgar essas informações, garantindo o sigilo e a confidencialidade em relação à identidade e a todas as informações coletadas.

3.6 Benefícios

Os principais benefícios foram relacionados com a contribuição para a formação integral do estudante e com seu pleno desenvolvimento por meio de conhecimentos que impactam na formação cidadã e nas múltiplas dimensões do ser humano.

Também houve contribuição para a instituição que poderá utilizar os resultados para futuros projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como para atividades integradas e com temas transversais. Por fim, é preponderante ressaltar que qualquer Produto Educacional, nesse sentido, pode ser aplicado em toda a rede dos Institutos Federais, o que certamente pode contribuir com o trabalho de diversos professores, bem como potencializar os resultados que aqui se ressalta como possíveis de atingir.

3.7 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados

Para que a pesquisa fosse desenvolvida no *Campus* Boa Vista Zona Oeste, o projeto foi apresentado ao diretor geral do *campus*, que deu sua anuência por meio de assinatura de um termo específico para este fim. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) por ser desenvolvido com a participação de pessoas. Um dos documentos apresentados foi esta Carta de Anuência da direção do *campus* onde a pesquisa foi aplicada.

Após aprovação pelo CEP, os estudantes foram convidados a participar voluntariamente da pesquisa por meio da assinatura do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE). Os estudantes menores de 18 anos que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Registro de Assentimento Livre e Esclarecido (RALE), e seus pais ou responsáveis assinaram o RCLE de autorização.

O primeiro objetivo específico foi sobre o modo como a Educação Fiscal pode ser abordada nas ementas dos componentes curriculares dos cursos do ensino médio integrado do CBVZO. Para isso, a pesquisadora examinou os planos de curso e ementas das modalidades integradas do CBVZO (pesquisa documental), verificando os conteúdos que podem conter essa matéria. A partir disso, foram descritos os tópicos das ementas que estão de acordo com os conteúdos propostos destacando as possíveis articulações.

Para atendimento do segundo objetivo específico – verificar a percepção dos estudantes quanto à importância da Educação Fiscal no mundo do trabalho e as dificuldades para o aprendizado –, foi aplicado um questionário (Apêndice B), com duas questões em escala de importância sobre os tributos e sete questões abertas para que o estudante expressasse seu entendimento sobre como os tributos afetam a renda e o consumo das famílias, o salários dos trabalhadores, as empresas, os serviços públicos, as classes sociais e quais as dificuldades para compreensão do conteúdo.

O terceiro objetivo – correlacionar os conhecimentos de Educação Fiscal com as necessidades da vida do estudante –, foi alcançado por meio de pesquisa bibliográfica, que teve o conteúdo incluído nas aulas ministradas aos estudantes do 3º ano do ensino médio do CBVZO, e com perguntas nos questionários para verificação da percepção dos estudantes quanto à importância da Educação Fiscal no mundo do trabalho e as dificuldades para aprendizado do tema (Apêndice B) e avaliação do Produto Educacional (Apêndice C).

O quarto objetivo específico foi elaborar um projeto de ensino sobre Educação Fiscal; para isso, durante o componente curricular Legislação Empresarial e Tributária, a temática

Empresarial foi trabalhada no primeiro semestre; posteriormente, no segundo semestre de 2024, o conteúdo tributário e fiscal foi introduzido nas aulas; o projeto de ensino está no Apêndice D.

Inicialmente, foi aplicado um questionário para caracterização e verificação de conhecimentos prévios (Apêndice A), o instrumento contou com quatro questões para caracterização do público (curso, idade, gênero e formas de acesso aos conteúdos de política e economia) e seis questões abertas em que os estudantes foram indagados sobre os conhecimentos que possuíam sobre tributos, sua cobrança e destinação, o conhecimento de espécies tributárias, benefícios que a população pode ter e sobre a recente reforma tributária.

Durante as aulas foram desenvolvidos dezesseis conteúdos programados no projeto de ensino, foram realizados 15 (quinze) encontros de 2h cada, totalizando 30h distribuídas em dois bimestres letivos. A dinâmica aplicada nas aulas foi de exposição dialogada de conteúdos, exibição de filmes e documentários, aula integrada realizada em parceria com um professor de Sociologia, aplicação de jogos para fixação e revisão do conteúdo, avaliações e desenvolvimento de trabalhos de pesquisa para aprofundamento de tópicos específicos do tema. O projeto teve sua culminância com a apresentação desses trabalhos de pesquisa.

Ao final, foi aplicado um questionário (Apêndice B) para avaliar a percepção dos estudantes quanto à importância da Educação Fiscal, as dificuldades para aprendizado do tema e os conhecimentos adquiridos por meio do projeto. Também foi aplicado um questionário de avaliação do produto pelos estudantes (Apêndice C); o instrumento contou com 11 questões, sendo nove com escalas de satisfação sobre a visão geral do projeto de ensino, o desempenho da professora, a qualidade do material e a linguagem utilizada nas aulas, a inclusão de filmes, a aplicação de jogos, a aula integrada e o aprendizado sobre o tema, além de uma questão com escala de importância sobre o conteúdo e uma questão aberta para que os estudantes apontassem pontos positivos e negativos, bem como alguma observação sobre o projeto de ensino.

3.8 Tratamento dos dados

Após obter os dados dos questionários, os resultados foram compilados em planilhas do *Excel*, gráficos e quadros para análise e interpretação. Ao final, realizou-se a consolidação dos dados e redação deste trabalho para apresentação dos resultados.

Foi utilizada estatística descritiva para os dados quantitativos e análise de conteúdo para os dados qualitativos. Para Bardin (1977, p. 31), a análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. De acordo com Zanella (2009), conta com pré-análise, análise do material ou descrição analítica do conteúdo e interpretação dos resultados.

As questões discursivas dos questionários foram analisadas para entendimento de que tipo de agrupamentos poderiam ser feitos para gerar uma interpretação posterior. Bardin (1977, p. 117) aponta que "a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos".

Para uso da análise de conteúdo, as perguntas sobre a matéria estudada tiveram suas respostas categorizadas em *Correta, Parcialmente correta, Incorreta* e *Não soube responder,* a fim de analisar o quanto os estudantes conseguiram compreender da temática estudada. Para a pergunta sobre as dificuldades que os estudantes encontraram para aprendizagem, a categorização foi outra, as respostas foram agrupadas conforme o tema a que se referiam: *Conteúdo*; *Formato/estratégias de aula*; *Atenção/esforço do estudante*; *Relacionar o aprendizado com a prática*; *Falta de conhecimento prévio*; *Sem relação ou confusas*; e *Nenhuma dificuldade*. A partir desses agrupamentos, houve a interpretação das respostas recebidas para gerar os resultados que estão detalhados na seção de Resultados e Discussões.

4 PROPOSTA DE PRODUTO

4.1 Descrição do Produto Educacional

Tratou-se de um projeto de ensino desenvolvido dentro do componente curricular Legislação Empresarial e Tributária no período de 2024 com as turmas de 3º ano dos Cursos Técnicos Integrados em Administração e em Comércio do IFRR/CBVZO.

O Projeto de Ensino teve exposição dialogada de conteúdos, exibição de filmes e documentários, aula integrada realizada em parceria com outro professor, aplicação de jogos de tabuleiro para revisão do conteúdo, desenvolvimento de trabalhos de pesquisa pelos estudantes, que culminou com a apresentação destes trabalhos.

4.2 Formato

O Projeto de Ensino foi registrado de modo textual, com apresentação de um roteiro descrevendo as fases do projeto e os instrumentos utilizados. O documento final está em formato Portable Document Format (PDF).

4.3 Objetivo

Despertar e manter o interesse dos estudantes na temática da Educação Fiscal por meio de adaptações para tornar o tema mais atrativo para o público adolescente, contribuindo para a sua formação integral e cidadã.

4.4 Conteúdos

- Noções de Direito Tributário: atividade financeira do Estado e conceitos;
- Princípios do Direito Tributário;
- Limitações constitucionais ao poder de tributar;
- Código tributário nacional e legislação tributária;
- Hierarquia das normas;
- Tributos: conceitos, funções e espécies;
- Impostos municipais, estaduais e federais;
- Imposto sobre grandes fortunas;

- Impostos sobre consumo, renda e patrimônio;
- Finanças, administração tributária, arrecadação, orçamento público e portais da transparência;
- Fiscalização e repartição das receitas;
- Obrigação tributária: fato gerador e sujeitos.
- Crédito tributário: constituição, suspensão, extinção, prescrição, decadência, exclusão, garantias, privilégios e preferências;
- Imunidade, isenção e não-incidência;
- Dívida ativa, certidão negativa, processos tributários e ciclo tributário;
- Reforma tributária.

4.5 Aplicação

O produto poderá ser aplicado com outras turmas de ensino médio que tenham ou não o conteúdo tributário em seus componentes curriculares. Como o tema é de grande importância para a formação integral e cidadã dos estudantes, e o produto apresenta os conteúdos a serem trabalhados, o projeto também pode ser aplicado sem vinculação com componentes curriculares específicos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Possibilidades de articulação da Educação Fiscal com componentes curriculares nos cursos do ensino médio integrado do CBVZO

Os cursos técnicos são ofertados pelas instituições de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio de resolução, cuja primeira versão é de 2008 e a mais atual é a 4º edição, publicada em 16 de dezembro de 2020, com alteração de conteúdo em 29 de novembro de 2024 (Brasil, 2025d). O Catálogo é dividido em Eixos e sua versão mais atual também está dividida em Área Tecnológica (Brasil, 2025e).

O CBVZO iniciou sua atuação com o eixo de Gestão e Negócios, ofertando os cursos Técnico em Comércio e em Serviços Públicos, com as primeiras turmas dos cursos integrados iniciando em 2016[5].

A última turma do Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio iniciou em 2022, com conclusão em 2024. Desde então, não houve novas turmas deste curso. O Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio começou a ser ofertado em 2022; em 2024 as primeiras turmas desse curso se formaram.[6]

De acordo com o perfil profissional de conclusão presente no Projeto Pedagógico do Curso (IFRR, 2022a, p. 11), “os profissionais formados no curso Técnico em Administração poderão atuar no setor de Comércio em geral ou em instituições públicas, privadas e do setor terciário [...]”. Isso corrobora a movimentação feita pelo CBVZO no sentido de iniciar a oferta desse curso enquanto gradualmente diminuía aquela dos cursos de Comércio e Serviços Públicos, já que o Curso de Administração oferece uma formação mais ampla, que acaba por englobar os cursos do mesmo eixo que deixaram de ser ofertados. A última turma de Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio, até então, e as quatro primeiras turmas de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio participaram da aplicação do Produto Educacional de Educação Fiscal, objeto deste estudo.

Os cursos integrados ao ensino médio oferecem componentes curriculares de base nacional comum, parte diversificada e de formação profissional. Foram analisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e as ementas das versões mais recentes dos dois cursos participantes, com finalidade de buscar temas a serem cumpridos nas aulas que possam ter

[5] Informações obtidas na Coordenação de Registros Acadêmicos.
[6] Informações obtidas na Coordenação de Registros Acadêmicos.

relação com Educação Fiscal nas diversas matérias dos três anos do ensino médio, bem como possibilidades de integração e transversalidade.

Na Base Nacional Comum, foram encontrados nos componentes de História, Sociologia, Geografia e Filosofia conteúdos que poderiam se aproximar do tema Educação Fiscal, sendo abordados de forma integrada entre componentes curriculares. Na parte diversificada, há o componente Ética, Cidadania e Meio Ambiente e na Formação Profissional, as matérias de Fundamentos de Economia, Noções de Contabilidade, Gestão de Pessoas, Matemática Financeira e Legislação Empresarial e Tributária, essa última sendo um componente mais específico no qual foi aplicado o Produto Educacional. Os componentes curriculares destacados são oferecidos tanto pelo Curso Técnico em Comércio quanto pelo Curso Técnico em Administração, ambos integrados ao ensino médio, com apenas algumas exceções que estão relatadas nos quadros a seguir.

No quadro abaixo, estão elencados os temas encontrados nas ementas dos componentes curriculares da Base Nacional Comum, que podem ser trabalhados em sua relação com a Educação Fiscal.

Quadro 3 - Tópicos dos componentes da Base Nacional Comum

(continua)

Base Nacional Comum		
Período	**Componente Curricular**	**Tópicos**
1º ano	História	1. As civilizações orientais e ocidentais clássicas: trabalho e organização política. 2. A produção de riqueza nas diversas civilizações ocidentais e orientais. 3. Feudalismo: a terra como elemento de riqueza. 4. A estrutura socioeconômica, política e cultural medieval. 5. Os mundos Bizantino e Árabe: economia e a sociedade. 6. Transição do Feudalismo para o Capitalismo.
1º ano	Sociologia	7. O homem como um ser social. 8. O indivíduo e a sociedade. 9. Processos de socialização. 10. As relações sociais e as instituições sociais (família, escola, religião e estado).
2º ano	História	11. A modernidade e seus aspectos político e econômico. 12. A formação dos estados nacionais: surgimento da administração pública, da sociedade de corte e burocracia estatal. 13. Início da administração pública no Brasil e modelo agrário brasileiro: capitanias hereditárias, latifúndio e agricultura de exportação. 14. Governo geral: conflitos coloniais, a inconfidência mineira e baiana. 15. Período Joanino e as reformas administrativas realizadas pelo Marquês de Pombal. 16. Os processos de independência na América latina: reflexões sobre a dependência política, econômica e cultural a partir do século XIX.

Fonte: autoria própria com base nas ementas dos Cursos de Técnico em Administração e em Comércio Integrados ao Ensino Médio do CBVZO.

Quadro 3 - Tópicos dos componentes da Base Nacional Comum

(conclusão)

2º ano	Geografia	17. Setores da Economia. 18. Países desenvolvidos. 19. Países subdesenvolvidos. 20. Países emergentes. 21. Problemas sociais e ambientais nas cidades.
2º ano	Filosofia	22. Cidadania (tem em Comércio, mas não em Administração). 23. Ser humano: ser político. 24. Desigualdade social.
2º ano	Sociologia	25. Política: relações de poder. 26. Poder e Estado 27. Política, cidadania 28. A relação entre Estado e Sociedade. 29. Regimes Políticos. 30. Ideologia. 31. Direitos Humanos. 32. Igualdade e equidade
3º ano	História	33. A globalização e as economias mundiais. 34. O mundo do trabalho: Revolução Russa e Novas ideologias
3º ano	Geografia	35. Mundo socialista. 36. Capitalismo 37. Comércio Internacional 38. Exclusão e Desigualdades sociais 39. Blocos econômicos 40. As multinacionais 41. Os fluxos de mercadorias e de informações do capital
3º ano	Filosofia	42. O individual e o coletivo 43. Educação midiática
3º ano	Sociologia	44. Economia e o mundo do trabalho atual 45. Movimentos sociais

Fonte: autoria própria com base nas ementas dos Cursos de Técnico em Administração e em Comércio Integrados ao Ensino Médio do CBVZO.

Na Base Nacional Comum e na Parte Diversificada, os temas que tratam do surgimento e organização de sociedades podem ser desenvolvidos considerando: o aspecto de necessidade de cobrança de tributos; como essa cobrança ocorreu em outras épocas e sociedades; como os Estados gerenciavam esses recursos ao longo do tempo; qual a relação desse aspecto com ideologias políticas e formas de governo; como os cidadãos se relacionavam e se relacionam com seus direitos e deveres, levando em conta os tributos; como lutas históricas tiveram relação com tributos; entre tantas outras formas de discutir o tema.

Durante as aulas, parte desse debate já é feito, mas, se houver um destaque mais acentuado fazendo relação com aspectos mais diretos da Educação Fiscal, os estudantes podem fazer a conexão de conhecimentos de uma forma mais completa.

Antunes e Padilha (2010, p. 18) afirmam que, quando se trata de Educação Integral, deve-se pensar além das vertentes da formação humana, sendo necessário ampliar a visão para diferentes possibilidades de ensino, considerando articulações a partir de "projetos integrados e integradores, de ações e parcerias intersetores e interculturas".

Kern (2009) falou sobre isso em sua dissertação de mestrado acerca de Educação Financeira, quando, como professora de Matemática de outra escola, aplicou seu projeto com estudantes de 3º ano de uma escola pública e teve a colaboração de professores de Geografia, Português e outra professora de Matemática da escola que recebeu o projeto. Ainda que não tenha sido com integração de conteúdos de ementas, tanto os professores quanto alguns dos estudantes conseguiram fazer a relação de conhecimentos dessas outras matérias com a Educação Financeira, relacionando, ainda, Filosofia, Sociologia e História. Como um dos temas, o trabalho de Kern incluiu a Educação Fiscal por reconhecer sua importância na vida financeira das famílias e contou com a participação da Receita Federal tratando sobre cidadania. Percebe-se uma composição de temas de grande importância para a formação integral e que podem envolver vários componentes curriculares e áreas de conhecimento.

Um dos tópicos que se destaca na Base Nacional Comum é a Educação Midiática, muito relevante atualmente e que possui total relação com a Educação Fiscal, uma vez que muito se tem feito nas redes sociais para circular notícias falsas relacionadas à política e economia.

Resende (2023, p. 47-48) ressalta que a educação tem cada vez mais se voltado ao desenvolvimento de competências midiáticas o que, nas palavras do autor, acaba "evidenciando sua importância na formação de uma cidadania ativa e crítica". Compreender o conteúdo que se consome nos mais diversos tipos de mídia é essencial para qualquer pessoa, sobretudo em um mundo em que, cada vez mais, estamos imersos em redes sociais nas quais essas são produzidas e trafegadas com crescimento exponencial, conforme aponta Gleick (2013).

Nesse contexto, pensar na educação midiática para adolescentes e jovens que estão formando sua visão de mundo, construindo suas percepções e ideologias, é sobremaneira importante tendo a Educação Fiscal como assunto transversal à midiática. Quanto mais literacia os estudantes possam ter para lidar com as mídias, de igual modo poderão formar uma percepção mais adequada sobre tudo o que envolve as questões fiscais no Brasil e no mundo. Resende (2023, p. 45) lembra que "muito do mau uso das redes sociais digitais, certamente, vem das poucas experiências formativas para os cidadãos que os atuais modelos de ensino ofertam", o que corrobora a visão aqui apresentada de que uma aliança entre a educação midiática e fiscal pode ser muito benéfica aos estudantes.

Abaixo está o quadro que mostra o componente Ética, Cidadania e Meio Ambiente, da Parte Diversificada, cujos tópicos destacados possuem relação com os elencados na Base Nacional Comum e, portanto, podem ser tratados de forma integrada e/ou buscando relação com as considerações relacionadas acima. Além disso, aspectos relacionados à sonegação e evasão fiscal podem ser discutidos à luz da questão ética, considerando o impacto social que a perda de arrecadação pode causar.

Quadro 4 - Tópicos dos componentes da Parte Diversificada

Parte Diversificada		
Período	**Componente Curricular**	**Tópicos**
2º ano	Ética, cidadania e meio ambiente	1. Cidadania: conceito, direitos e deveres. 2. A construção do cidadão e os espaços de cidadania

Fonte: autoria própria com base nas ementas dos Cursos de Técnico em Administração e em Comércio Integrados ao Ensino Médio do CBVZO.

Um outro componente curricular que não foi colocado nos quadros, mas pode ser desenvolvido de forma a ter alguma relação com a Educação Fiscal é a Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, presente nos três anos do ensino médio, pois, durante suas aulas, vários textos são usados para explicar e exercitar diversos temas de gramática ou interpretação de texto, por exemplo, e podem ser utilizados textos com conteúdos ligados a várias áreas de conhecimento, como Educação Fiscal, com discussões de assuntos relevantes para a vida dos estudantes, inclusive para prática de redações.

No quadro abaixo, estão relacionados os tópicos encontrados nos componentes da Formação Profissional.

Quadro 5 - Tópicos dos componentes da Formação Profissional

(continua)

Formação Profissional		
Período	**Componente Curricular**	**Tópicos**
1º ano	Fundamentos de Economia (em Comércio está no 1º ano, em Administração está no 2º ano)	1. Fluxo circular da renda 2. Funcionamento do sistema econômico capitalista 3. Função do preço no sistema capitalista 4. Lei da demanda e oferta 5. Teoria da firma: produção e custos de produção 6. Contabilidade social básica (PIB, PNB, IDH e Inflação). 7. O papel do Estado na atividade econômica 8. Políticas econômicas 9. Gastos públicos e dívida pública 10. Balanço de pagamentos

Fonte: autoria própria com base nas ementas dos Cursos de Técnico em Administração e em Comércio Integrados ao Ensino Médio do CBVZO.

Quadro 5 - Tópicos dos componentes da Formação Profissional

(conclusão)

2º ano	Noções de Contabilidade	11. Balanço Patrimonial: componentes, estrutura, variações de patrimônio, estática patrimonial 12. Demonstração do Resultado do Exercício, contas de resultado, apuração do resultado 13. Noções de análise das demonstrações 14. Medidas de eficiência financeira 15. Noções de Contabilidade de Custos 16. Formação de preço de venda
2º ano	Gestão de Pessoas	17. Noções de legislação trabalhista
2º ano	Matemática financeira	18. Taxa de inflação 19. Juros simples 20. Juros compostos
3º ano	Legislação Empresarial e Tributária	21. Direito empresarial 22. Personalidade jurídica 23. Tipos empresariais 24. Constituição de empresa 25. Noções de Direito tributário: conceitos, legislação tributária, Código Tributário Nacional, Atividade financeira do Estado 26. Princípios tributários 27. Limitações ao poder de tributar 28. Hierarquia das normas 29. Tributos: conceitos, funções de espécies 30. Obrigação tributária: fato gerador, sujeitos, crédito tributário, constituição, suspensão, extinção, prescrição, decadência, exclusão, garantias, privilégios e preferências. 31. Administração tributária: arrecadação, fiscalização, dívida ativa, certidão negativa 32. Processos tributários: processo administrativo e processo judicial

Fonte: autoria própria com base nas ementas dos Cursos de Técnico em Administração e em Comércio Integrados ao Ensino Médio do CBVZO.

O componente de Fundamentos de Economia pode se relacionar, na medida em que apresenta indicadores e conceitos sobre o fluxo financeiro e econômico do país, chegando até a tratar de gastos e dívida pública, do papel do Estado na atividade econômica e de políticas econômicas que possuem uma relação íntima com a arrecadação tributária.

Em Noções de Contabilidade, aspectos patrimoniais e de resultado das empresas são destrinchados, trazendo questões como dívidas, despesas e custos tributários que impactam também na formação de preços. Contadores tributaristas se utilizam da legislação tributária para buscar benefícios e redução de tributos, de forma a maximizar os resultados empresariais.

Em Gestão de Pessoas, há o tema de Legislação Trabalhista, que possui relação com a Educação Fiscal, pois parte dos tributos pagos pelos cidadãos são descontados diretamente dos seus salários, bem como existem tributos pagos pelas empresas que são calculados de acordo com os valores da folha de pagamento.

Em Matemática Financeira, são vistos aspectos práticos de cálculos de inflação e juros, que podem ser relacionados com a atividade financeira do Estado, que se utiliza, para obtenção de recursos, da arrecadação de tributos e da dívida pública (Matias-Pereira, 2012).

O componente de Legislação Empresarial e Tributária acaba por ser o mais específico em se relacionar com a Educação Fiscal. Na parte Empresarial, algumas questões já são abordadas por serem afetadas pelas escolhas ou obrigações tributárias de acordo com os tipos de empresas. A parte Tributária trata do tema em suas minúcias, motivo pelo qual aspectos conceituais e de funcionamento são estudados, as espécies tributárias são diferenciadas, as funções dos tributos são esclarecidas, os impostos são detalhados e dispositivos legais são apresentados. Apesar de outras matérias dos cursos poderem se relacionar com a Educação Fiscal, nenhuma outra possui tantos detalhes quanto essa, razão pela qual o Produto Educacional foi aplicado nesse componente curricular.

O PPC de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio possui uma seção de Projetos, que trata da possibilidade de projetos de pesquisa, de extensão e de ensino integrado, com base na interdisciplinaridade. Uma outra seção, de Orientações Metodológicas, trata do fato de a integração ser "desenvolvida por grande área de conhecimento ou por compatibilidade de ementas" (IFRR, 2022a, p. 68).

Na seção de Critérios e Procedimentos de Avaliação, é citado como um dos instrumentos uma Avaliação Integrada que possui "o objetivo de integrar as diversas áreas do conhecimento a partir de um tema gerador", sendo este "escolhido em votação, visando à superação da fragmentação do conhecimento, possibilitando a formação integral dos discentes" (IFRR, 2022a, p. 76).

O PPC do Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio (IFRR, 2022b) possui passagens semelhantes às citadas nos parágrafos acima, com exceção da Avaliação Integrada.

Os Projetos dos Cursos estudados não possuem planos de integração bem definidos, apenas elencam possibilidades, deixando a cargo dos professores e da equipe pedagógica o planejamento de cada caso. Com o tema Educação Fiscal, houve projetos integrando componente curricular que continha o tema tributário em sua ementa com Filosofia e Sociologia em 2017 e 2019, com estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos Integrado ao Ensino Médio no *Campus* Boa Vista Zona Oeste[7].

Algumas instituições ou equipes optam por incluir projetos integradores já em seus planos de curso, definindo os componentes curriculares, os temas e atividades que serão

[7] Projetos desenvolvidos pela autora em parceria com os professores de Filosofia e Sociologia de cada ocasião.

realizadas, enquanto outras instituições e equipes optam por colocar a previsão de tais projetos nos planos, mas permitindo sua criação e execução de forma mais orgânica por parte dos professores e demais servidores, que podem desenvolver projetos diferentes em cada período, a depender de articulações dos envolvidos.

Como exemplo de Projeto Pedagógico de Curso que já inclui projeto integrador fixo, pode-se citar, dentro do próprio IFRR, o Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do *Campus* Boa Vista, que determina que os projetos integradores "serão desenvolvidos no 3º, 4º e 5º módulos do curso e deverão ser iniciados e concluídos dentro de um mesmo período letivo" (IFRR, 2018, p. 72). O plano cita, ainda, que "cada projeto integrador terá componentes curriculares vinculados que deverão ser necessariamente cursados concomitante ou anteriormente ao desenvolvimento do projeto" (IFRR, 2018, p. 72). Menciona também que os projetos serão desenvolvidos por equipes orientadas por professores e coordenação de curso, que relatórios deverão ser gerados e que a pontuação dos projetos corresponderá a 50% da nota do semestre (IFRR, 2018).

Em análise, podem-se citar pontos positivos e negativos nas duas formas. Quando os projetos estão previstos de forma fixa, já existe uma previsão e obrigatoriedade de ocorrerem, mas podem ficar engessados e acabar por não gerarem os benefícios esperados. Quando os projetos são apenas incentivados e não definidos de forma fixa, podem ser deixados de lado, ser pouco explorados, mas também podem ser mais ligados a temas atuais e planejados com uma diversidade maior de possibilidades.

Ao tratar de possibilidades que os Projetos Pedagógicos de Curso analisados podem gerar em termos de projetos e atividades integradoras, esta subseção citou componentes curriculares e tópicos das ementas da Base Nacional Comum, Parte Diversificada e de Formação Profissional que são de responsabilidade de professores lotados de acordo com as necessidades do ano letivo, disponibilidade de carga horária e área de formação. Desse modo, em cada período, ideias diferentes podem ser desenvolvidas por meio da articulação desses profissionais.

As subseções seguintes tratam dos resultados obtidos por meio da aplicação de questionários antes, durante e após a aplicação do Produto Educacional.

5.2 Caracterização

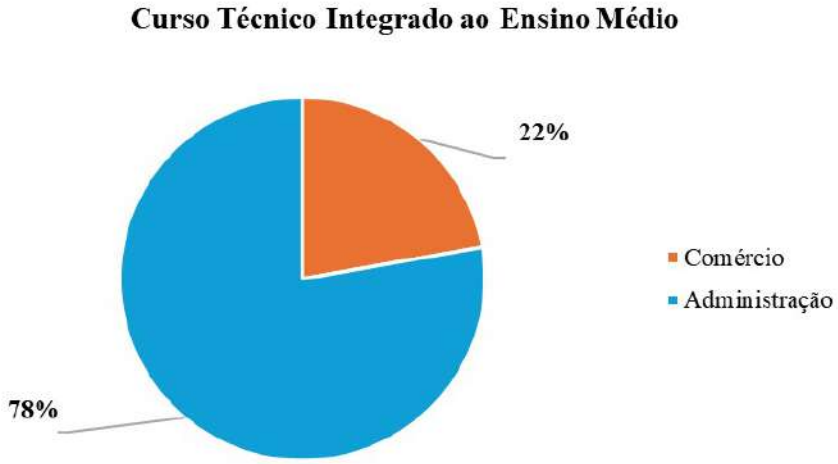
O Projeto de Ensino foi aplicado em cinco turmas de ensino médio, sendo uma do Curso Técnico em Comércio e quatro do Curso Técnico em Administração. Estavam cursando

Legislação Empresarial e Tributária 158 estudantes, todos os quais foram convidados a participar da pesquisa por meio dos Registro de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido. Os questionários dos voluntários foram recebidos e os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados. A amostra foi selecionada considerando a participação e envolvimento dos estudantes durante as aulas. Este estudo conta, então, com uma amostra de 63 estudantes em cada um dos questionários.

Antes de iniciar a exposição dos conteúdos do Produto Educacional, foi aplicado um questionário para caracterização do público e para entendimento dos conhecimentos prévios dos estudantes.

Dentro da amostra analisada, 22% dos estudantes eram do Curso Técnico em Comércio e 78% do Curso Técnico em Administração, conforme Figura 5. A amostra é proporcional à quantidade de estudantes em cada curso no terceiro ano do ensino médio.

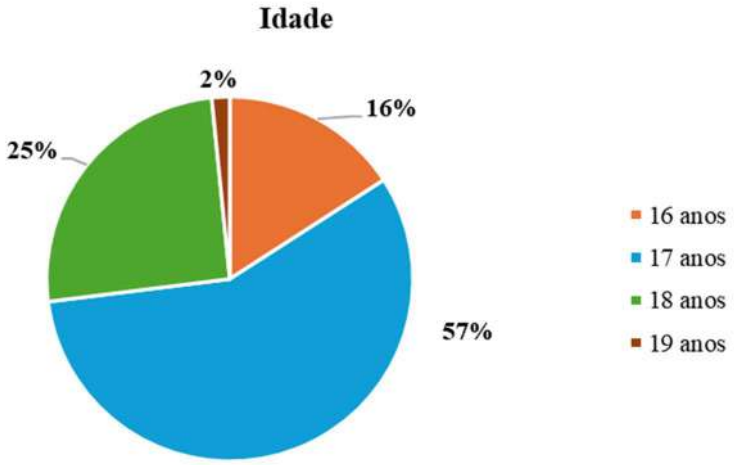
Figura 5 - Gráfico com dados dos estudantes por curso



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Quanto à idade dos estudantes, a maioria possuía 17 anos no início do Projeto, 57%, seguidos de 25% com 18 anos, 16% com 16 anos e 2% com 19 anos, conforme Figura 6.

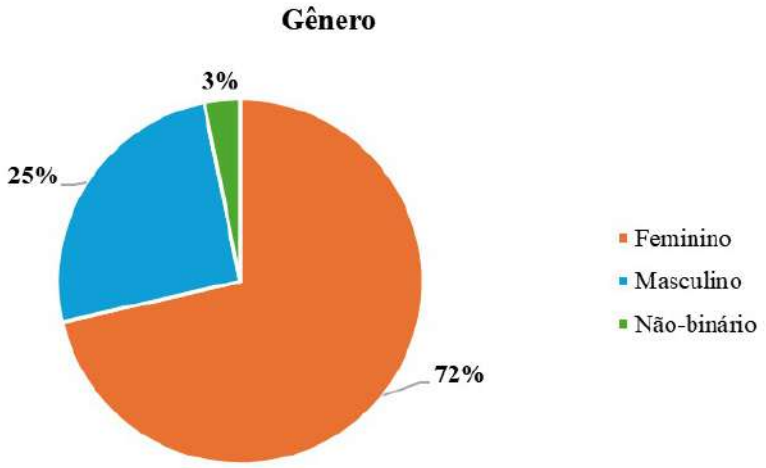
Figura 6 - Gráfico com dados dos estudantes por idade



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Em relação ao gênero, 72% se identificam com o gênero feminino, 25% como masculino e 3% como não-binários, de acordo com a Figura 7.

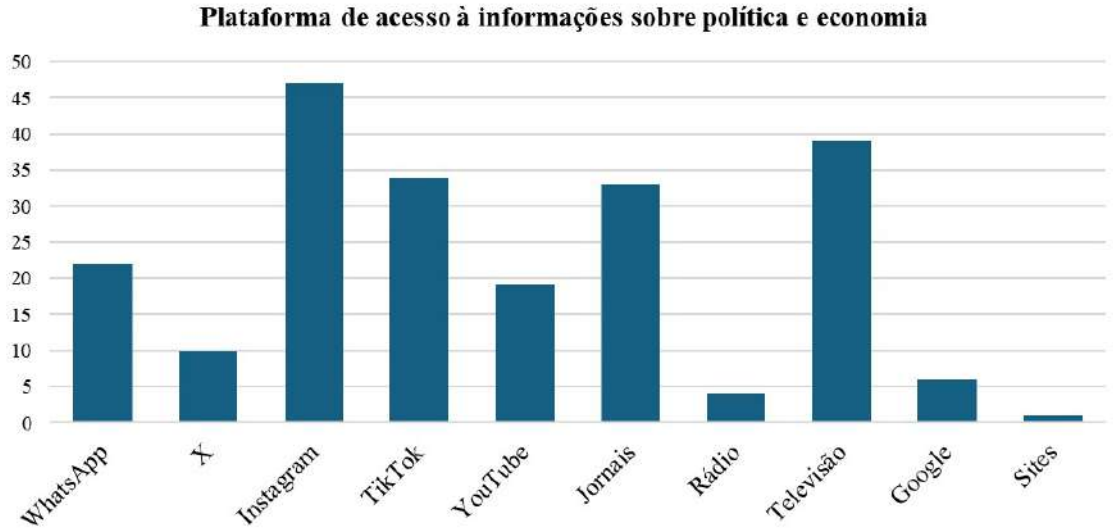
Figura 7 - Gráfico com dados dos estudantes por gênero



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Os estudantes foram questionados por quais plataformas acessam as informações sobre política e economia. Nessa questão, eles poderiam marcar mais de uma opção. A maioria se informa por meio do Instagram (47), seguido da Televisão (39), TikTok (34), Jornais (33), WhatsApp (22), YouTube (19), X (10), Google (6), Rádio (4) e Sites (1). As opções de Google e Sites foram escritas pelos estudantes além das opções apresentadas. A Figura 8 mostra esses dados de forma comparativa.

Figura 8 - Gráfico com dados das plataformas de acesso a informações sobre política e economia



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

É essencial destacar a importância e influência que as redes sociais possuem na vida das pessoas na atualidade. Também é importante mencionar que as plataformas têm perfis oficiais de redes sérias de notícias, mas possuem perfis diversos que fazem divulgação de conteúdo sem a devida apuração e responsabilização, transmitindo informações deturpadas, equivocadas, incompletas ou propositalmente mentirosas, diante das quais os usuários podem não fazer a correta distinção de acordo com a fonte das notícias a que têm acesso, se se trata de conteúdos verificados ou não.

Para Wilke (2019, p. 396), "tão relevante quanto a capacidade para acessar, produzir e disseminar informações, continuam a ser as habilidades de aprender a ler e de significar o mundo". Assim, o conhecimento de temas sociais, políticos e econômicos é de grande ajuda para receber e analisar informações de forma crítica, reduzindo a possibilidade de aceitação e repasse de conteúdos falsos.

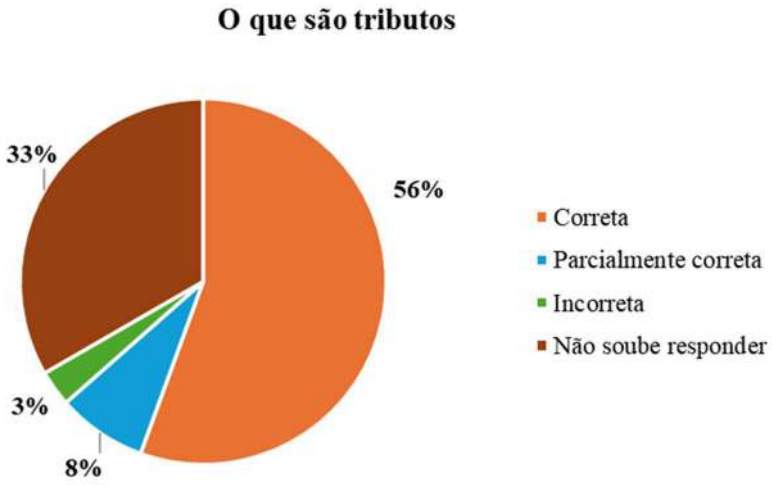
5.3 Conhecimentos prévios

Moreira (2017, p. 160), ao apresentar a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel, fala que "o fator isolado que mais influencia a aprendizagem é aquilo que o aluno já sabe (cabe ao professor identificar isso e ensinar de acordo)". Assim, uma avaliação de conhecimentos prévios pode ser um instrumento que faz o professor entender de que ponto partir, onde deve ser mais ou menos incisivo e com qual o nível de profundidade pode atuar naqueles temas.

As questões sobre conhecimentos prévios foram questões abertas para que os estudantes pudessem expressar de forma livre seus entendimentos sobre cada questão. Foi utilizada análise de conteúdo para compreender as respostas obtidas. As categorias utilizadas para análise destas questões foram: *Correta*, para respostas adequadas às questões; *Parcialmente correta* para respostas que continham partes adequadas, mas apresentaram algum equívoco na questão; *Incorreta,* para respostas em desacordo com as questões; e *Não soube responder,* para questões em branco ou com algum texto que expusesse algo acerca da falta de conhecimento sobre a questão, como "Não sei" e "Não lembro".

Nesta subseção, a questão 5 (Q1) perguntou: *Quais seus conhecimentos atuais sobre o que são tributos?* E as respostas foram, em sua maioria, 56%, corretas, ao passo que 33% não souberam responder, 8% das respostas foram parcialmente corretas e 3% incorretas, conforme demonstrado na Figura 9.

Figura 9 - Gráfico com dados da questão 5 do questionário 1



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Abaixo estão alguns exemplos representativos das respostas de cada categoria:

Quadro 6 - Categorias de análise da questão 5 do quest. 1 com exemplos de respostas

Categorias	Respostas
Correta	*"São impostos cobrados pelo poder público"* *"São impostos cobrados pelo governo"* *"São impostos que pagamos em troca das escolas públicas, hospitais públicos e etc"* *"São impostos que o governo cobra para construir instituições públicas e pagar servidores"*
Parcialmente correta	*"Contas obrigatórias que as empresas pagam ao estado"* *"São impostos cobrados em cima de algo pelo governo federal"*
Incorreta	*"O que pagamos como conta de luz"* *"Recompensa que se ganha por dada ação"*
Não soube responder	*"Não sei"* *"Não me recordo"* *"Nenhum"* *"Não lembro"*

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Quanto às respostas *Corretas*, alguns estudantes fizeram a ligação com valores cobrados pelo poder público e outros conseguiram ainda complementar a resposta incluindo informações sobre como esses tributos retornam para a população em forma de serviços e bens públicos. Nesse ponto, os estudantes usaram o termo "imposto", que é amplamente empregado no senso comum como um sinônimo de tributos; por ser um questionário para entender os conhecimentos prévios, foi aceito como correto, mas durante as aulas foi feita a diferenciação dos termos.

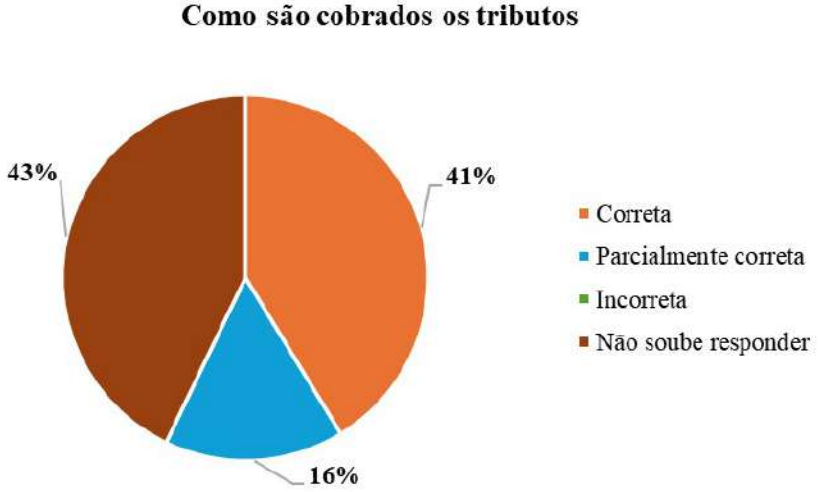
Dando continuidade, o primeiro exemplo de resposta *Parcialmente correta* usa o termo "contas" que pode se referir a diversos tipos de pagamentos feitos por pessoas ou empresas, inclusive para empresas estatais em troca de aquisição de serviços. O segundo exemplo trata de cobrança apenas pelo governo federal, não considerando outras esferas.

O primeiro exemplo de resposta *Incorreta* trata de "conta de luz", uma confusão comum entre estudantes do ensino médio, que fazem a relação de pagamento para empresa que é ou pensa ser estatal, além de ser uma dívida periódica e que possui dentro dela taxas de serviços públicos. Assim, é comum a confusão no entendimento, como se o valor completo da conta de água e de energia fosse tributo.

Na categoria de *Não soube responder*, existe uma variação de frases que possuem o mesmo significado da categoria, para as quais o estudante não sabe da resposta e preferiu não arriscar alguma escrita. Como essa categoria representa a falta de resposta, não será mais detalhada a partir deste ponto para evitar repetição.

Seguindo o formulário, a questão 6 (Q1) perguntou: *Quais seus conhecimentos atuais sobre como são cobrados os tributos?* 43% não souberam responder, 41% responderam corretamente e 16% de forma parcialmente correta, não havendo respostas incorretas nessa questão, de acordo com a Figura 10.

Figura 10 - Gráfico com dados da questão 6 do questionário 1



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Abaixo estão alguns exemplos representativos das respostas de cada categoria:

Quadro 7 - Categorias de análise da questão 6 do quest. 1 com exemplos de respostas

Categorias	Respostas
Correta	*"Pelos produtos e contas"* *"Eu acho que é descontado do salário do trabalhador"* *"São cobrados de forma compulsória, em dinheiro, com base na lei"* *"Através dos alimentos, exportação, importação, gasolina, em quase tudo que consumimos em nosso dia a dia"* *"São cobrado impostos sobre o que consumimos no dia-a-dia (como alimento, gasolina...), sobre os nossos bens e imóveis (casa, carro)"*
Parcialmente correta	*"São cobradas em taxas em nossas contas, como receita federal e taxa de esgoto"* *"Até onde eu sei eles são cobrados de acordo com a quantidade do uso de determinada coisa"*

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Os estudantes que responderam corretamente conseguiram fazer relação com a cobrança de impostos sobre o consumo, sobre patrimônio e sobre renda, ainda que de forma incompleta, pois essa era uma questão mais complexa do que a anterior.

Nas respostas *Parcialmente corretas*, há menção à Receita Federal, órgão de administração tributária, como se fosse um tributo, percebe-se uma relação de termos ligados à tributação como se fossem tributos. No segundo exemplo dessa categoria, houve uma tentativa de explicar tributos sobre o consumo, mas a ideia não ficou totalmente coerente.

A questão 7 (Q1) do formulário perguntou: *Quais seus conhecimentos atuais sobre a utilidade ou destinação da arrecadação por tributos?* 54% não souberam responder, 40% responderam corretamente, 5% de forma parcialmente correta e 1% incorreta, como exposto na Figura 11.

Figura 11 - Gráfico com dados da questão 7 do questionário 1

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Abaixo estão exemplos representativos das respostas de cada categoria:

Quadro 8 - Categorias de análise da questão 7 do quest. 1 com exemplos de respostas

Categorias	Respostas
Correta	*"Os impostos recebidos são remanejados para o patrimônio público, onde são utilizados para melhoria do país"* *"SUS, Educação"* *"São transformados em instituições públicas, são pagos os salários dos servidores públicos e eventos do governo e prefeitura"* *"Financiamento de obras públicas"*
Parcialmente correta	*"São para manutenção dos patrimônios públicos. Ex: existe uma taxa que se paga todo mês por um determinado tempo sobre o valor do carro que é ou deveria ser destinado para manutenção das ruas/rodovias"*
Incorreta	*"Impostos"*

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Muitos estudantes conseguiram fazer a relação de retorno dos tributos para a população de forma geral com saúde, educação, patrimônio público, pagamento de servidores, eventos e obras.

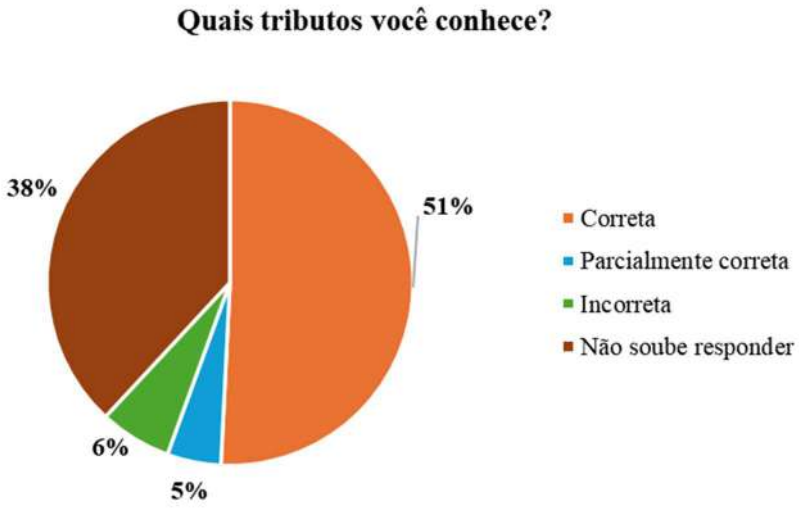
O exemplo de resposta *Parcialmente correta* teve um raciocínio geral correto, mas está equivocada nos detalhes. O tributo que o estudante parece tentar explicar é o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que não é da espécie taxa, mas um imposto, que não é mensal e que não é diretamente relacionado com manutenção de ruas e rodovias, apesar de ser comum esse engano, mesmo entre cidadãos que já pagam o tributo há anos.

Os tributos da espécie "imposto" não possuem uma destinação específica, o valor arrecadado vai para uma conta geral e de lá pode ser direcionado para vários tipos de gastos públicos. Existem outras espécies de tributos que são diretamente relacionadas com gastos

públicos específicos, como as contribuições especiais, mas os impostos não possuem essa característica (Hack, 2008).

Em seguida, na questão 8 (Q1) foi feita a pergunta: *Quais tributos você conhece?* 51% responderam de forma correta, 38% não souberam responder, 6% responderam de modo incorreto e 5% de forma parcialmente correta. A Figura 12 expõe esses dados.

Figura 12 - Gráfico com dados da questão 8 do questionário 1



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Abaixo estão exemplos representativos das respostas de cada categoria:

Quadro 9 - Categorias de análise da questão 8 do quest. 1 com exemplos de respostas

Categorias	Respostas
Correta	*"IPTU, IPVA"* *"INSS, FGTS"* *"Imposto"* *"IPTU, IPVA, ICMS, IE, INSS, taxação de grandes fortunas"* *"IPVA, IPTU, imposto de renda"*
Parcialmente correta	*"ICMS, Contas de água e luz, IPVA e IPTU"* *"IPTU, Alimentação"*
Incorreta	*"Declaração de imposto de renda"* *"Conta de luz, de água, alimento, gasolina"*

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Nessa questão, muitos estudantes lembraram de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e IPVA, e houve menção a outras siglas e tributos, inclusive sobre grandes fortunas, que não foi regulamentado ainda no Brasil, mas possui previsão constitucional (Brasil, 1988, Art. 153, VII), e imposto que é uma espécie de tributos.

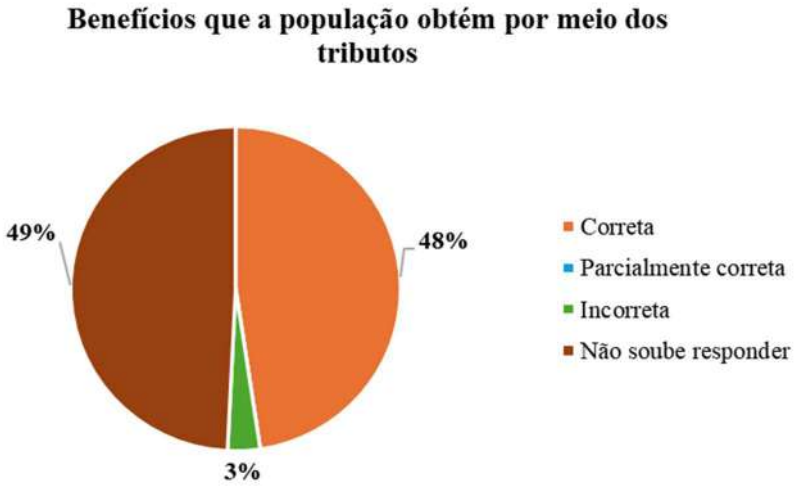
Na categoria de *Parcialmente corretas*, foram consideradas respostas com tributos corretos, como ICMS, IPVA e IPTU, mas houve menção a contas de água e energia bem como

gastos com alimentação, mais uma vez havendo confusão entre contas periódicas e tributos como se fossem a mesma coisa.

Como resposta *Incorreta*, houve menção à declaração de imposto de renda, que é uma obrigação acessória, não um tributo; e, mais uma vez, despesas mensais das famílias como conta de energia, alimento e gasolina como se fossem tributos, valores pagos ao poder público.

Dando sequência, a questão 9 (Q1) perguntou: *Quais seus conhecimentos atuais sobre os benefícios que a população obtém por meio da tributação?* 49% não souberam responder, 48% responderam de forma correta e 3% de modo incorreto, conforme a Figura 13.

Figura 13 - Gráfico com dados da questão 9 do questionário 1



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

No Quadro 10, estão alguns exemplos representativos das respostas obtidas em cada categoria:

Quadro 10 - Categorias de análise da questão 9 do quest. 1 com exemplos de respostas

Categorias	Respostas
Correta	*"Segurança e saúde"* *"Educação, saúde e segurança"* *"A segurança, acredito que o SUS aqui no Brasil"* *"Educação, saúde, segurança e entretenimento"* *"O imposto deve ser redirecionado para benefício da população, como saúde, construção de escolas, praças, melhoria da qualidade de vida"* *"Saúde, educação, infraestrutura, auxílios para famílias de baixa renda, investimento em pesquisas, aposentadoria"*
Incorreta	*"Os direitos"* *"Obter/receber a ação"*

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Apesar de essa questão ser bem parecida com a questão 7, muitos estudantes responderam uma e a outra não, ou acertaram uma e a outra não. Dentro das respostas corretas, há menções a educação, saúde e segurança, que são os mais lembrados, geralmente, enquanto

alguns responderam um pouco além, citando auxílios governamentais, investimento em pesquisas e aposentadoria, o que já exige um raciocínio mais profundo sobre os benefícios que a população obtém por meio do retorno da tributação. As respostas incorretas são muito vagas e não possuem raciocínio completo.

Finalizando esse questionário 1, a questão 10 (Q1) perguntou: *Quais seus conhecimentos atuais sobre a recente reforma tributária?* 89% não souberam responder, 8% responderam de forma incorreta e 3% parcialmente correta, de acordo com a Figura 14.

Figura 14 - Gráfico com dados da questão 10 do questionário 1

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Abaixo estão alguns exemplos representativos das respostas de cada categoria:

Quadro 11 - Categorias de análise da questão 10 do quest. 1 com exemplos de respostas

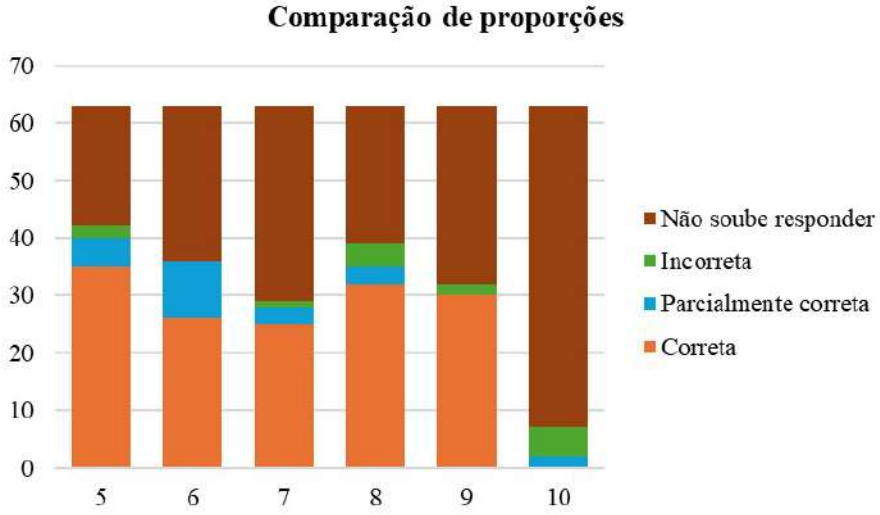
Categorias	Respostas
Parcialmente correta	*"É uma reforma que vem para diminuir a quantidade de impostos. É uma unificação de imposto e ela vem para taxar os ricos que muitas vezes eram isentos"*
Incorreta	*"Sei que as coisas vão ficar mais caras"* *"Sei que ela ainda será concluída nesse ano"*

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Essa questão era bem mais complexa e difícil do que todas as anteriores, consequentemente a quantidade de estudantes que não soube responder foi maior do que todas as outras questões, e não houve respostas corretas. O exemplo de *Parcialmente correta* acerta quando fala em reduzir a quantidade de impostos e em unificação de impostos; sobre a taxação de super ricos, houve proposta, que foi excluída pelo congresso, mas ainda há tentativas de aumento de tributação para pessoas com renda e patrimônio elevados.

Na Figura 15, abaixo, pode-se ver a comparação das proporções de respostas conforme cada categoria. As questões 5, 8 e 9 foram as que mais estudantes responderam corretamente.

Figura 15 - Gráfico com dados das questões 5 a 10 do questionário 1



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Percebe-se que nas questões 7 e 10 houve maior proporção de estudantes que não souberam responder. A questão 7 (*Quais seus conhecimentos atuais sobre a utilidade ou destinação da arrecadação por tributos?)* pode ter dificultado o entendimento por conta de usar termos não tão comuns na linguagem do dia a dia dos estudantes. Quanto à questão 10, sobre a Reforma Tributária, ela se refere a um assunto muito recente e complexo, portanto, já era esperado que muitos estudantes não soubessem responder.

5.4 Percepção dos estudantes quanto à importância da Educação Fiscal no mundo do trabalho e as dificuldades para o aprendizado do tema

Após a finalização do Projeto de Ensino (Produto Educacional), foi aplicado um questionário para verificar a percepção dos estudantes quanto à importância da Educação Fiscal no mundo do trabalho e quais as dificuldades para aprendizado do tema. As duas primeiras questões eram de escala de importância, sendo 0 nada importante e 10 totalmente importante. Também foi deixado um espaço em cada uma dessas questões para possíveis observações que os estudantes quisessem fazer sobre os temas das perguntas.

Assim, a questão 1 (Q2) perguntou: *Após estudar o conteúdo, como você avalia a importância desse conteúdo no mundo do trabalho?* Todos os estudantes consideraram o tema importante em alto grau, conforme a Figura 16.

Figura 16 - Gráfico com dados da questão 1 do questionário 2

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

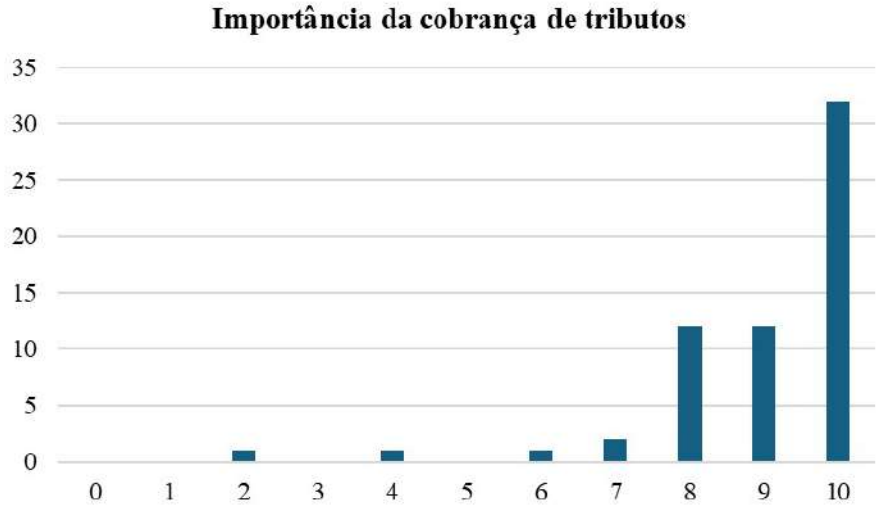
Além de considerarem o tema como de grande importância, alguns ainda complementaram com comentários reforçando o motivo de considerarem o tema relevante, como nos exemplos abaixo:

> *"Com o conhecimento adquirido desses conteúdos, as pessoas podem ter certeza de como o seu dinheiro é aplicado".*
> *"Achei importante para a criação do senso crítico".*
> *"A educação fiscal mostra diretamente os tributos e como eles impactam nos direitos e deveres dos cidadãos".*
> *"É importante enquanto cidadão se posicionar no mundo do trabalho, para isso devemos saber mais sobre".*
> *"Todos os conteúdos abordados dão uma visão crítica e informativa para o trabalhador".*

Os estudantes demonstraram que o conhecimento desse conteúdo contribui com a percepção da realidade em que vivem. Antunes a Padilha (2010, p. 16) afirmam que "um dos conceitos fundantes da obra de Paulo Freire é o de Leitura de Mundo. Ler o mundo implica conhecer a realidade antes de nela intervir". O projeto de educação fiscal funciona como um instrumento que contribui nessa leitura de mundo, dando embasamento para intervenção e transformação social.

Seguindo na questão 2 (Q2), foi perguntado: *Após estudar o conteúdo, o quanto você considera importante a cobrança de tributos?* A maioria considera importante a cobrança de tributos, mas houve algumas respostas no sentido contrário, e dois estudantes deixaram essa questão sem resposta.

Figura 17 - Gráfico com dados da questão 2 do questionário 2



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Os estudantes que consideraram a cobrança de tributos sem importância não fizeram observações. O estudante que considerou de importância mediana complementou com "*Para o país funcionar é necessário cobrar tributos, mas é necessário cobrar da forma e classe correta*", ou seja, o estudante reconhece a necessidade da cobrança, mas não concorda com a forma como tem sido feita.

Algumas das observações de quem considerou importante foram:

> *"Ela é importante para financiar os serviços públicos, infraestrutura e o bem-estar social. Mas deve ser realizado de forma justa".*
> *"Totalmente importante para a manutenção dos serviços que temos".*
> *"Tributos são importantes para o funcionamento pleno da sociedade e governo em conjunto".*
> *"Acho importante, mas com o uso certo".*

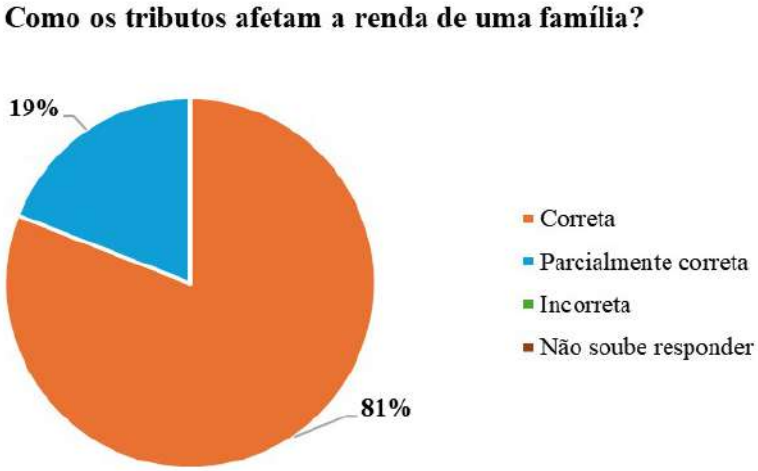
Há exemplos de estudantes que entenderam o conteúdo e ainda possuem colocações críticas, ou seja, conseguiram fazer o exercício de construir conhecimento, lapidar ele e analisar o que concordam ou não sobre esse tema. De acordo com Milanezi e Santos (2017, p. 558), "a escola deve realizar essa formação [para a cidadania e para o trabalho] de fato, de maneira que o sujeito se constitua de conhecimentos nas várias áreas que o tornem capaz de atuar de forma crítica e consciente como protagonista da sua história no meio social". Para isso, é importante que, além da apresentação de conteúdos, exista discussão, pesquisa, debate e outras formas diversas que propiciem a construção de conhecimentos de forma crítica.

As questões 3 a 8 foram categorizadas da mesma forma que o questionário de conhecimentos prévios, com respostas *Corretas*, *Parcialmente Corretas*, *Incorretas* e *Não*

soube responder. Essas perguntas se referem ao entendimento que o estudante conseguiu obter do conteúdo apresentado.

Nessa parte, a questão 3 (Q2) perguntou: *Como os tributos afetam a renda de uma família?* 81% responderam de forma correta e 19% Parcialmente correta.

Figura 18 - Gráfico com dados da questão 3 do questionário 2



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

No quadro abaixo, estão alguns exemplos representativos das respostas de cada categoria:

Quadro 12 - Categorias de análise da questão 3 do quest. 2 com exemplos de respostas

Categorias	Respostas
Correta	*"De certa forma parte do salário das pessoas são designados a esses tributos por isso as famílias não conseguem usufruir 100% da sua renda"* *"Reduzem a renda disponível de uma família por meio de impostos"* *"Dependendo [do] tipo de tributo e da situação financeira da família, impostos como o imposto de renda pode diminuir a quantidade de dinheiro que uma família recebe"* *"Afetam a renda de uma família ao reduzir o valor que se tem disponível pro consumo. Eles pesam mais em famílias de baixa renda, afetam seu orçamento mensal"* *"Com os impostos cobrados do salário"*
Parcialmente correta	*"De forma direta, já que tudo o que é consumido, desde alimento a roupa, são cobrados tributos em cima"* *"A maior parte da renda familiar é usada para pagar tributos, não só diretamente (FGTS, IPVA), mas também indiretamente como impostos sobre bens e serviços"* *"Ele contribui com a saúde, bem-estar do cidadão, educação e segurança pública"*

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

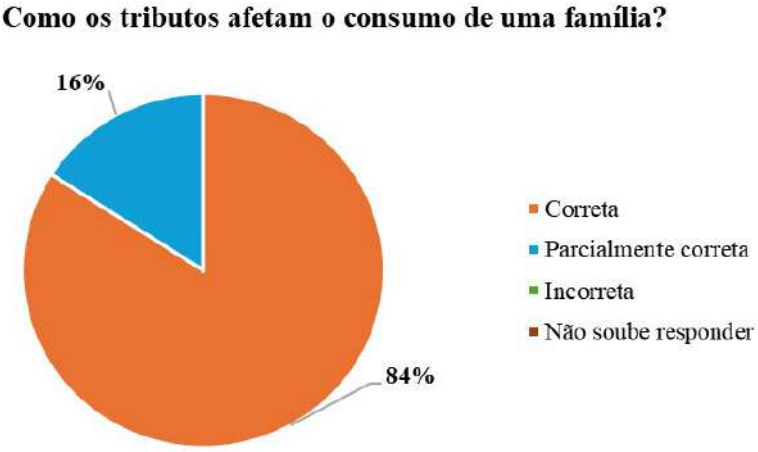
A questão era voltada para os tributos sobre a renda, ou seja, aqueles cobrados de acordo com salários ou outro tipo de rendimentos que uma família possa ter. Alguns estudantes

conseguiram fazer essa relação direta com a remuneração da família, outros expuseram a redução de valores para consumo com pagamentos de tributos de forma geral, reduzindo os valores disponíveis para os gastos familiares.

Nas respostas consideradas *Parcialmente corretas*, houve menções a impostos sobre consumo, o que está sendo tratado de uma forma mais direta na questão seguinte. Também houve menção ao retorno dos tributos como prestação de serviços públicos, porém, apesar de estar correto afirmar que esse tributo retorna, o objetivo da questão era outro.

A questão seguinte, a 4 (Q2), perguntou: *Como os tributos afetam o consumo de uma família?* 84% responderam de forma correta e 16% parcialmente correta.

Figura 19 - Gráfico com dados da questão 4 do questionário 2



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Abaixo, estão alguns exemplos representativos das respostas obtidas em cada categoria:

Quadro 13 - Categorias de análise da questão 4 do quest. 2 com exemplos de respostas

Categorias	Respostas
Correta	*"Afeta de acordo com o que ela compra porque [há] a cobrança de tributos dentro dos produtos"* *"Se levarmos em consideração o salário recebido por um desembargador e uma faxineira, e observarmos o quanto eles gastam na hora de fazer compras veremos uma diferença absurda, já que eles cobram o mesmo tributo para pessoas de realidades diferentes"* *"Reduz o consumo, poder de compra, impede que eles possam se divertir, já que o dinheiro não sobra"* *"[...] Os tributos que são cobrados sobre alimentos, transporte e moradia de forma igual, são os piores, já que uma pessoa de baixa renda paga o mesmo sobre alimento que uma pessoa de renda mais alta"* *"Reduz o poder de compra e afeta o consumo da família"* *"Quando reinvestidos em auxílios são ajuda para famílias carentes"*
Parcialmente correta	*"Literalmente 'todos' os consumos são tributados"* *"Quando as taxas são altas"*

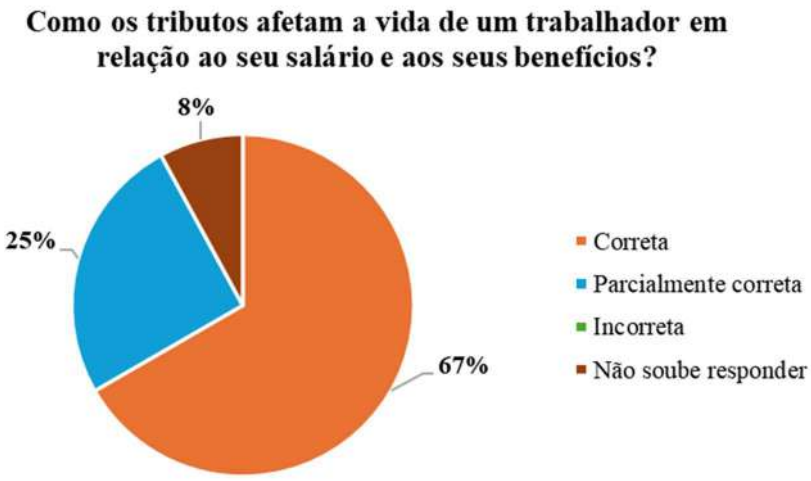
Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Dentro da categoria de respostas *Corretas*, alguns estudantes fizeram referência à redução de poder de compra, no sentido de a renda da família já vir tributada; alguns fizeram referência aos tributos embutidos nos preços dos produtos, inclusive fazendo comparação com o consumo de famílias mais pobres e mais ricas, reconhecendo que essa tributação indireta, sobre consumo, afeta mais as pessoas de baixa renda. Houve, ainda, um estudante que fez referência ao retorno dos tributos em forma de benefícios que podem complementar a renda de uma família, aumentando seu poder de compra e consumo.

Nas respostas *Parcialmente corretas*, há menção à tributação de "todos os consumos". Cabe ressaltar o cuidado necessário com expressões como *tudo, todos, nunca, sempre* e *nada*, pois em grande parte das vezes se acaba por generalizar uma situação, tornando a frase equivocada. É certo que muito do que consumimos é tributado, mas existem exceções. Ainda nessa categoria, há uma resposta se referindo às taxas altas, parecendo se referir à taxação/tributação de forma genérica ou dizer que só afeta quando os tributos são altos, mas acabou por não se completar o raciocínio.

Dando continuidade, a questão 5 (Q2) perguntou: *Como os tributos afetam a vida de um trabalhador em relação ao seu salário e aos seus benefícios?* 67% responderam de forma correta, 25% parcialmente correta e 8% não souberam responder.

Figura 20 - Gráfico com dados da questão 5 do questionário 2



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

No quadro 14, estão alguns exemplos representativos das respostas de cada categoria:

Quadro 14 - Categorias de análise da questão 5 do quest. 2 com exemplos de respostas

Categorias	Respostas
Correta	*"Diminui o valor real do salário"* *"Tributos que são descontados do salário da pessoa"* *"Diminui o valor recebido pelo trabalhador"* *"Reduzem a renda imediata, mas oferecem contrapartidas importantes, como direitos previdenciários e o financiamento de serviços públicos"* *"Reduzem o salário líquido, mas financiam benefícios sociais"* *"Reduz o salário, já que uma parte dele vai para o INSS"* *"Diminui o salário que o trabalhador recebe porque uma parte vai para o governo"* *"Imposto sobre o salário e contribuições previdenciários (como o INSS)"* *"Os tributos que são pagos pelo seu salário são reinvestidos em benefícios de serviços públicos que são ofertados pelo governo"* *"Claro que será descontado do próprio salário do trabalhador, mas não é como se fosse só uma mão sendo lavada, o trabalhador terá direito a inúmeros benefícios"*
Parcialmente correta	*"Dependendo do valor do nosso salário, temos os benefícios de FGTS"* *"O salário dele irá ser descontado pelo INSS, então não terá o salário integral e dependendo do quanto ganha irá ter que fazer o imposto de renda. Ele tem alguns benefícios, como auxílio alimentação, transporte, desemprego, aposentadoria"* *"Alguns tributos como FGTS está relacionado com o salário que o trabalhador recebe, então pode ser um benefício a mais dependendo do valor que ele recebe"* *"As vezes os assalariados ganham bem, mas a metade do salário é para pagar imposto"* *"Uma parte do salário é paga para o FGTS e imposto de renda, retirando parte da liberdade econômica do cidadão"*

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

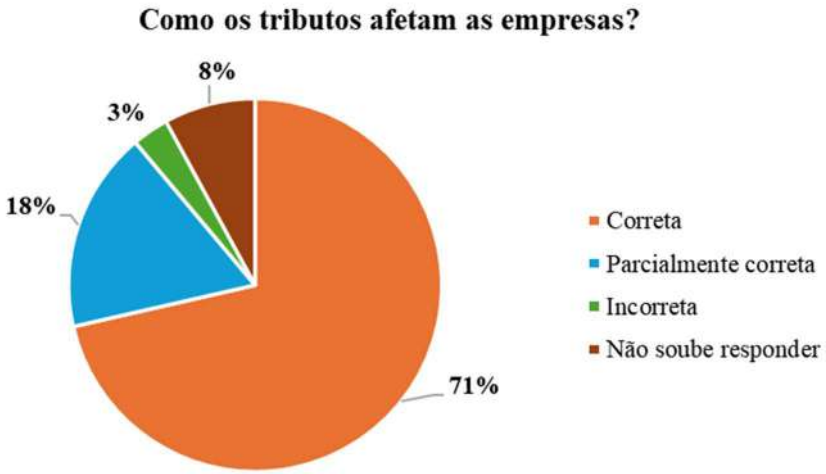
Muitos estudantes conseguiram fazer a relação de tributos sendo descontados da renda do trabalhador e os benefícios trabalhistas a que ele tem direito. Alguns apenas fizeram referência aos descontos; outros, ainda, fizeram a relação dos descontos com os benefícios de serviços públicos gerais, não só os ligados à legislação trabalhista e previdenciária.

Na categoria de *Parcialmente Correta*, houve menção ao fato de o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) depender do valor do salário, porém, esse fundo não depende do valor do salário, só depende do regime de contratação: se for pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), terá direito ao FGTS, o valor a ser depositado todo mês – esse sim depende do valor do salário. Alguns outros equívocos foram colocar os descontos de salários como sendo metade dos proventos e o FGTS como sendo descontado do salário, entretanto, apesar de o salário ser usado como base de cálculo para o FGTS, esse valor não deve ser descontado do trabalhador, entrando como despesas e/ou custos do empregador.

Há também a citação do auxílio-alimentação e transporte como benefícios juntamente com seguro-desemprego e aposentadoria, porém, são benefícios de diferentes naturezas. Estes últimos são oferecidos por meio de políticas públicas de amparo ao trabalhador e como previdência pública, mas os primeiros são benefícios garantidos em legislação e custeados, ainda que parcialmente, pelas empresas.

Em seguida, a questão 6 (Q2) perguntou: *Como os tributos afetam as empresas?* 71% responderam de forma correta, 18% parcialmente correta, 8% não souberam responder e 3% responderam de modo incorreto, conforme Figura 21.

Figura 21 - Gráfico com dados da questão 6 do questionário 2



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Abaixo, estão alguns exemplos representativos das respostas obtidas em cada categoria:

Quadro 15 - Categorias de análise da questão 6 do quest. 2 com exemplos de respostas

Categorias	Respostas
Correta	*"Os tributos afetam no custo da empresa, porque aumentam as despesas"* *"Porque elas tem que pagar tributos dos empregados"* *"Aumentam custos, mas financiam infraestrutura"* *"Empresas de importação por exemplo, tem que pagar as taxas, assim como nós, mas em escala maior"* *"Na mente das empresas, os tributos afetam na sua porcentagem de lucros"* *"Na relação de vendas, comercialização e qualidade também. Se um tributo sobre um certo produto aumenta, a empresa que compra ele pra comercializar, vai ter que gastar mais comprando e vai ter que vender mais caro. Na maioria das vezes a empresa busca alternativas para manter o preço e segurar os clientes e acaba tendo que diminuir a qualidade, o que influencia nas receitas da empresa"* *"Acredito que afetam mais o consumidor, pois os preços dos produtos aumentaria"* *"Com aumento das despesas etc"* *"Que os tributos representam custo para a empresa"* *"O aumento dos preços nos produtos vendidos"* *"Impostos reduzem a margem de lucro das empresas"*
Parcialmente correta	*"Afetam com altas taxas e impostos, podendo falir a empresa conforme sua ação perante a organização da sua empresa"* *"Dificultam o planejamento financeiro e o crescimento do negócio, já que a empresa precisa pagar impostos sobre os lucros"*
Incorreta	*"As empresas sonegam os impostos afetando apenas os pobres"*

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

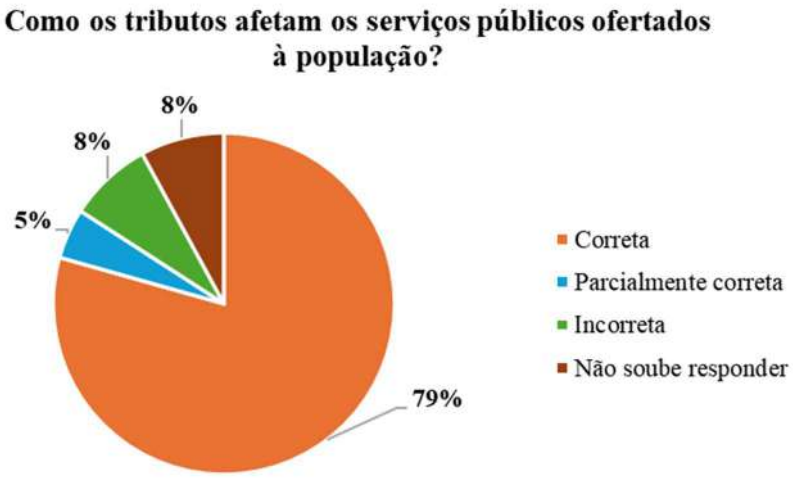
Na categoria de respostas corretas, há referência aos tributos que as empresas pagam sobre a folha de pagamentos, ao aumento de custos e despesas reduzindo lucros e ao repasse dos custos aos clientes por meio da composição dos preços dos produtos. Além disso, houve menção ao financiamento de infraestrutura, afinal, a melhoria da estrutura das ruas, iluminação, saneamento e outros gastos públicos também beneficiam as empresas da região.

Na categoria de respostas parcialmente corretas, tem-se o entendimento de que empresas podem falir ou ter seu planejamento dificultado por conta dos tributos, porém, esses valores, apesar de afetarem, já devem ser previstos pelos administradores das organizações.

Como exemplo de resposta incorreta, foi mencionado que as empresas sonegam os impostos, portanto, eles só afetariam os pobres. Apesar de haver, sim, uma parcela de empresas e mesmo pessoas que sonega impostos, não se pode generalizar, pois é preciso reconhecer que muitas cumprem com suas obrigações tributárias e têm suas atividades afetadas por esses gastos em maior ou menor grau.

Dando prosseguimento, a questão 7 (Q2) perguntou: *Como os tributos afetam os serviços públicos ofertados à população?* 79% responderam de forma correta, 5% parcialmente correta, 8% não souberam responder e 8% responderam de modo incorreto, de acordo com a Figura 22.

Figura 22 - Gráfico com dados da questão 7 do questionário 2



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

No quadro 16, estão exemplos representativos de cada categoria:

Quadro 16 - Categorias de análise da questão 7 do quest. 2 com exemplos de respostas

Categorias	Respostas
Correta	*"Os tributos movem o serviço público"* *"Porque para ocorrer os serviços públicos deve ocorrer o pagamento de tributos, se a população não paga acaba afetando os serviços públicos"* *"Ajuda na saúde pública, em lazer para a sociedade, como eventos em festas juninas e festivais, na educação em escolas públicas e em segurança"* *"Os tributos, em tese, são para prestação de serviços públicos à população. Entretanto, às vezes não se vê o retorno. Aí entra a palestra sobre participação política. Precisamos acompanhar quem colocamos no poder e cobrar aquilo que, por direito, é nosso"* *"As pessoas que pagam impostos, esperam um retorno, que nem sempre são de boa qualidade"* *"Graças aos tributos pode ser prestado serviços 'gratuitos' à população"*
Parcialmente correta	*"Quando os impostos aumentam, as prefeituras e estados podem ter mais dinheiro para investir em saúde, educação, infraestrutura e etc. Se a carga tributária subir muito, pode encarecer os serviços e até reduzir a qualidade deles"*
Incorreta	*"Os tributos em si não afetam, mas sim o governo que deve ofertar algo de qualidade, mas não oferece"* *"Redução de renda"* *"Diminuindo os recursos financeiro para tais serviços, pois com isso não é possível 'ajudar financeiramente os serviços públicos'"* *"É tirado grande parte também desses tributos dos servidores públicos"*

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

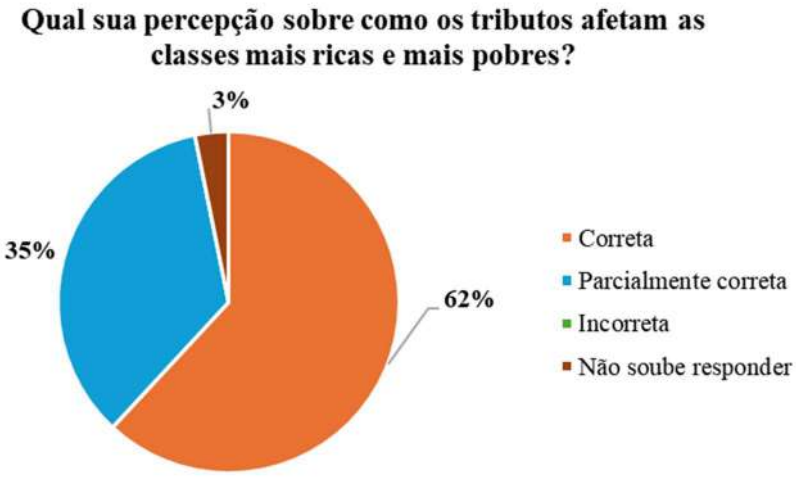
Muitos estudantes conseguiram fazer a relação direta entre a arrecadação de tributos e a oferta de serviços públicos. Um estudante destacou a importância da palestra (aula integrada) intitulada "Educação Fiscal, Participação Política e Controle Social", ou seja, ele compreendeu que, além de entender o funcionamento da tributação, é imperativo que os gastos públicos sejam acompanhados pela população, que os representantes do povo sejam fiscalizados, não só para que o dinheiro seja realmente aplicado em benefício da população, como seja destinado a áreas de maior interesse público primeiramente. O comentário sobre a qualidade do serviço público também pode ser agregado à essa questão do acompanhamento e fiscalização.

No exemplo de resposta parcialmente correta, é falado sobre o aumento de impostos ser proporcional ao dinheiro à disposição para prestação se serviço público, no entanto, a continuidade da resposta trata sobre a carga tributária encarecer esses serviços públicos e reduzir a qualidade deles. Houve equívoco ao confundir o encarecimento de produtos e serviços adquiridos pelos cidadãos no mercado de consumo com os serviços ofertados pelo poder público.

Nas respostas *Incorretas* alguns estudantes não conseguiram fazer a relação da arrecadação com a prestação de serviços, além disso houve confusão com estudantes compreendendo os tributos como gastos do Estado e não arrecadação.

Em seguida, a questão 8 (Q2) perguntou: *Qual sua percepção sobre como os tributos afetam as classes mais ricas e mais pobres?* 62% responderam de forma correta, 35% parcialmente correta e 3% não souberam responder, conforme demonstra a figura 23.

Figura 23 - Gráfico com dados da questão 8 do questionário 2



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

De acordo com o conteúdo abordado, os tributos são calculados basicamente sobre renda, consumo, patrimônio e folha de pagamento (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE]; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]; Sindifisco Nacional [Sindifisco], 2011). Também foram estudados alguns princípios, e um deles trata da proporcionalidade que a cobrança de tributos deveria ter de acordo com a capacidade de cada pessoa em contribuir, ou seja, os que mais possuem ou ganham deveriam contribuir com mais tributos do que aqueles que pouco possuem ou recebem (Brasil, 1988, Art. 145, §1º). A poucos tributos se aplica essa proporcionalidade, fazendo com que a carga tributária geral acabe por ser mais pesada para as camadas mais pobres da sociedade. Os tributos sobre consumo, por exemplo, são pagos da mesma forma, o mesmo valor nominal, independentemente se quem está pagando é alguém sem renda ou um bilionário. De acordo com DIEESE, IPEA e Sindifisco (2011, p. 18),

> Se as famílias de menor renda pagam o mesmo imposto que as de renda mais alta ao consumir um produto, então, em termos do total da renda dessas famílias, esse tipo de imposto indireto incide desigualmente sobre a população - e por isso é chamado de regressivo.

No quadro abaixo, estão alguns exemplos de respostas de cada categoria:

Quadro 17 - Categorias de análise da questão 8 do quest. 2 com exemplos de respostas

Categorias	Respostas
Correta	*"Afetam as partes mais pobre, sentem mais o peso do alto imposto"* *"Afetam mais os pobres, pois são proporcionalmente mais pesados"* *"Que afetam muito os pobres, pois são cobrados mais impostos do que para os ricos. Tanto que as classes mais altas ainda reclamam do tributo para taxar altas fortunas e que não têm tributos para taxar meios de transporte que só quem é rico tem"* *"A classe mais pobre é afetada pelos tributos indiretos, como os aplicados em consumo, eles afetam desproporcionalmente essa classe, já que o poder de compra pode ser perdido. A classe mais rica contribui com imposto de renda, mas possuem uma maior capacidade de absorver esses custos"* *"As classes mais pobres tendem a ser mais impactadas pelos tributos, já as classes mais ricas geralmente sentem mais o peso dos tributos diretos, como imposto de renda"*
Parcialmente correta	*"Uma pessoa rica o dinheiro recebido não faz diferença quanto tirado, mas para uma pessoa mais pobre faz bastante"* *"Os tributos não são cobrados de forma justa, o mesmo valor é cobrado independente da classe e isso afeta unicamente as classes mais baixas"* *"A classe rica paga mais, a classe pobre paga menos"* *"Claramente quem possui renda mais baixa é mais afetado pois 'metade' do salário é comprometido para pagar tributos"*

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Muitos estudantes conseguiram ter a compreensão de que os tributos acabam por afetar mais as classes mais baixas, principalmente os tributos sobre consumo, aqueles que estão embutidos nos valores de bens e serviços adquiridos. Nominalmente, os ricos pagam mais, pois consomem mais e ganham mais, mas proporcionalmente o pagamento de tributos afeta mais quem tem menos condições financeiras.

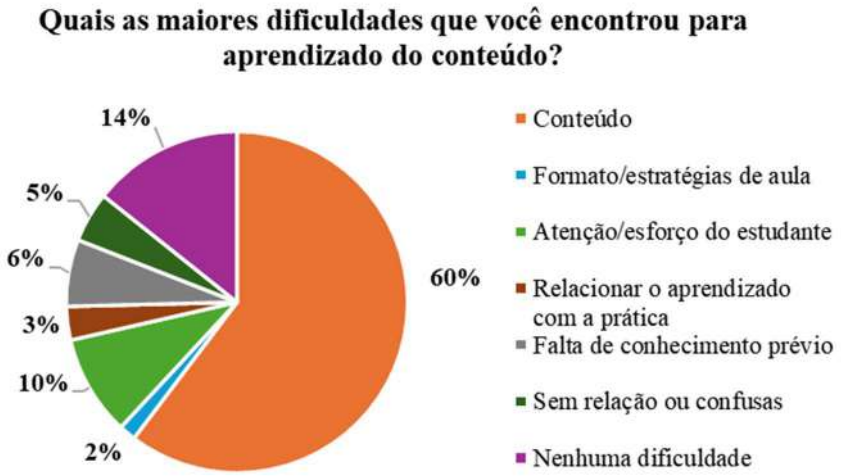
Outros estudantes conseguiram compreender e responderam que as classes mais pobres pagam mais, mas não completaram o raciocínio de que esse pagamento maior é quando comparado com sua renda, não em valores absolutos; essas respostas foram categorizadas como parcialmente corretas. Houve também respostas que disseram que os tributos não afetam as classes mais altas, quando na verdade afetam, só não tanto quanto nas classes mais baixas. Sobre a menção ao pagamento de tributos com metade da renda, houve um excesso do estudante na resposta, por isso também foi considerada uma resposta parcialmente correta.

Finalizando esse questionário, a questão 9 (Q2) perguntou: *Quais as maiores dificuldades que você encontrou para aprendizado do conteúdo?*

A categorização dessa questão foi diferente, já que as respostas foram agrupadas pelas dificuldades relatadas pelos estudantes. Assim, 60% relataram dificuldades com relação ao conteúdo em si, 2% mencionaram questões ligadas ao formato ou estratégias de aula, 10% se referiram ao próprio esforço e dedicação nas aulas, 3% alegaram ter dificuldades para relacionar o conteúdo com uma realidade prática, 6% sentiram que a falta de conhecimento prévio do tema

afetou o aprendizado, 5% das respostas estavam confusas ou não tiveram relação com o que foi perguntado e 14% disseram não ter sentido nenhuma dificuldade, conforme Figura 24.

Figura 24 - Gráfico com dados da questão 9 do questionário 2



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

O quadro 18 possui alguns exemplos de respostas obtidas em cada categoria:

Quadro 18 - Categorias de análise da questão 9 do quest. 2 com exemplos de respostas

Categorias	Respostas
Conteúdo	*"Em lembrar dos nomes difícil"* *"Que tem muito conteúdo, várias regras e vários tributos"* *"Na fixação do conteúdo, por ser de certo modo algo complexo"* *"Reconhecer todos os tributos, afinal são vários"* *"Decorar os termos técnico. É uma coisa nova"* *"Como são muitos conceitos, tive dificuldade de aprender alguns"* *"Saber o significado das siglas, entender para que de fato serve cada tributo, cada órgão do governo e cada função"* *"São muitos impostos e complexos"* *"Palavras difíceis (desconheço) que precisam ser explicadas"* *"A complexidade do sistema tributário"*
Formato/estratégias de aula	*"Eu acabei tendo dificuldade quando tinha que responder a atividade enquanto ela dava aula, acabava não conseguindo prestar atenção"*
Atenção/esforço do estudante	*"Só as que normalmente sinto, que é a questão de prestar atenção"* *"Acredito que a maior dificuldade foi pela minha parte como aluno, buscar entender e compreender"*
Relacionar o aprendizado com a prática	*"Somente a forma de associar a explicação à realidade"* *"É difícil imaginar lidar com isso na vida real, pois são diversos tributos com regulamentos diferentes"*
Falta de conhecimento prévio	*"A maior dificuldade é relacionada a falta de conhecimento anterior a termos tributários, legislação etc. Isso contribui para que fosse mais difícil de aprender"* *"Acho que só pela questão deu antes não ter o conhecimento básico sobre a questão"*

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Sobre o conteúdo, os estudantes da amostra não possuem uma relação muito próxima com o tema ainda, pois, em sua maioria, não trabalham e, se trabalham, dificilmente possuem renda suficiente para que seja descontado imposto de renda. Também é difícil que possuam moradia e veículo próprio, não tendo pagamento direto dos tributos relacionados a esses bens.

De maneira geral, eles pagam os impostos sobre consumo, porém, até o momento, esses são "calculados por dentro", ou seja, estão embutidos nos preços dos produtos e serviços, então a população média não percebe esse pagamento. Há proposta de mudança na Reforma Tributária para que o cálculo seja "por fora", como na experiência internacional. Assim, o consumidor vai saber o valor do produto sem e com tributos, de modo que a percepção sobre o pagamento de tributos pode aumentar a partir dessa medida (Brasil, 2023).

Recentemente, em 1º de agosto de 2024, entrou em vigor a cobrança do imposto de importação para compras abaixo de cinquenta dólares, com alteração do Decreto-Lei n.º 1.804, de 3 de setembro de 1980 pela Lei n.º 14.902 de 27 de junho de 2024 (1980, 2024). Curiosamente, em relação a essa alteração específica, percebe-se que os estudantes são capazes de reconhecê-la, uma vez que o valor vem destacado à parte do valor principal da compra, quando da aquisição por sites e aplicativos, cabendo ressaltar que houve bastante repercussão na imprensa e redes sociais.

Quanto à categoria de formatos e estratégias de aula, um estudante relatou dificuldades em acompanhar as explicações em razão de estar respondendo exercícios durante a aula. Nas aulas expositivas, esta pesquisadora costumava aplicar exercício ao final perguntando pontos principais do conteúdo do dia. Por razões diversas, em algumas aulas, as perguntas do exercício foram expostas no início da aula para que os estudantes se atentassem a esses pontos principais durante a explicação. Muitos estudantes preferiram essa forma, porém, como exposto neste comentário, alguns estudantes tiveram dificuldades com essa inversão.

Sobre a categoria de Atenção/Esforço do próprio estudante, houve relatos que reconheceram as dificuldades advindas do próprio comportamento, no sentido de falta de dedicação ao estudo. Na categoria sobre Relacionar o Conhecimento com a Prática, percebe-se que essas dificuldades são potencializadas em razão de o público ser composto por adolescentes, ainda sem muita vivência prática relacionada ao tema. Acerca da falta de conhecimento prévio, esse também é um fator que dificulta a aprendizagem e está relacionado com o anterior, no sentido de ausência de experiência pessoal com o conteúdo.

Quando trata das pedagogias de Paulo Freire, Moreira (2017, p. 153) diz que,

> Na educação dialógica, estudar requer apropriação da significação dos conteúdos, a busca de relações entre os conteúdos e entre eles e aspectos históricos, sociais e

> culturais do conhecimento. Requer também que o educando se assuma como sujeito do ato de estudar e adote uma postura crítica e sistemática.

O trecho trata da necessidade do envolvimento do estudante tanto no processo de ensino-aprendizagem quanto na significação que ele possa fazer do conteúdo a partir de suas vivências. O envolvimento não é citado apenas no sentido passivo, mas no desenvolvimento de postura crítica a partir do que é ensinado. E a vivência implica conhecimento prévio da temática, servindo como a base facilitadora em que o novo conhecimento se alicerça (Moreira, 2017).

5.5 Avaliação do Produto Educacional

O último questionário aplicado objetivou verificar a avaliação que os estudantes fizeram do Produto Educacional. Foram feitas oito perguntas com respostas em escala de satisfação, duas com escala de aprendizagem, uma com escala de importância e uma questão aberta para que os estudantes escrevessem livremente observações, pontos positivos e/ou negativos sobre o Projeto de Ensino. Além disso, em todas as questões de escala, foi deixado um campo de observações para que os estudantes que quisessem pudessem fazer comentários complementares sobre o ponto abordado.

Iniciando o formulário, a questão 1 (Q3) perguntou: *Como você avalia o desempenho da professora na exposição dos conteúdos?* Todos os estudantes se mostraram satisfeitos com o desempenho da professora durante as aulas do Projeto, de acordo com a Figura 25.

Figura 25 - Gráfico com dados da questão 1 do questionário 3

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Percebe-se que as estratégias de aula foram acertadas, os estudantes ficaram satisfeitos com o formato das aulas, tanto pela exposição do conteúdo, buscando deixá-lo atrativo, quanto pelo constante diálogo, procurando envolver os estudantes e fazê-los participar e tirar dúvidas.

Algumas das observações que foram feitas como complementação foram:

> *"Ótimo".*
> *"Explica muito bem o conteudo".*
> *"Sempre tirava nossas duvidas".*
> *"A explicação é muito objetiva".*
> *"[...] Muito didática".*

Em seguida, a questão 2 (Q3) perguntou: *Como você avalia a qualidade do material visual (slides, material impresso) utilizado pela professora?*

Figura 26 - Gráfico com dados da questão 2 do questionário 3

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

A qualidade dos materiais também foi aprovada. Existe uma preocupação da professora/pesquisadora com a estética e clareza destes. Por se tratar de um conteúdo complexo, que envolve legislação, é necessário um cuidado para que os materiais consigam informar, mas sem ficar com excesso de teoria. Os slides funcionam como apoio para aulas expositivas, mas também são disponibilizados e utilizados pelos estudantes para estudo, revisão e consulta, então é importante que contenham boas informações, bem como imagens que possam ajudar os estudantes a fazerem correlações, facilitando a conexão de raciocínios e conteúdos.

Algumas das observações feitas pelos estudantes como complementação à questão 2 (Q3) foram:

> *"É bem objetivo".*
> *"Bem organizado e esclarecedor".*
> *"São muito bons, só que, pelo assunto ser bem 'entediante' pode acabar gerando*

desfoque".
"Pois é bem explicativo".

Na sequência, a questão 3 (Q3) perguntou: *Como você avalia a linguagem utilizada pela professora para trabalhar o conteúdo?*

Figura 27 - Gráfico com dados da questão 3 do questionário 3

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

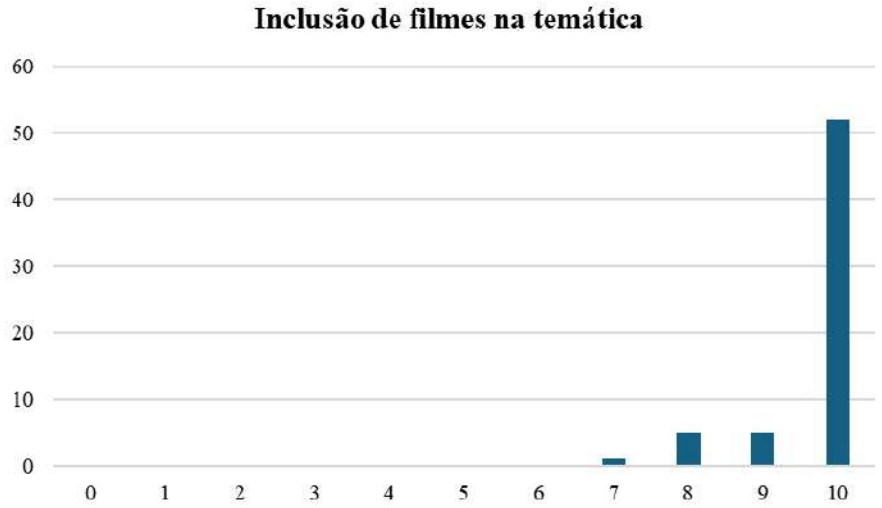
Além do cuidado com os materiais, como slides e materiais impressos, e das estratégias para envolver os estudantes, há uma atenção especial à linguagem utilizada para tornar compreensível um conteúdo com legislação para um público que, em sua maioria, está tendo o primeiro contato com a temática, pois são estudantes que não estão familiarizados com pagamento de tributos e tudo que envolve o assunto. Então é necessário fazer uma espécie de tradução de situações e, claro, de muitos termos jurídicos que são comuns nesses conteúdos.

Algumas das observações que foram feitas como complementação:

"Ótima linguagem de ensino, professora muito boa".
"Bem explicativo".
"Linguagem clara e objetiva de fácil compreensão".
"Pois e facil compreender".

Dando prosseguimento, a questão 4 (Q3) perguntou: *Como você avalia a inclusão dos filmes na temática estudada?*

Figura 28 - Gráfico com dados da questão 4 do questionário 3



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

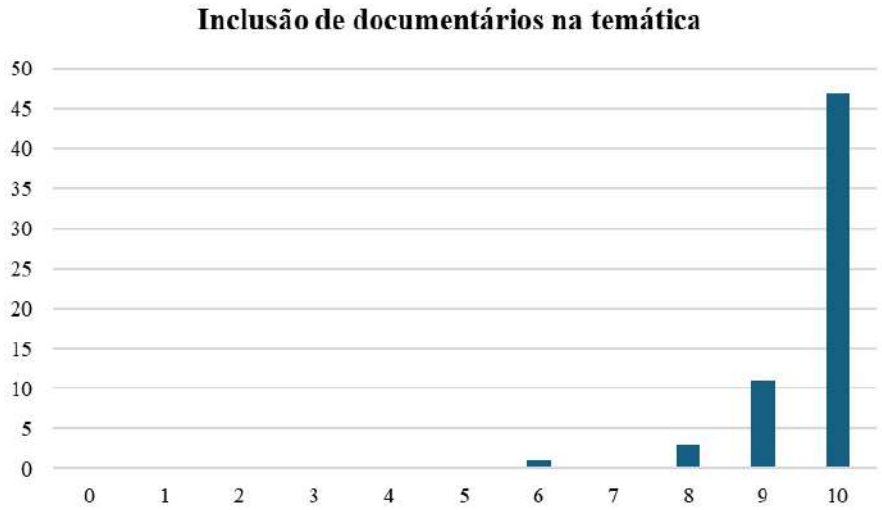
A inclusão de filmes também foi aprovada. Assistir a filmes é uma atividade muito comum e que pode ser leve, relaxante, feita entre familiares, amigos ou mesmo de forma individual. Por isso, esse tipo de recurso audiovisual possui uma linguagem que os estudantes já estão acostumados, então é uma possibilidade muito rica para discutir temas em aula. Mesmo que seja um filme já assistido por alguns, é possível ver por perspectivas diferentes quando há instruções de observar aspectos que contenham relação com o que está sendo abordado em aula. Além disso, após a exibição dos filmes é importante que exista uma discussão com a turma, fazendo a ligação do material com o conteúdo estudado. Abaixo, estão algumas das observações que foram feitas pelos estudantes como complementação à questão 4 (Q3):

"Deixa a aula mais dinâmica e melhora nossa percepção"
"Os filmes foram muito bons para a discussão do tema"
"Os filmes totalmente de acordo com o conteúdo"
"Filmes faceis de entender e interessantes de assistir"
"Amei os filmes"
"Amo assistir filme como forma de aprendizado".

Colauto *et. al.* (2018, p. 128) tratam de filmes no processo de ensino e aprendizagem, indicando que "a utilização de filmes antigos, modernos ou contemporâneos em sala de aula faz com que os alunos se coloquem diante de cenários reais, por mais que seja um contexto de ficção, pois permite interagir negócios com ciência". É uma forma de explorar conteúdos utilizando como ferramenta obras audiovisuais que podem contar uma história própria, mas por meio das quais que seja possível perceber e compreender aspectos relacionados a conceitos, exemplos, contexto histórico, enfim, algo que se possa relacionar com o tema a ser discutido.

A seguir, a questão 5 (Q3) perguntou: *Como você avalia a inclusão dos documentários na temática estudada?*

Figura 29 - Gráfico com dados da questão 5 do questionário 3



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Apesar de possuírem uma linguagem não tão comum como a dos filmes, os documentários também foram aprovados. Alguns aspectos mais específicos, como dados sobre tributação e situações reais são mais retratados nesse tipo de material do que em filmes comerciais; então, é interessante intercalar esses recursos. Também é importante selecionar bem os documentários para que sejam compreensíveis pelos estudantes do ensino médio, já que a intenção é complementar as aulas expositivas, trazer a perspectiva de outros atores que estão no material expondo seus pontos de vista, bem como suscitar pensamento crítico com as discussões posteriores sobre o que foi retratado nos documentários. A seguir, estão algumas das observações que foram feitas como complementação à questão:

> *"Vemos as diferentes visões de pessoas com posições sociais diferentes".*
> *"Documentários chatinhos, mas ajudaram a entender o conteúdo".*
> *"Acho que é muito interessante pois sempre encaixa no tema".*
> *"Muito explicativos e mostram bastante de como funciona isso no dia a dia da população".*
> *"Documentários brasileiros que mostram realmente o que de fato, acontece".*
> *"São muito bons, só não consegui me concentrar totalmente".*
> *"Muito bom, me ajudou a entender como funciona na prática".*

Dando continuidade, a questão 6 (Q3) perguntou: *Como você avalia os jogos aplicados para fixação e revisão do conteúdo?*

Figura 30 - Gráfico com dados da questão 6 do questionário 3

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Os jogos, também aprovados, foram pensados como uma forma de atrair a atenção para o tema e ser um modo de revisão com envolvimento de questões sobre esse conteúdo. Houve outras "versões" dos jogos com turmas em anos anteriores, até chegar nesse formato que tem sido bem aceito pelas diversas turmas. Mesmo estudantes mais tímidos e pouco participativos, costumam se envolver e se empolgar nas aulas de jogos, afinal, é um momento um pouco mais descontraído, que envolve competição e pode gerar pontos extras ou outro tipo de premiação para as equipes vencedoras.

Os detalhes dos jogos estão no Produto Educacional, mas, de modo resumido, ocorrem da seguinte forma: a turma é dividida em grupos, um tabuleiro é desenhado no quadro com um ponto de partida, um ponto de chegada e "casas" numeradas que podem ser em maior ou menor quantidade, dependendo do tempo disponível e do tamanho da turma; para representar cada equipe, os grupos escolhem um chaveiro, dentre vários colocados à disposição, com algum personagem; este chaveiro é fixado no quadro por meio de um gancho com ventosa e "anda" pelo tabuleiro conforme a evolução do grupo; para definir a quantidade de "casas" que cada grupo anda, um dado de EVA é utilizado, caso a equipe acerte a pergunta, ela anda pelo tabuleiro de acordo com o número do dado, ganha a equipe que chegar primeiro ao final. Para incluir mais alguns desafios, algumas "casas" são pintadas com cores diferentes, que podem significar premiação com avanços de "casas" ou punição com regressão de "casas".

Abaixo estão algumas das observações sobre os jogos que foram feitas como complementação:

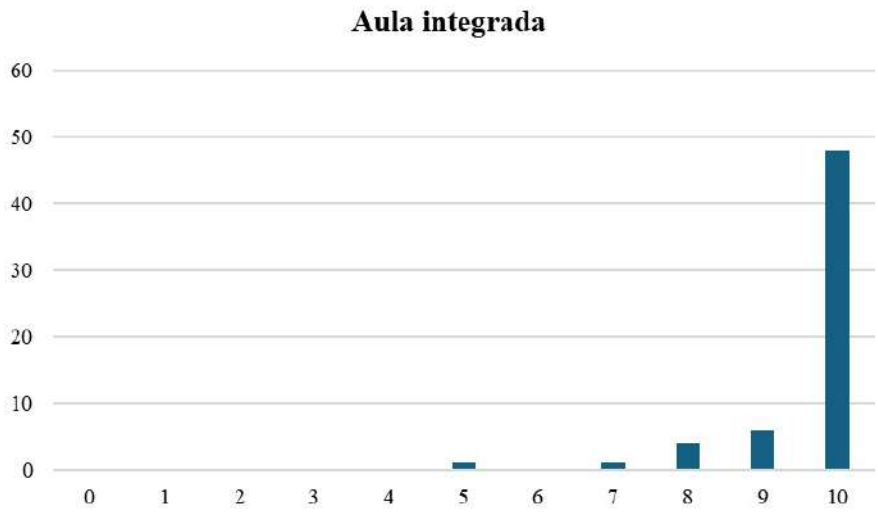
"Muito divertidos e foram ótimos para a fixação do conteúdo".
"É sempre bom um pouquinho de competição para animar".
"Muito divertidos, é uma ótima dinamica para ser aplicada".

"Nossa, foi uma ideia brilhante. Apesar de nunca ganhar".
"Uma dinâmica boa para prender a atenção dos alunos".
"É sempre bom descontrair".
"Amo sou muito competitiva".

A questão 7 (Q3) perguntou: *Como você avalia a Aula Integrada "Conversando sobre Educação Fiscal, Participação Política e Controle Social", com a participação do Prof. Dr. Linoberg Barbosa?*

A Figura 31, abaixo, traz um gráfico feito a partir das respostas dos formulários.

Figura 31 - Gráfico com dados da questão 7 do questionário 3



Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Este instrumento também aprovado pelos estudantes, consistindo num momento de conversa guiado pelo professor de sociologia da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Linoberg Barbosa, convidado para este evento. A atividade foi pensada em razão dos pontos em comum que existem nas ementas de Sociologia com o conteúdo de Educação Fiscal. A convergência, no que tange ao entendimento da própria realidade e ao poder de intervenção na sociedade que o cidadão possui a partir de conhecimentos sobre o tema, culminou nessa aula integrada onde foram expostas ferramentas de participação popular, foram debatidas questões ligadas às obrigações do poder público, à participação de parlamentares e membros do executivo e até se ensinou como buscar a resolução de problemas mais pontuais, como um poste com lâmpada queimada e uma rua com buracos no asfalto. Os estudantes se sentiram à vontade e interagiram bastante com o convidado, o que contribuiu para um melhor aproveitamento da atividade. A seguir, estão algumas das observações que foram feitas pelos estudantes como complementação à pergunta sobre a aula integrada:

"Foi bem informativo deveria ter mais".
"É muito bom ver e entender sobre o assunto com uma pessoa que atua na área com frequência".
"Participante muito legal e aula muito informativa".
"Foi dinâmica e não monótona como outras palestras e aulas já ministradas".
"Foi bem legal, participaria de outro evento como esse".
"Aprendi coisas que nunca ouvir falar".
"Aprendi onde posso criticar e a ligar".

A seguir, a questão 8 (Q3) perguntou: *Como você avalia o aprendizado obtido a partir das pesquisas para o trabalho final?*

Para esse trabalho final, as turmas foram divididas em grupos, com cada um escolhendo uma temática para apresentar. Alguns escolheram um tributo para explicar mais profundamente, como Imposto de Renda (IR) ou Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), outros escolheram temas que possuem relação com tributos, como Perdão de Dívidas Tributárias ou Justiça Tributária. Cada grupo também tinha que fazer uma análise de um portal da transparência estadual; houve sorteio para definir qual Estado cada grupo analisaria. Esses trabalhos foram apresentados em uma Mostra de Trabalhos de Educação Fiscal para as outras turmas de cursos integrados e servidores; cada grupo foi avaliado por dois professores (de áreas afins que foram convidados para a atividade). A Figura 32 mostra aprovação dessa atividade.

Figura 32 - Gráfico com dados da questão 8 do questionário 3

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Os estudantes entenderam que tiveram um aprendizado de bom a excelente a partir das pesquisas para o trabalho final. Abaixo, estão algumas das observações que foram feitas como complementação:

"Foi fácil aprender o assunto".
"O trabalho foi muito fácil de apresentar".
"Pouco tempo para ter sido estudado".

"Eu poderia ter aprendido mais, porem, acredito que tenha sido falta de atenção minha".
"Aprendi muito bem".
"Eu achei bom, assim aprendi coisas que eu não sabia".
"Foram bem interessantes".

Questões como dificuldades na elaboração do trabalho surgiram, tanto em decorrência de tempo disponível entre tantos componentes curriculares e outras atividades típicas do período (como estudo para vestibular, ENEM e organização de comemorações de finalização de curso), quanto em relação ao próprio desempenho do estudante na dedicação ao trabalho.

Em seguida, a questão 9 (Q3) perguntou: *Como você avalia o aprendizado geral da questão tributária/fiscal por meio do projeto?*

Foi explicado para os estudantes que o projeto envolveu todas as aulas do 3º e do 4º bimestre, com os filmes, documentários, jogos, aula integrada e as aulas convencionais, porém, alguns entenderam como sendo apenas o trabalho final da Mostra, o qual se referia à questão anterior. De todo modo, os estudantes avaliaram de forma positiva o aprendizado do tema, conforme a Figura 33, abaixo:

Figura 33 - Gráfico com dados da questão 9 do questionário 3

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Os comentários feitos pelos estudantes no formulário demonstram visões diferentes. A seguir, estão algumas das observações que foram feitas como complementação:

"Ótimo".
"Não tenho a certeza se aprendi tudo, por ainda não manejar o site".
"Foi muito legal e me sentir importante".
"Aprendi muito, mas acho que posso ter errado algo".

O segundo e o quarto comentários parecem se referir apenas ao trabalho final e, apesar de falarem sobre o aprendizado, demonstram preocupação com a prática e com a possibilidade de terem cometido algum erro na apresentação. Já o primeiro comentário elogia de forma geral o projeto, enquanto no terceiro, o estudante expõe que não só gostou como se sentiu importante, o que pode ter sido em decorrência das discussões e do envolvimento deles nas atividades, bem como na culminância onde foi colocado como protagonista e teve a oportunidade de mostrar a outras turmas e aos servidores o que aprendeu.

Dando continuidade, a questão 10 (Q3) perguntou: *Como você avalia a importância desse conteúdo para sua vida?*

A Figura 34 mostra que as avaliações foram positivas.

Figura 34 - Gráfico com dados da questão 10 do questionário 3

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Os comentários em complementação trazem detalhes sobre o motivo que os estudantes consideraram o conteúdo importante. A seguir, estão algumas das observações que foram feitas:

"Aprendi coisas que nem sabia que precisava".
"Posso entender melhor quais impostos irei pagar e como esse serviço retorna".
"Da de viver sem conhecer, porem, é de extrema importancia entender".
"Agora compreendo melhor sobre a importância de contribuir com meus tributos".
"Influência diretamente em tudo".
"Uma materia que realmente mostrou como é o mundo la fora".
"É algo que todos nós precisamos aprender pois é essencial na vida".
"De muita importância saber o porque pagamos tributos".
"Acho importante para saber o porque dos preços ou cobranças que pagamos".
"Acho necessário para todos. Deveria ter em todas escolas".
"É muito importante, ainda mais que vamos começar esse novo ciclo".
"Agora posso entender para onde meu dinheiro vai e como é usado".
"Acho muito bom".
"A importância de saber como e com o que estou contribuindo".

> *"Porque agora eu sei para onde vais os tributo e meus pais e eu futuramente pagarei".*

Foi demonstrado que houve entendimento do tema e como ele é relevante para compreensão de questões do dia a dia, tanto como adolescentes quanto na vida adulta que esses jovens estão iniciando.

A questão 11 (Q3) perguntou: *O quanto você gostou do projeto de ensino?*

A figura a seguir mostra que as avaliações foram positivas, que os estudantes ficaram satisfeitos com o projeto de ensino de Educação Fiscal.

Figura 35 - Gráfico com dados da questão 11 do questionário 3

Fonte: autoria própria com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Finalizando o questionário, a questão 12 (Q3) colocou: *Por favor, colabore com algum ponto positivo, negativo e/ou alguma observação sobre o projeto de ensino.* O objetivo era que os estudantes pudessem expressar livremente observações complementares de pontos que eles achassem interessantes, mas que não tenham sido contemplados nas questões anteriores. Como resultado foram obtidos muitos comentários positivos destacando a importância do conteúdo, a forma didática com que foi trabalhado, a inclusão de materiais diversos, o momento da conclusão do projeto como início da vida adulta e a sugestão de replicação do projeto tanto em outras turmas como em outras escolas; os comentários positivos representaram 90% das respostas:

> *"Gostei muito do projeto por conta da aprendizagem sobre o país que eu moro, os tributos que terei que pagar e as injustiças que acontecem na sociedade".*
> *"A utilização de filmes e documentários deram uma outra perspectiva do conteúdo, o que me ajudou muito, as conversas após isso também foram excelentes".*
> *"Foi ótimo a inclusão de tantos materiais diferentes".*
> *"Achei muito importante o estudo sobre tributo, a criação de um senso critico em volta desse assunto é essencial".*

> *"Um projeto muito bom, pois é necessário conhecer sobre tributos. Deveriam ter mais projetos como esse nas escolas".*
> *"Um ponto positivo é o fato desse conteúdo ter sido concluído no final do ensino médio, bem quando vamos ingressar na vida adulta é precisaremos desse conteúdo".*

Os comentários negativos foram em relação ao formato das aulas. Uma resposta disse que as aulas deveriam "ser mais interativas" e a outra que "não tem muitas questões na hora da aula". Porém, esse ponto de vista diverge de outros estudantes que comentaram de forma contrária, confirmando a interatividade das aulas.

Alguns estudantes confundiram o projeto como sendo apenas o trabalho final e fizeram comentários centrados nele, alguns de caráter positivo:

> *"Eu gostei muito porque a dinâmica de apresentação e os materiais que os outros alunos fizeram facilitou a compreensão de cada tema".*
> *"Mais compreensão do conteúdo que estava sendo estudado, bom para os alunos se aprofundarem mais no conteúdo, fazendo pesquisas dos temas".*
> *"Achei muito legal, pois tivemos a oportunidade de falar para as pessoas do nosso aprendizado do conteúdo".*

Mas também houve outros de caráter negativo:

> *"A entrega de vários trabalhos foi prejudicial a alguns grupos que não tiveram suas pesquisas assistidas [...] os grupos não tiveram a oportunidade de assistir o trabalho do colega".*
> *"Não consegui ver os trabalhos dos outros alunos".*

Além disso, houve comentários mistos:

> *"Acho que foi uma nova forma de apresentar para os alunos e os avaliadores, só acho que deveria ser mais organizado".*

Essa última questão trouxe comentários que enriqueceram a análise, revelando um espaço em que muitos estudantes se sentiram à vontade para colaborar com o projeto, demonstrando aspectos positivos e negativos. Foi possível captar visões que não tinham sido contempladas nas demais questões apresentadas anteriormente e que apresentam pontos que podem ser melhorados em aplicações futuras do projeto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento sobre o funcionamento da arrecadação, gerenciamento e aplicação de recursos públicos é de grande importância para o exercício da cidadania, uma vez que contribui para o entendimento da necessidade de pagamento de tributos e instrumentaliza a população para acompanhamento e fiscalização dos gastos públicos.

Uma vez que se efetive, a compreensão do tema pode fomentar nos estudantes maior consciência para redução de evasão e sonegação fiscal, maior combate à corrupção e envolvimento em questões políticas, econômicas e sociais. Um cidadão pleno, no sentido de percepção da realidade e de seu papel e poder na sociedade, necessita de conhecimentos para subsidiar sua atuação, para que ela ocorra de forma efetiva e transformadora. Quanto mais a população se apropria do conhecimento, mais pode transformar a própria realidade, portanto, a Educação Fiscal contribui para a formação integral e cidadã, confirmando a primeira hipótese apresentada.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada com o intuito de oferecer essa educação integral e cidadã e atua no Ensino, na Pesquisa, na Extensão e na Inovação. Os cursos técnicos integrados ao ensino médio possuem componentes curriculares da Base Nacional Comum, da Parte Diversificada e da Formação Profissional. Assim, dependendo do eixo de atuação, as turmas podem estudar noções de legislações em que se inclui o tema Educação Fiscal, o que importa afirmar também que, dependendo do eixo de atuação, esses conhecimentos não são explorados na perspectiva do Ensino voltado ao curso específico de cada turma.

A análise feita nos PPCs e nas ementas dos Cursos Técnicos em Administração e em Comércio Integrados ao Ensino Médio do CBVZO apresentou grandes possibilidades de articulação do tema Educação Fiscal com componentes curriculares como História, Filosofia, Sociologia e outros, permitindo, inclusive, elaboração de projetos integrando várias disciplinas.

Por meio de Pesquisa, Extensão, Inovação, e, também, por meio de Projetos de Ensino dissociados da matriz curricular de cada curso, esse tema pode ser abordado. A formação integral e cidadã pode compreender atividades diversas. Deste modo, a Educação Fiscal pode ocorrer não só dentro de componentes curriculares, como de modo independente deles, privilegiando ao final que os estudantes desenvolvam conhecimentos relevantes e que possam se tornar cidadãos conscientes e atuantes.

Para que os conteúdos sejam bem discutidos e compreendidos por adolescentes do ensino médio, é importante que seja utilizada uma linguagem adequada para a faixa etária e que

haja variação de instrumentos e metodologias de aula. O Projeto de Ensino como o Produto Educacional aplicado nesta pesquisa teve essa proposta de tornar a temática fiscal mais atrativa para o público adolescente.

Iniciando com perguntas para entender os conhecimentos prévios, foi possível identificar de onde partir para que os estudantes pudessem acompanhar a evolução do conteúdo de forma mais segura. As ações com filmes, documentários, jogos e palestra interativa conseguiram dar ao projeto uma dinâmica que contribuiu para que o interesse na temática fosse mantido.

O trabalho final avaliativo colaborou para que os próprios estudantes se aprofundassem em tópicos específicos e exercitassem o aprendizado e visão crítica sobre o conteúdo. O cuidado com a qualidade, linguagem e estética dos materiais visuais favoreceu o estudo e entendimento de conceitos e termos jurídicos próprios da temática. Portanto, realizar adaptações metodológicas voltadas ao ensino médio na temática da Educação Fiscal contribuiu para despertar e manter o interesse dos estudantes sobre o conteúdo, confirmando a segunda hipótese apresentada.

A pesquisa demonstrou que os estudantes reconheceram a importância do tema, se envolveram, construíram conhecimento e avaliaram de forma positiva o Projeto de Ensino, tendo, inclusive, sugerido a aplicação em outras turmas e escolas.

Apesar da complexidade do tema e uma certa distância da realidade de adolescentes, os resultados apresentaram não só uma compreensão substancial da temática como desenvolvimento de visão crítica no sentido de produção de questionamentos sobre o funcionamento da arrecadação e aplicação de recursos, bem como sobre o impacto da cobrança de tributos em diferentes camadas da sociedade.

Assim, a terceira hipótese também foi confirmada: realizar adaptações metodológicas voltadas ao ensino médio na temática da Educação Fiscal contribuiu para a formação integral e cidadã dos estudantes do 3º ano do ensino médio do IFRR/CBVZO.

O Projeto de Ensino apresentado pode ser replicado em outras turmas, dentro de componentes curriculares, integrando componentes, ou de forma independente, assim como o formato utilizado nesse Produto Educacional, pode ser aplicado em outros temas, contribuindo ainda mais para uma formação integral e cidadã de estudantes em diferentes localidades.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **A era do imprevisto**: a grande transição do século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. **Educação Cidadã, Educação Integral**: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010 (Série: Educação Cidadã: 6). Disponível em: https://tinyurl.com/3xmdmpwm Acesso em: 22 fev. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS. Prêmio Nacional de Educação Fiscal – Página inicial. *In:* ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS. **Prêmio Nacional de Educação Fiscal,** [on-line], 2025. Disponível em: https://tinyurl.com/47w65szn Acesso em: 24 nov. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BEZERRA, Susana Simões; RODRIGUES, Rubens Carlos; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Educação Fiscal: Uma Análise dos Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. *In:* ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 9., 2022, São Paulo. Anais [...]. Brasília, DF: SBAP, 2022. Disponível em: https://tinyurl.com/285cw35d Acesso em: 5 mar. 2025.

BORGES, Erivan Ferreira; PEREIRA, Jose Matias; BORGES, Gilmara Mendes da Costa. Gestão pública no Brasil: uma proposta de mensuração da educação fiscal do cidadão. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 3-15, dez. 2015. Disponível em: https://tinyurl.com/4d37aeub Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 1.804, de 3 de setembro de 1980.** Dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais. Brasília, DF: Presidência da República, 1980. Disponível em: https://tinyurl.com/e4hk4mb7 Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL (Constituição [1988]). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://tinyurl.com/428bxbwr Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://tinyurl.com/y2yepchd Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. Receita Federal. Receita Federal promove concurso de curta-metragem para universitários. *In:* BRASIL. Receita Federal. **Receita Federal,** [on-line], 28 jun. 2013. Disponível em: https://tinyurl.com/4kyj4vdh Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF. **Função Social dos Tributos**. 5. ed. Brasília, DF: ESAF, 2014a (Série: Educação Fiscal. Caderno 3). Disponível em: https://tinyurl.com/bdfw5pct Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF. **Relação Estado-Sociedade**. 5. ed. Brasília, DF: ESAF, 2014b (Série: Educação Fiscal. Caderno 2). Disponível em: https://tinyurl.com/2ruj4krc Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Fazendária. **Protocolo ICMS 44/19, de 29 de julho de 2019.** Dispõe sobre a manutenção e fortalecimento do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF no âmbito Estadual. Brasília, DF: Confaz, 2019a. Disponível em: https://tinyurl.com/23bmjat4 Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Fazendária. **Ato COTEPE/ICMS nº 37, de 29 de julho de 2019.** Institui Grupo de Trabalho no âmbito da COTEPE/ICMS. Brasília, DF: Confaz, 2019b. Disponível em: https://tinyurl.com/e6ya44n3 Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Fazendária. **Ato COTEPE/ICMS nº 48, de 04 de setembro de 2019.** Dispõe sobre os Grupos e Subgrupos de Trabalho da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS. Brasília, DF: Confaz, 2019c. Disponível em: https://tinyurl.com/3h97djjw Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. **Alíquota-padrão da tributação do consumo de bens e serviços no âmbito da Reforma Tributária.** Brasília, DF: Assessoria Especial de Comunicação Social; Ministério da Fazenda, 2023. Disponível em: https://tinyurl.com/yu258unj Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 14.902, de 27 de junho de 2024.** Institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover); altera o Decreto-Lei n.º 1.804, de 3 de setembro de 1980; e revoga dispositivos da Lei n.º 13.755, de 10 de dezembro de 2018. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://tinyurl.com/mr2ftz8h Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública. Busca – Educação Fiscal. *In:* BRASIL. **ENAP,** [on-line], 2025a. Disponível em: https://tinyurl.com/3zb4eef4 Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Receita Federal. Central de Conteúdo – Materiais didáticos. *In:* BRASIL. Receita Federal. **Receita Federal,** [on-line], 2025b. Disponível em: https://tinyurl.com/ymvcrsbv Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Receita Federal. Revistas – Cidadania fiscal. *In:* BRASIL. Receita Federal. **Receita Federal,** [on-line], 2025c. Disponível em: https://tinyurl.com/ya5x84ba Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Apresentação - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. *In:* BRASIL. Ministério da Educação. **CNCT,** [on-line], 2025d. Disponível em: https://tinyurl.com/434sbax3 Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Página inicial - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. *In:* BRASIL. Ministério da Educação. **CNCT,** [on-line], 2025e. Disponível em: https://tinyurl.com/22bpxs39 Acesso em: 20 mar. 2025.

CAMINHA, Siomara Catarina Ribeiro; LOCKS, Geraldo Augusto; ARRUDA, Marina

Patrício; KLAAR, Anne Carolina Rodrigues. Projeto Educação Fiscal para Cidadania: análise de uma prática pedagógica escolar. **Revista Espacios**. Caracas, v. 38, n. 50, p. 1-11, 2017. Disponível em: https://tinyurl.com/mwhsvwsa Acesso em: 4 mar. 2025.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: https://tinyurl.com/3jcakty7 Acesso em: 21 maio 2023.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014.

CITÓ, Arthur. **Bairros e Zonas da Área Urbana de Boa Vista-RR**. Boa Vista: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Núcleo de Apoio à Pesquisa de Roraima. 2023.

COLAUTO, Romualdo Douglas; SILVA, Oscar Lopes; TONIN, Joyce Menezes da Fonseca; MARTINS, Sidney Pires Martins. Filmes no processo de ensino e aprendizagem. *In:* LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José; NOVA, Silvia de Castro Casa (Org.). **Revolucionando a sala de aula:** como envolver o estudante aplicando técnicas de metodologias ativas e aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2018. p. 125-140.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o Trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 6-19, 2018. Disponível em: http://tiny.cc/08gv001 Acesso em: 23 set. 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); SINDIFISCO NACIONAL (SINDIFISCO). **A progressividade na tributação brasileira:** por maior justiça tributária e fiscal. São Paulo: DIEESE; IPEA; Sindifisco, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. *In:* CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 267-274. Disponível em: https://tinyurl.com/4duyp6zc Acesso em: 30 maio 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. *In:* CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 750-757. Disponível em: https://tinyurl.com/4duyp6zc Acesso em: 30 maio 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLEICK, James. **A informação**: um conceito, uma história, uma enxurrada. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GRZYBOVSKI, Denize; HAHN, Tatiana Gaertner. Educação Fiscal: premissa para melhor

percepção da questão tributária. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 841–864, set./out. 2006. Disponível em: https://tinyurl.com/bdereyzk Acesso em: 4 mar. 2025.

HACK, Érico. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário.** 2. ed. rev. Curitiba: Ibpex, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022 – Mapas – Boa Vista-RR. *In:* INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE,** [on-line], 2022. Disponível em: https://tinyurl.com/4hkxpmx3 Acesso em: 4 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados – Boa Vista-RR. *In:* INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE,** [on-line], 2025. Disponível em: https://tinyurl.com/3rbjx422 Acesso em: 4 mar. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR). Campus Boa Vista. **Resolução n.º 346/CONSUP/IFRR, de 19 de fevereiro de 2018.** Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFRR. Boa Vista: IFRR, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR). Campus Boa Vista Zona Oeste. **Resolução n.º 562/2021 - CONSUP/IFRR, de 11 de março de 2021.** Aprova o plano do Curso Técnico em Comunicação Visual Subsequente ao Ensino Médio, primeiro do Eixo de Produção Cultural e Design. Boa Vista: IFRR, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR). Campus Boa Vista Zona Oeste. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração**. Boa Vista: IFRR, 2022a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR). Campus Boa Vista Zona Oeste. **Resolução n.º 652/2022 - CONSUP/IFRR, de 17 de março de 2022.** Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio. Boa Vista: IFRR, 2022b.

KERN, Denise Teresinha Brandão. **Uma reflexão sobre a importância da inclusão de uma educação financeira nas escolas públicas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Exatas) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2009. Disponível em: https://tinyurl.com/4shd3nub Acesso em: 5 mar. 2025.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 68, p. 21-28, fev. 1989. Disponível em: https://tinyurl.com/28e2e3u2 Acesso em: 21 maio 2023.

MATIAS, Eduardo Felipe Pérez. **A humanidade e suas fronteiras**: do Estado soberano à sociedade global. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas:** foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MILANEZI, Márcia Helena; SANTOS, Akiko. Ensino integrado na perspectiva da educação para o trabalho e para a vida. *In:* ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (Org.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios.** Brasília, DF: Ed. IFB, 2017. p. 550-563.

MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de aprendizagem.** 2. ed. São Paulo: E.P.U., 2017.

OLIVEIRA, Cristian Roberto Antunes; LUCHESE, Terciane Ângela. Programa de Educação Fiscal Cidadã: Pressupostos Legais e Contexto Histórico da Implementação em Lages/SC. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 10, n. 1, p. 397-409, 2023. Disponível em: https://tinyurl.com/2kxmn8k4 Acesso em: 5 mar. 2025.

PISCITELLI, Tathiane. **Direito Financeiro**. 6. ed. São Paulo: Método, 2018.

RAMOS, Pamela Gabriela; FORTE, Joana Ancila Pessoa. Educação Fiscal Integrada ao Ensino Fundamental: Um Estudo de Caso no Município de Cáceres-MT. **Revista UNEMAT de Contabilidade,** Nova Mutum, v. 3, n. 5, jan./jun. 2014. Disponível em: https://tinyurl.com/2t48wdft Acesso em: 5 mar. 2025.

RESENDE, Vitor Lopes. **Literacia para publicidade antirracista**: para a audiência branca compreender o racismo na publicidade e a necessidade da maior presença da população negra nas narrativas de marcas. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: http://tiny.cc/v7gv001 Acesso em: 7 mar. 2025.

ROCHA, Marisa Lopes; AGUIAR, Katia Faria. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 23, p. 64-73, 2003.

SANTA MARIA (Rio Grande do Sul). Concurso Nacional de Obras de Curta-Metragem "Luz, Câmera e Educação Fiscal. *In:* SANTA MARIA. **Prefeitura de Santa Maria,** [on-line], 2021. Disponível em: https://tinyurl.com/ydjwzf3a Acesso em: 20 mar. 2025.

SANTA MARIA (Rio Grande do Sul). Missão – Educação Fiscal. *In:* SANTA MARIA. **Prefeitura de Santa Maria,** [on-line], 2025. Disponível em: https://tinyurl.com/5634tjwx Acesso em: 20 mar. 2025.

SÃO PAULO (Estado). O Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF no Brasil – Histórico. *In:* SÃO PAULO. **Governo do Estado de São Paulo,** [on-line], 2025a. Disponível em: https://tinyurl.com/yc5jkfmx Acesso em: 20 mar. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Curso Disseminadores de Educação Fiscal. *In:* SÃO PAULO. **Governo do Estado de São Paulo,** [on-line], 2025b. Disponível em: https://tinyurl.com/2zjc8js5 Acesso em: 20 mar. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista**

Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: https://tinyurl.com/4whaa4r9 Acesso em: 17 abr. 2023.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In:* GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44,

VERAS, Laura. IFRR terá novo campus no Município de Rorainópolis. *In:* INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. IFRR, [on-line], 12 mar. 2024. Disponível em: https://tinyurl.com/5xtvxwsh Acesso em: 20 mar. 2025.

WILKE, Valéria Cristina Lopes. No tempo das fake news e da pós-verdade – política, democracia e literacia midiática. *In:* PEREIRA, Sara (Ed.). **Literacia, Media e Cidadania.** Braga: CECS, 2019. p. 381-398. Disponível em: https://tinyurl.com/3tdtsec5 Acesso em: 23 jul. 2025.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. CAPES: UAB, 2009.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO E AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS PRÉVIOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA – *CAMPUS* BOA VISTA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Esse questionário faz parte do projeto de mestrado **"Educação Fiscal como contribuição para a formação integral e cidadã dos estudantes do ensino técnico integrado ao médio do IFRR/CBVZO"** e objetiva caracterizar o público e avaliar quais conhecimentos prévios você, estudante, possui sobre a temática estudada. A pesquisa está sendo desenvolvida pela mestranda Mariana da Silva Souza sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Luiz Neves Barros.

1. Quais seu curso?

( ) Técnico em Administração ( ) Técnico em Comércio

2. Quais sua idade?

_____

3. Com qual gênero você se identifica?

( ) Feminino ( ) Não-binário:_____

( ) Masculino

4. Por quais plataformas você acessa as informações sobre política e economia? Pode marcar mais de uma.

( ) WhatsApp ( ) Jornais

( ) X (Ex Twitter). ( ) Rádio

( ) Instagram ( ) Televisão

( ) TikTok ( ) Outro: _____

( ) YouTube

5. Quais seus conhecimentos atuais sobre o que são tributos?

6. Quais seus conhecimentos atuais sobre como são cobrados os tributos?

7. Quais seus conhecimentos atuais sobre a utilidade ou destinação da arrecadação por tributos?

8. Quais tributos você conhece?

9. Quais seus conhecimentos atuais sobre os benefícios que a população obtém por meio da tributação?

10. Quais seus conhecimentos atuais sobre a recente reforma tributária?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA VERIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES QUANTO À IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FISCAL NO MUNDO DO TRABALHO E AS DIFICULDADES PARA APRENDIZADO DO TEMA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA – *CAMPUS* BOA VISTA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Esse questionário faz parte do projeto de mestrado **"Educação Fiscal como contribuição para a formação integral e cidadã dos estudantes do ensino técnico integrado ao médio do IFRR/CBVZO"** e objetiva verificar a percepção que você, estudante, possui quanto à importância da Educação Fiscal no mundo do trabalho e quais as dificuldades para aprendizado do tema. A pesquisa está sendo desenvolvida pela mestranda Mariana da Silva Souza sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Luiz Neves Barros.

1. Após estudar o conteúdo, como você avalia a importância desse conteúdo no mundo do trabalho?

Nada importante 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Totalmente importante

Obs.:_____

_____

2. Após estudar o conteúdo, o quanto você considera importante a cobrança de tributos?

Nada importante 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Totalmente importante

Obs.:_____

_____

3. Como os tributos afetam a renda de uma família?

_____

_____

_____

4. Como os tributos afetam o consumo de uma família?

_____

_____

5. Como os tributos afetam a vida de um trabalhador em relação ao seu salário e aos seus benefícios?

6. Como os tributos afetam as empresas?

7. Como os tributos afetam os serviços públicos ofertados à população?

8. Qual sua percepção sobre como os tributos afetam as classes mais ricas e mais pobres?

9. Quais as maiores dificuldades que você encontrou para aprendizado do conteúdo?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO - PROJETO DE ENSINO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA – *CAMPUS* BOA VISTA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Esse questionário faz parte do projeto de mestrado **"Educação Fiscal como contribuição para a formação integral e cidadã dos estudantes do ensino técnico integrado ao médio do IFRR/CBVZO"** e objetiva verificar a avaliação que você, estudante, faz sobre o Produto Educacional, o projeto de ensino. A pesquisa está sendo desenvolvida pela mestranda Mariana da Silva Souza sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Luiz Neves Barros.

1. Como você avalia o desempenho da professora na exposição dos conteúdos?

Nada satisfeito 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Totalmente satisfeito

Obs.:_____

2. Como você avalia a qualidade do material visual (slides, material impresso) utilizado pela professora?

Nada satisfeito 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Totalmente satisfeito

Obs.:_____

3. Como você avalia a linguagem utilizada pela professora para trabalhar o conteúdo?

Nada satisfeito 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Totalmente satisfeito

Obs.:_____

4. Como você avalia a inclusão dos filmes na temática estudada?

Nada satisfeito 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Totalmente satisfeito

( ) Não vi os filmes

Obs.:_____

5. Como você avalia a inclusão dos documentários na temática estudada?

Nada satisfeito 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Totalmente satisfeito

( ) Não vi os documentários

Obs.:_____

6. Como você avalia os jogos aplicados para fixação e revisão do conteúdo?

Nada satisfeito 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Totalmente satisfeito

( ) Não participei

Obs.:_____

7. Como você avalia a Aula Integrada "Conversando sobre Educação Fiscal, Participação Política e Controle Social" com a participação do Prof. Dr. Linoberg Barbosa?

Nada satisfeito 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Totalmente satisfeito

( ) Não participei

Obs.:_____

8. Como você avalia o aprendizado obtido a partir das pesquisas para o trabalho final?

Não aprendi nada 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Meu aprendizado foi excelente

( ) Não participei

Obs.:_____

9. Como você avalia o aprendizado geral da questão tributária/fiscal por meio do projeto?

Não aprendi nada 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Meu aprendizado foi excelente

Obs.:_____

10. Como você avalia a importância desse conteúdo para sua vida?

Nada importante 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Totalmente importante

Obs.:_____

11. O quanto você gostou do projeto de ensino?

Nada satisfeito 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Totalmente satisfeito

Obs.:_____

12. Por favor, colabore com algum ponto positivo, negativo e/ou alguma observação sobre o plano de ensino?

_____

_____

_____

_____

_____

Agradecemos sua participação!!!!!

APÊNDICE D - PRODUTO EDUCACIONAL - PROJETO DE ENSINO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do Instituto Federal de Roraima - IFRR)

S729p Souza, Mariana da Silva.
Projeto de ensino de educação fiscal / Mariana da Silva Souza, Rodrigo Luiz Neves Barros. – Boa Vista, 2025.
1 arquivo em PDF : il. color.

Produto educacional do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – PROFEPT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, *Campus* Boa Vista, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Cidadania. 2. Educação fiscal. 3. Formação integral. 4. Educação profissional e tecnológica. 5. Produto educacional. I. Barros, Rodrigo Luiz Neves. II. Título.

CDD – 373.246

Elaborada por Paula Lima Garcia - CRB 11/887

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT

Este projeto foi elaborado como um Produto Educacional do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT.

O projeto, inicialmente, foi desenvolvido com turmas de 3º ano do Ensino Médio dos Cursos Técnicos Integrados em Comércio e Administração do *Campus* Boa Vista Zona Oeste do IFRR, de forma vinculada ao componente curricular "Legislação Empresarial e Tributária", no entanto, pode ser aplicado com ou sem vinculação a componentes curriculares.

Autora: Mariana da Silva Souza

Orientador/Coautor: Rodrigo Luiz Neves Barros

Projeto Gráfico: Vitor Lopes Resende

Boa Vista-RR, 2025

Índice

Apresentação	Pág. 4
1º Encontro	Pág. 5
2º Encontro	Pág. 8
3º Encontro	Pág. 10
4º Encontro	Pág. 13
5º Encontro	Pág. 16
6º Encontro	Pág. 20
7º Encontro	Pág. 24
8º Encontro	Pág. 27
9º Encontro	Pág. 28
10º Encontro	Pág. 30
11º Encontro	Pág. 31
12º Encontro	Pág. 35
13º Encontro	Pág. 38
14º Encontro	Pág. 41
15º Encontro	Pág. 42

APRESENTAÇÃO

Projeto de Ensino

Este Projeto de Ensino contém um guia para 15 encontros de 2h cada, totalizando 30h (pode ser readequado em outra quantidade de encontros). É composto por conteúdos a serem trabalhados com um público jovem sobre Educação Fiscal. Foi preparado com atividades diversificadas com intuito de manter a dinamicidade e interesse.

Objetivo Geral

Despertar e manter o interesse dos estudantes na temática da Educação Fiscal por meio de adaptações para tornar o tema mais atrativo para o público adolescente, contribuindo para a sua formação integral e cidadã.

Objetivos Específicos

- Oferecer formas atrativas para o ensino da Educação Fiscal;
- provocar reflexão sobre a relação do conteúdo com a vida dos estudantes; e
- promover o pensamento crítico sobre a temática.

1º Encontro

Tipo de aula	Apresentação do projeto e exibição de material audiovisual
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

- Folhas de papel A4 em branco ou com o questionário impresso
- Quadro branco
- Pincéis
- Televisão ou projetor
- Aparelho de dvd ou computador
- Caixa de som
- Filme - Robin Hood (2010)

Atenção!

Os estudantes devem assistir ao filme fazendo anotações sobre questões de tributação que eles consigam observar na história.

Observação

O filme pode ser exibido em duas partes se cada encontro for de 2h, caso seja possível que o primeiro encontro seja de 4h, o filme pode ser exibido de forma completa e a discussão ser feita logo em seguida.

Roteiro

1. Apresentação do Projeto de Ensino
2. Aplicação de questionário de conhecimentos prévios para verificação de noções que os estudantes tenham sobre o assunto. Sugere-se que seja perguntado:

- Quais seus conhecimentos atuais sobre o que são tributos?
- Quais seus conhecimentos atuais sobre quem deve pagar tributos?
- Quais seus conhecimentos atuais sobre como são cobrados os tributos?
- Quais seus conhecimentos atuais sobre a utilidade ou destinação da arrecadação de tributos?
- Quais tributos você conhece?
- Quais seus conhecimentos atuais sobre os benefícios que a população obtém por meio da tributação?

3. Exibição de filme para discussão sobre tributação de forma histórica

Sugestão de filme: Robin Hood

Sobre o filme sugerido

Ficha do Filme

Robin Hood (2010)
Classificação indicativa - 14 anos
Duração - 2h20
Gênero - ação e aventura
Direção - Ridley Scott

Sinopse

Em Robin Hood, Robin Longstride (Russell Crowe) integra o exército do rei Ricardo Coração de Leão (Danny Huston), que está em plenas cruzadas. Após a morte do rei, ele consegue escapar juntamente com alguns companheiros. Em sua tentativa de fuga eles encontram Sir Robert Loxley (Douglas Hodge), que tinha por missão levar a coroa do rei a Londres. Loxley foi atacado por Godfrey (Mark Strong), um inglês que serve secretamente aos interesses do rei Filipe, da França. À beira da morte, Loxley pede a Robin que entregue a seu pai uma espada tradicional da família. Ele aceita a missão e, vestido como se fosse um cavaleiro real, parte para Londres. Após entregar a coroa ao príncipe João (Oscar Isaac), que é nomeado rei, Robin parte para Nottingham. Lá conhece Sir Walter (Max von Sydow) e Marion (Cate Blanchett), respectivamente pai e esposa de Loxley.

Informações: https://www.adorocinema.com/filmes/filme-126127/.
Acesso em 27 jan. 2025

2º Encontro

Tipo de aula	Exibição de material audiovisual com posterior discussão
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

- Quadro branco
- Pincéis
- Televisão ou projetor
- Aparelho de dvd ou computador
- Caixa de som
- Filme - Robin Hood (2010)

Observação

Este encontro se inicia com a exibição da segunda parte do filme, com posterior discussão sobre o que se pôde observar acerca de tributação, a seguir está o roteiro com alguns pontos em destaque.

Roteiro

1. Formas de cobrança de impostos – violência, intimidação, ameaça.
2. Formas de pagamento de impostos – dinheiro, animais, sementes, homens para guerra.
3. Gastos da monarquia – a população sustentava a família real em troca de "proteção" contra nações vizinhas.
4. Custo de guerra – guerra por vezes travada por motivações imperialistas, de dominação cultural ou dominação religiosa.
5. Aumento na cobrança de impostos após o novo rei ascender ao trono – dívidas antigas "desconsideradas", novo rei com outras prioridades.
6. Reação da população à respeito das cobranças abusivas – ao se pressionar a população, em algum momento ela pode reagir, comparativo com revoluções como inconfidentes no Brasil, instabilidade interna podendo facilitar invasões externas.
7. Poder absoluto *versus* Estado Democrático de Direito – o poder de tributação de um rei nos moldes históricos que o filme relata não possui limites, não há necessidade de justificativa, não há limitações de valores/proporção, não há freios e contrapesos de poderes liderados por pessoas diferentes. No Estado Democrático de Direito têm-se o poder do Estado dividido em três funções: executiva, legislativa e judiciária. Existe a Constituição, com regras e limitações ao poder de tributação do Estado, os impostos só podem ser cobrados após aprovação de leis, ou seja, o poder legislativo que cria as regras baseadas na Constituição maior, o poder executivo faz a cobrança posterior com base nas regras Constitucionais e legislativas, podendo ter alguma autonomia, mas ainda assim, com limitações.
8. Liderança popular – poder do povo buscando leis com participação popular e colocando a autoridade do rei em risco.

3º Encontro

Tipo de aula	Exposição dialogada
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

- Quadro branco
- Pincéis
- Projetor
- Computador

Conteúdo

- Breve apanhado histórico sobre a cobrança de tributos em diferentes épocas
- Noções de Direito Tributário: Atividade Financeira do Estado e conceitos
- Princípios do direito tributário
- Limitações ao poder de tributar

Conteúdos

O que é importante trabalhar em cada tópico deste encontro?

Conteúdo	Assuntos
Breve apanhado histórico sobre a cobrança de tributos em diferentes épocas	1. Início das sociedades 2. Idade Antiga 3. Idade Média 4. Idade Moderna 5. Idade Contemporânea 6. Revoltas brasileiras motivadas por cobranças de tributos
Noções de Direito Tributário: Atividade Financeira do Estado e conceitos	1. Atividade Financeira do Estado 2. Direito Tributário 3. Definição de tributos 4. Espécies tributárias

Conteúdos

O que é importante trabalhar em cada tópico deste encontro?

Conteúdo	Assuntos
Princípios do Direito Tributário	1. Legalidade 2. Isonomia 3. Irretroatividade 4. Anterioridade 5. Capacidade contributiva 6. Vedação do confisco 7. Liberdade de tráfego 8. Uniformidade geográfica 9. Seletividade 10. Não-diferenciação tributária 11. Não-cumulatividade 12. Imunidades tributárias 13. Competência 14. Simplicidade 15. Transparência 16. Justiça tributária 17. Cooperação 18. Defesa do meio ambiente Obs. os itens 14 ao 18 foram incluídos pela EC n.º 132, de 2023.
Limitações ao poder de tributar	1. Artigos 150 a 152 da Constituição Federal de 1988

4º Encontro

Tipo de aula	Exposição dialogada
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

- Quadro branco
- Pincéis
- Projetor
- Computador

Conteúdo

- Código Tributário Nacional e Legislação Tributária
- Hierarquia das normas
- Funções dos tributos
- Vigência das normas tributárias
- Tributos

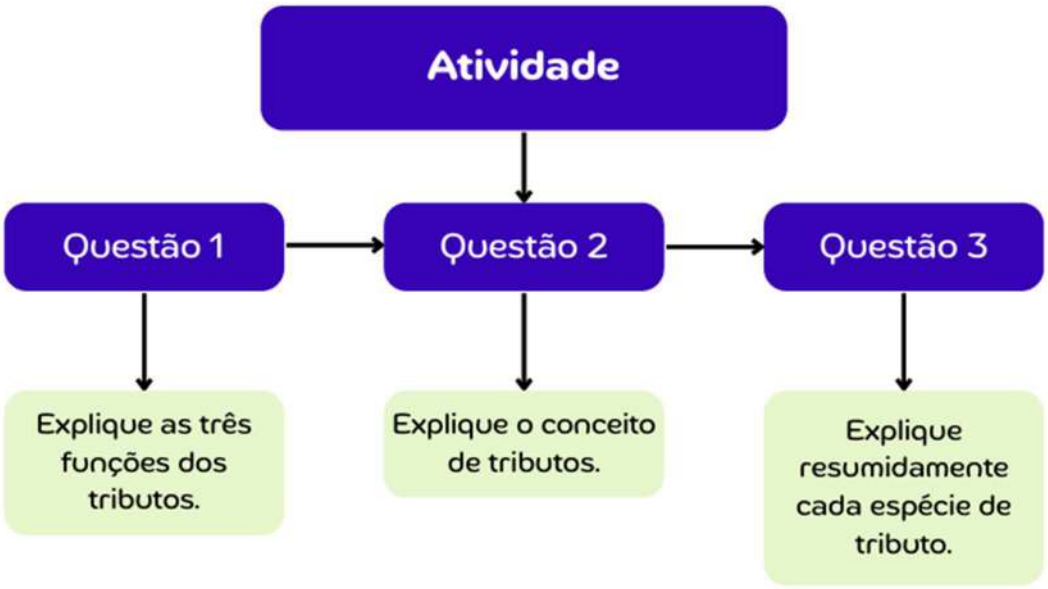
Conteúdos

O que é importante trabalhar em cada tópico deste encontro?

Conteúdo	Assuntos
Código Tributário Nacional e Legislação Tributária	1. Artigos 145 a 162 da Constituição Federal de 1988 2. Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 3. Artigo 96 do CTN
Hierarquia das normas	
Funções dos tributos	1. Função Fiscal 2. Função Extrafiscal 3. Função Parafiscal
Vigência das normas tributárias	1. Anterioridade 2. Noventena 3. *Vacatio Legis*
Tributos	1. Conceito 2. Espécies • Impostos • Taxas • Contribuições de melhoria • Empréstimos compulsórios • Contribuições especiais

Exercício

Sugere-se exercício escrito ou com apresentação oral com os principais pontos da aula.



5º Encontro

Tipo de aula	Exposição dialogada
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

- Quadro branco
- Pincéis
- Projetor
- Computador

Conteúdo

- Impostos Municipais – fato gerador, função e observações
- Impostos Estaduais e do Distrito Federal – fato gerador, função e observações
- Impostos Federais – fato gerador, função e observações

Conteúdos

O que é importante trabalhar em cada tópico deste encontro?

Conteúdo	Assuntos
Impostos Municipais – fato gerador, função e observações	1. IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana) 2. ITBI (Imposto sobre Transmissão *inter vivos* de bens imóveis e direitos a eles relativos) 3. ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza)
Impostos Estaduais – fato gerador, função e observações	1. ITCMD (Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de bens e direitos) 2. ICMS (Imposto sobre operações relativas à Circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação) 3. IPVA (Imposto sobre propriedade de veículos automotores)
Impostos Federais – fato gerador, função e observações	1. II (Imposto de Importação) 2. IE (Imposto de Exportação) 3. IR (Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza) 4. IPI (Imposto sobre produtos industrializados) 5. IOF (Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros ou relativas a títulos mobiliários) 6. ITR (Imposto sobre propriedade territorial rural) 7. IGF (Imposto sobre Grandes Fortunas)

Exercício

Sugere-se exercício com situações hipotéticas para que os estudantes identifiquem que imposto se aplica a cada situação, por exemplo:

1. José possui uma casa e todo ano ele recebe uma cobrança de imposto relativa a essa casa, qual tributo é cobrado nessa situação e de qual esfera?
IPTU – municipal

2. Ana vai comprar uma casa, qual tributo é cobrado nessa transação e de qual esfera?
ITBI – municipal

3. Maria contratou serviço de fotografia e observou que na nota fiscal existe o destaque de um imposto, qual é ele e de qual esfera?
ISSQN – municipal

4. João perdeu seus pais em um acidente e recebeu a herança que eles haviam deixado para o filho. Qual tributo João terá que pagar nessa transação e de qual esfera?
ITCMD – estadual

5. Fernando foi comprar uma mochila e observou que na nota fiscal existe o destaque de um imposto, qual mais se adequa a essa situação e de qual esfera?
ICMS – estadual

6. Paula possui uma moto e todo ano precisa pagar um imposto relativo a essa moto, qual tributo é cobrado e de qual esfera?
IPVA – estadual

Exercício

7. Renato fez uma compra em um site estrangeiro e o valor total está somado com ICMS e um outro imposto relativo à compra internacional, qual tributo é cobrado e de qual esfera?
II – federal

8. A empresa Rio Azul vende mercadorias para outros países, qual tributo é cobrado nessa situação e de qual esfera?
IE – federal

9. Aurora é servidora pública e possui um salário bruto de R$ 8 mil, qual imposto vem descontado do seu salário relativo ao seu ganho mensal e de qual esfera?
IR – federal

10. Helena comprou um carro e observou que grande parte do valor que pagou é um imposto embutido no total em razão do veículo ser um item industrializado. Qual é esse imposto e de qual esfera?
IPI – federal

11. Pedro foi ao banco solicitar um empréstimo e observou que dentro do valor que vai pagar foi somado um imposto que é próprio desse tipo de transação. Qual é esse imposto e de qual esfera?
IOF – federal

12. Aline possui uma fazenda na zona rural de Roraima, todo ano ela precisa pagar um imposto referente à essa propriedade. Qual é esse imposto e de qual esfera?
ITR – federal

13. Caio vem de uma família muito rica e aos 30 anos é uma das pessoas com maior fortuna do Brasil, seus bens somam R$ 30 bilhões e sua renda anual também é de bilhões. Existe a previsão de um imposto a ser cobrado nessas situações, mas ele ainda não foi regulamentado. Qual imposto seria esse e de qual esfera?
IGF – federal

6º Encontro

Tipo de aula	Exibição de documentários com posterior discussão
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

- Quadro branco
- Pincéis
- Televisão ou projetor
- Computador
- Caixa de som
- Vídeo - Tributo: Origem e Destino
- Vídeo - A história dos tributos: uma conquista do homem
- Vídeo - História dos impostos

Roteiro

1 **Documentário – Tributo: Origem e Destino**
Câmara dos Deputados – 37'55

https://youtu.be/UN0K3hf1rLc?si=V6JrBqoEDdoPhNoq

Pontos a serem discutidos

1. Contextualização com o salário-mínimo da época
2. Progressividade e Regressividade
3. Derrama
4. Inconfidentes
5. Carga tributária de vários países que são citados no documentário
6. Relatos da MEI, do Garçom, do Bancário, da Doméstica e do Dentista

Roteiro

2 **A história dos tributos: uma conquista do homem**
Grupo de Educação Fiscal Estadual de São Paulo – 13'03

https://youtu.be/EM_gruOGRn4?si=Dd4DslqmurmGsZqM

Pontos a serem discutidos

1. Tributos pagos por povos conquistados
2. Senhores feudais
3. Migração do campo para as cidades
4. França de Luís XIV e a tributação
5. Revoluções
6. Brasil com o pagamento do quinto

Roteiro

3 História dos impostos – Serasa Ensina – 7’49

https://youtu.be/I4YOfTF2fzI?si=tL4okXGi5FSIWCUR

Pontos a serem discutidos

1. Primeiro sistema previdenciário
2. Formas de tributação

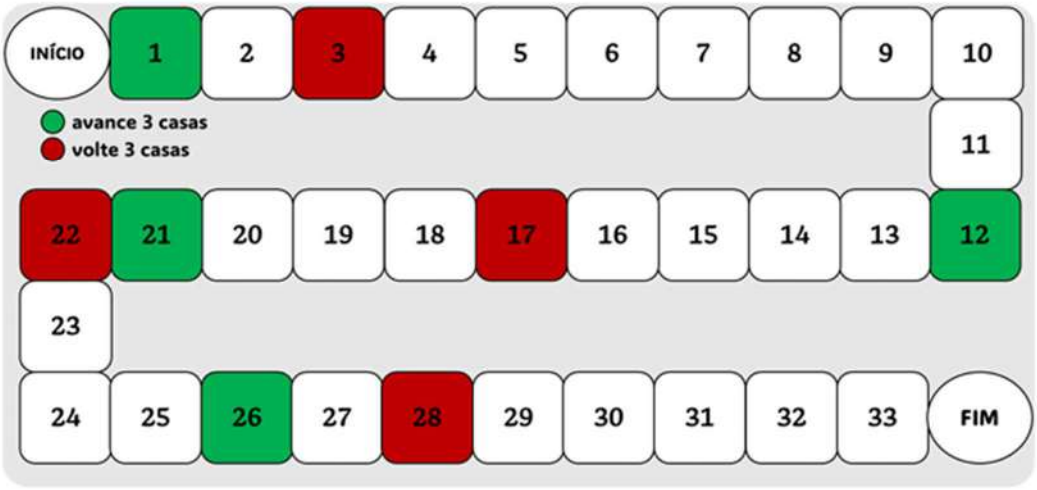
7º Encontro

Tipo de aula	Revisão com jogo
Duração da aula	2h (duas horas)
Recursos didáticos	

- Quadro branco
- Pincéis
- Televisão ou projetor
- Computador
- Dado grande de EVA
- Ganhos com ventosas
- Chaveiros diversos

Roteiro do jogo

- A turma é dividida em grupos com 4 a 6 integrantes cada.
- Um tabuleiro é desenhado no quadro escolar com início, fim, numeração e algumas casas em destaques com cores (o tamanho do tabuleiro pode ser definido conforme o tamanho do quadro, tempo da aula, quantidade de grupos ou quantidade de perguntas).



DICAS

Para representar cada grupo podem ser usados chaveiros ou outros itens que possam ser movidos ao longo do tabuleiro, podendo ser, inclusive, uma marcação com pincel de cor diferente para cada grupo. *(Imagem 1)*

Se o quadro escolar for de vidro ou outro material liso, podem ser usados ganchos com ventosas para marcar a progressão de cada grupo com o respectivo personagem.

É interessante que o dado seja de um tamanho relativamente grande para facilitar a visualização por todos. *(Imagem 2)*

Roteiro do jogo

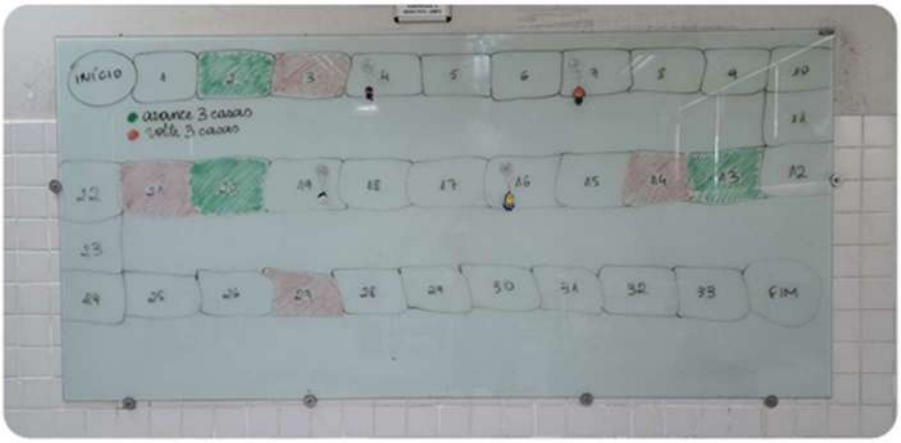


Imagem 1

Imagem 2

- As perguntas podem ser projetadas na parede para melhor visualização de todos os grupos.
- Cada grupo joga o dado em sua vez e anda a quantidade de casas correspondente se acertar a pergunta, caso o grupo erre, seu personagem fica no mesmo lugar e a vez passa para o grupo seguinte.
- O grupo vencedor é o que chegar primeiro ao final do tabuleiro.

8º Encontro

Tipo de aula	Avaliação
Duração da aula	2h (duas horas)
Recursos didáticos	

- Avaliações impressas
- Quadro branco
- Pincéis

Roteiro

- Recomenda-se avaliação em dupla e com pesquisa ao material de aula para que os estudantes possam consultar conceitos e exercícios e discutir com um colega sobre as possíveis respostas.
- Valor da avaliação – 100 pontos

9º Encontro

Tipo de aula	Exibição de material audiovisual
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

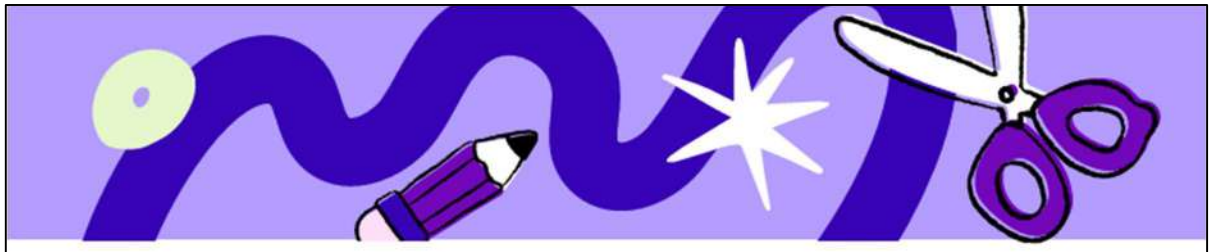
- Quadro branco
- Pincéis
- Televisão ou projetor
- Aparelho de dvd ou computador
- Caixa de som
- Filme - Armas na Mesa (2016)

Atenção!

Os estudantes devem assistir ao filme fazendo anotações sobre questões de tributação e aprovação legislativa que eles consigam observar na história.

Observação

O filme pode ser exibido em duas partes se cada encontro for de 2h, caso seja possível que o encontro seja de 4h, o filme pode ser exibido de forma completa e a discussão ser feita logo em seguida.



Sobre o filme sugerido

Ficha do Filme

Armas na Mesa (2016)
Classificação indicativa – 14 anos
Duração – 2h13
Gênero – drama, suspense
Direção – John Madden

Sinopse

Elizabeth Sloane (Jessica Chastain) é uma das lobistas mais poderosas dos Estados Unidos, conhecida por usar uma série de estratégias ilegais para atingir os seus objetivos. Um dia, é abordada para apoiar a bancada mais poderosa do congresso americano: os senadores pró-armas. Contrária à ideia, ela pede demissão e passa a trabalhar para o lado oposto, na intenção de conseguir leis mais rígidas para o porte de armas. Sloane começa a sofrer uma série de ameças pessoais e profissionais, e começa a questionar os seus limites dentro desta profissão.

Informações: https://www.adorocinema.com/filmes/filme-245042/.
Acesso em 27 jan. 2025

10º Encontro

Tipo de aula	Exibição de material audiovisual com posterior discussão
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

- Quadro branco
- Pincéis
- Televisão ou projetor
- Aparelho de dvd ou computador
- Caixa de som
- Filme Armas na Mesa (2016)

Roteiro

Exibição da segunda parte do filme e discussão sobre o que se pôde observar acerca de tributação e aprovação legislativa:

1. Imposto Nutella – o que possui apelo ou não com a população.
2. Tributação de bolo/biscoito – artifícios para redução de impostos de forma legal.
3. Aspectos que influenciam nos votos dos parlamentares – pressão política, pressão popular, negociações de aliados e não aliados, família, ideologias.
4. "Cortina de fumaça" para desviar a atenção da população sobre o tema em debate no congresso – quando a atenção da população e imprensa está em outros assuntos, as matérias votadas no congresso podem sofrer menos influência popular.

11º Encontro

Tipo de aula	Exposição dialogada
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

- Quadro branco
- Pincéis
- Projetor
- Computador

Conteúdo

- Cálculos de Impostos
- Bases de tributação
- Finanças públicas
- Administração tributária
- Obrigação tributária
- Crédito tributário
- Imunidade, isenção e não-incidência
- Dívida ativa, certidão, processos tributários
- Ciclo tributário

Conteúdos

O que é importante trabalhar em cada tópico deste encontro?

Conteúdo	Assuntos
Cálculos de Impostos	1. Progressivos e regressivos 2. "Por dentro" e "por fora" 3. Diretos e indiretos
Bases de tributação	1. Renda 2. Patrimônio 3. Consumo 4. Folha de pagamentos
Finanças públicas	1. Fluxo de orçamento da receita 2. Receitas e gastos públicos 3. Constituição Federal de 1988 4. Lei n.º 4.320/64 – Direito Financeiro e Controle de Orçamento 5. LC n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal
Administração tributária	1. Órgãos municipais, estaduais e federais 2. Arrecadação 3. Orçamento Público 4. Fiscalização e repartição das receitas

Conteúdos

O que é importante trabalhar em cada tópico deste encontro?

Conteúdo	Assuntos
Obrigação tributária	1. Fato gerador 2. Sujeitos
Crédito tributário	1. Constituição 2. Suspensão 3. Extinção 4. Prescrição 5. Decadência 6. Exclusão 7. Garantias 8. Privilégios e preferências
Imunidade, isenção e não-incidência	
Dívida ativa, certidão, processos tributários	
Ciclo tributário	

Exercício

Sugere-se exercício escrito ou com apresentação oral com os principais pontos da aula.

1. Explique progressividade e regressividade.

2. Explique cálculos de impostos "por dentro" e "por fora".

3. Explique tributos diretos e indiretos.

4. Explique a tributação sobre a renda, sobre o consumo e sobre o patrimônio.

5. Explique o fluxo das finanças públicas.

6. Explique o fato gerador e os sujeitos da obrigação tributária.

7. Explique o ciclo tributário.

12º Encontro

Tipo de aula	Pesquisa com acompanhamento do(a) professor(a) e posterior apresentação
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

- Quadro branco
- Pincéis
- Projetor
- Computador
- Laboratório de informática com internet

Roteiro

Os estudantes devem fazer pesquisas no Portal da Transparência do Governo Federal (https://portaldatransparencia.gov.br/)

Blocos de consulta

O portal possui 19 blocos de consultas:

1. Pé-de-meia
2. Despesas públicas
3. Servidores e pensionistas
4. Sanções
5. Benefícios ao cidadão
6. Renúncias fiscais
7. Licitações públicas
8. Contratos públicos
9. Receitas públicas
10. Pessoas físicas e jurídicas
11. Cartões de pagamento
12. Emendas parlamentares
13. Recursos transferidos
14. Notas fiscais
15. Orçamento público
16. Estados e municípios
17. Convênios
18. Viagens a serviço
19. Imóveis funcionais

Os temas são sorteados para que de forma individual, dupla ou trio (dependendo do tamanho da turma), os estudantes apresentem brevemente cada bloco para os demais, incluindo exemplos do próprio portal.

Trabalho Final

Nesse mesmo encontro as instruções para o trabalho final podem ser explicadas:

Orientações

1. Em grupos de 3 a 4 pessoas, os estudantes farão pesquisas e montarão uma apresentação a ser realizada no último encontro. Cada grupo escolhe um tema que pode ser uma explicação mais detalhada de algum tributo específico ou um tema mais abrangente sobre tributos como: perdão de dívidas, reforma tributária, tributação de jogos online, tributação de *streamings*; os grupos podem escolher livremente ou receber temas sorteados pelo professor.
2. A outra parte do trabalho é apresentar uma análise de um portal da transparência estadual que também pode ser sorteado para cada grupo. A análise deve conter que tipo de informação o portal possui e quais informações o grupo sentiu falta, se é de fácil utilização ou não, se tem gráficos, imagens, vídeos, se tem acessibilidade para pessoas com deficiências, se está atualizado e o que mais o grupo conseguir analisar no portal.

13º Encontro

Tipo de aula	Exibição de material audiovisual com posterior discussão
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

- Quadro branco
- Pincéis
- Televisão ou projetor
- Computador
- Caixa de som
- Documentário - Caminho da Renda – A História dos Impostos no Brasil (2021)

Atenção!

Os estudantes devem assistir ao filme fazendo anotações sobre questões que se destaquem.

Sobre o filme sugerido

Ficha do Filme

Caminho da Renda – A História dos Impostos no Brasil (2021)
Classificação indicativa – Livre
Duração – 1h10
Gênero – documentário
Direção – Angela Zoe

Sinopse

Qual é o peso dos impostos na vida do Brasileiro? Como os trilhões arrecadados são aplicados? A cobrança é justa? Como poderia ser melhor? O Caminho da Renda apresenta situações do cotidiano que mostram o impacto dos impostos no bolso das pessoas. Conversando com especialistas em tributação, o documentário busca desenvolver o senso crítico do cidadão comum que deseja a construção de um país mais justo e produtivo.

Informações: https://cinebrasil.tv/index.php/info-programa/?url=11997. Acesso em 28 jan. 2025.

Roteiro

Pontos a serem discutidos após a exibição do filme

1. Tamanho do Estado
2. Complexidade/simplificação de tributos
3. Concretização dos direitos constitucionais
4. Tributação dos itens que aparecem no documentário
5. Como surgiu o Imposto de Renda e quais as peculiaridades apresentadas
6. Obrigações acessórias
7. Multa por falta de pagamento ou envio de informações
8. Educação fiscal
9. Sonegação
10. Pacto federativo
11. IVA
12. Reforma tributária

14º Encontro

Tipo de aula	Aula integrada com participação do(a) professor(a) de Sociologia
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

- Quadro branco
- Pincéis
- Televisão ou projetor
- Computador

Roteiro da Conversa/Palestra/Oficina

- Educação Fiscal
- Participação Política
- Controle Social

15º Encontro

Tipo de aula	Apresentação de trabalhos por grupos de estudantes em uma Mostra de Educação Fiscal
Duração da aula	2h (duas horas)

Recursos didáticos

- Cartazes
- Pincéis coloridos
- Fita adesiva

Observações

O(a) professor(a) ministrante do projeto de ensino pode convidar outros professores para participar das avaliações da Mostra e outras turmas para assistir às apresentações.

Roteiro da Mostra

- Em um espaço aberto, os trabalhos devem ser expostos e apresentados por meio de cartazes e apresentação oral, todos ao mesmo tempo.
- Cada grupo vai ficar à disposição e quando chegarem pessoas interessadas, o grupo realiza as apresentações.
- Cada grupo deve ser avaliado por 2 professores conforme critérios pré-estabelecidos.

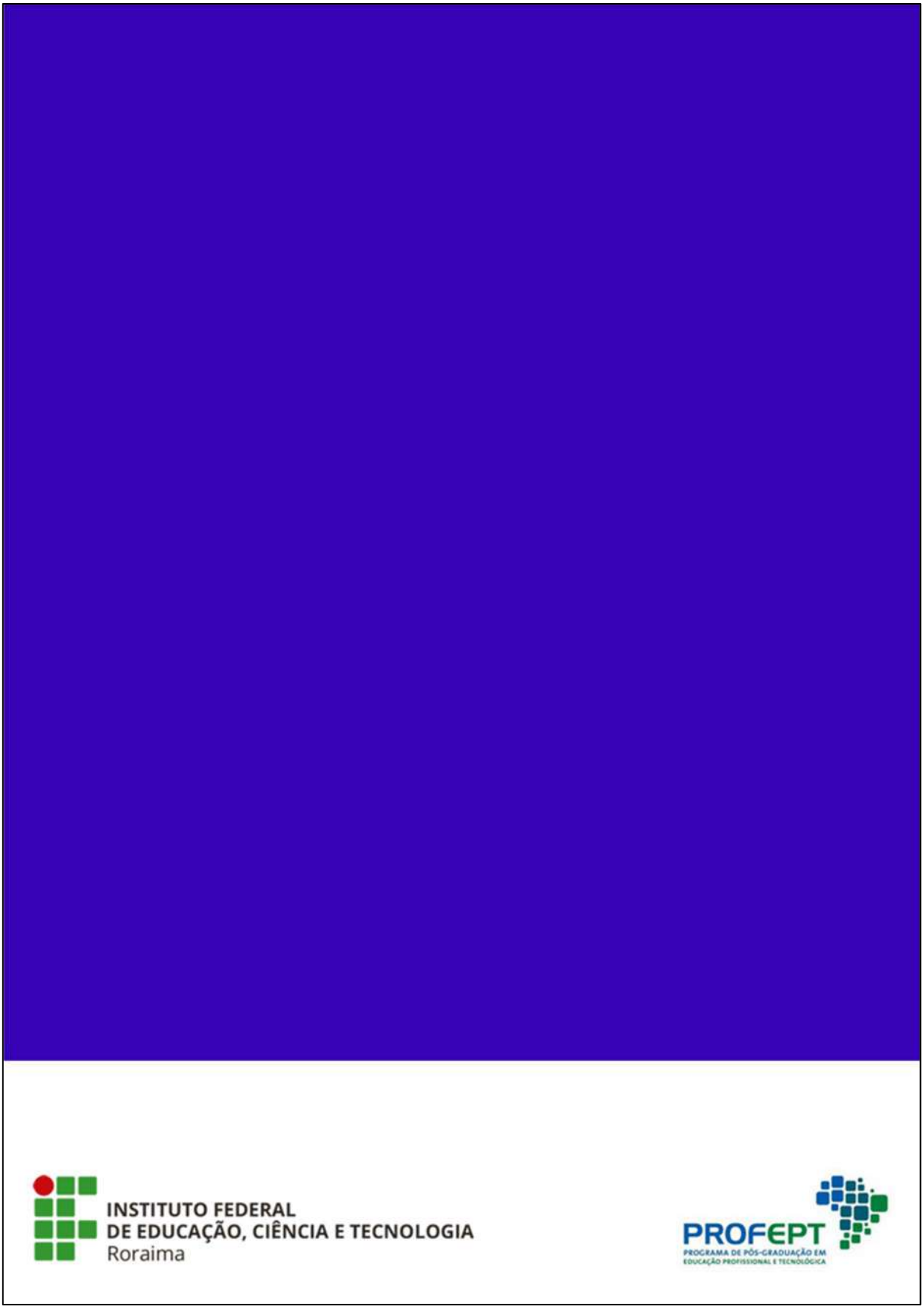
Exemplo de ficha de avaliação A
(sobre o tema)

A	Tema:	Máximo	Pontos atribuídos
1	Organização e planejamento da apresentação	10	
2	Domínio do conteúdo apresentado	10	
3	Qualidade dos recursos visuais	10	
4	Profundidade do conteúdo apresentado	10	
5	Desenvoltura na apresentação	10	
Total		50	

Exemplo de ficha de avaliação B

(sobre o portal da transparência)

B	Portal da Transparência:	Máximo	Pontos atribuídos
1	Apresentação de pontos positivos do portal (informações disponíveis, acessibilidade, usabilidade)	10	
2	Apresentação de pontos negativos do portal (falta de informações, falta de acessibilidade, usabilidade ruim)	10	
3	Quantidade dos recursos visuais (mínimo 5)	10	
4	Qualidade dos recursos visuais	10	
5	Domínio da apresentação	10	
	Total	50	


INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Roraima
PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA